



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE A UNIVERSIDADE**

ELIENE BARRETO DE ARAÚJO BARROS

**PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR NA UNIVERSIDADE:
A BOLSA MORADIA NA UFBA**

**Salvador - BA
2014**

ELIENE BARRETO DE ARAÚJO BARROS

**PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR NA UNIVERSIDADE:
A BOLSA MORADIA NA UFBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares sobre a universidade.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Orlando Costa do Nascimento
Co-orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Dias Pereira Alves

**Salvador - BA
2014**

B277p Barros, Eliene Barreto de Araújo.

Permanência dos estudantes de origem popular na Universidade: a bolsa moradia na Ufba / Eliene Barreto de Araújo Barros. – Salvador, 2014.

127 f.: il.; 31 cm.

Orientadores: Prof. Dr. Cláudio Orlando Costa do Nascimento / Profa. Dra. Rita de Cássia Dias Pereira Alves.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, 2014.

1. Estudantes - Programas de assistência. 2. Universidade Federal da Bahia. 3. Universidades e faculdades públicas - Programas de ação afirmativa - Salvador (BA). I. Nascimento, Cláudio Orlando Costa do. II. Alves, Rita de Cássia Dias Pereira. III. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. IV. Título.

CDU: 378.014.543.3

ELIENE BARRETO DE ARAÚJO BARROS

**PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR NA UNIVERSIDADE:
A BOLSA MORADIA NA UFBA**

Salvador, (substituir pela folha de aprovação assinada
e colorida)

Banca examinadora

Edleusa Nery Garrido _____

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade do Estado da Bahia

Rosineide Pereira Mubarack Garcia _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Álamo Pimentel Gonçalves da Silva _____

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, José e Dorinha (*in memoriam*), que consagraram suas vidas para nos criar e, apesar da pouca instrução, souberam transmitir ensinamentos de vida com muita sabedoria. Em especial, à minha mãe Dorinha que, aos 52 anos de idade, transformou o luto pela perda de meu irmão Evan no desejo de estudar, aprendendo a ler e a escrever no MOBRAL.

Dedico, também, a todos os estudantes de origem popular da UFBA, que me confiaram suas histórias de vida e me inspiraram para a realização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

No final deste processo, é sempre difícil agradecer a todos que contribuíram para concluir esta caminhada, sem correr o risco de esquecer alguém. Foram muitas as pessoas que me incentivaram a seguir este percurso, cada uma do seu jeito, transmitindo palavras de estímulo para não desistir do meu sonho.

A Deus, pela fé, força e coragem durante essa caminhada.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Cláudio Orlando e Profa. Dra. Rita Dias, pessoas iluminadas e humanas que aceitaram o desafio de me orientar e acreditaram na minha capacidade de chegar à finalização deste estudo. Obrigada pelas contribuições relevantes e enriquecedoras durante esse percurso. Sem vocês, não teria atingido esse objetivo.

Às professoras Edleusa Garrido e Rose Mubarak, por terem aceitado o convite de participar da banca de qualificação e pelas contribuições relevantes para esta dissertação.

Ao meu querido esposo Rui, pelo companheirismo e cumplicidade durante essa temporada de estudos, demonstrando paciência e força para o meu êxito na finalização desse trabalho.

À minha querida filha Auana, pelo incentivo em cada etapa desse processo, com estímulo para a realização desse grande sonho.

À minha família Barreto de Araújo, em especial, meus 11 irmãos, que através da convivência simples e compartilhada na infância e adolescência em Ibicaraí, contribuíram para a minha formação como pessoa. Vocês também fazem parte da conquista dessa meta.

À família Barros, que passou também a ser minha família, pelo carinho e amizade.

À equipe da PROAE, constituída pelos professores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnicos- administrativos e demais funcionários que trabalham em prol dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Aos ex-estudantes, bolsistas-moradia: Jailma, presença constante e solidária, amiga que vou levar para o resto da minha vida; Robson, pelas contribuições e apoio amigo; Jonas, pelo incentivo e solidariedade.

Aos muitos estudantes de graduação da UFBA e aos que estão cursando a pós, pela participação de forma construtiva, no pré-teste e na divulgação da pesquisa, agregando novas perspectivas ao estudo.

À Eliete, colega e amiga do mestrado, que me apoiou com a sua experiência, incentivando, participando, transmitindo palavras de fé e otimismo. E a Cora, pelo apoio e solidariedade.

Aos mestres que passaram por minha vida pelo incentivo recebido e por me estimularem a ter gosto pelos estudos.

Aos colegas de mestrado que participaram desse percurso, na torcida para que eu chegasse à reta final. Aos amigos verdadeiros que entenderam as minhas ausências e acreditaram em meu esforço para chegar ao final desse caminho.

Agradeço a todos os estudantes bolsistas da UFBA que me confiaram suas histórias de vida, inspiraram-me e aos que participaram com suas 'vozes' para a realização desta pesquisa; e de forma afetuosa aos que torceram verdadeiramente para que eu concluísse essa etapa e me estimularam a persistir nesse sonho.

Finalmente, a todos que acreditaram em mim e que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste estudo. E, concluo, dizendo que "Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade". (Raul Seixas)

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

BARROS, Eliene Barreto de Araújo. **Permanência dos estudantes de origem popular na universidade**: a bolsa moradia na UFBA-2014. 127 p., il. Dissertation (Master in Interdisciplinary Studies about University) - Federal University of Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

O foco deste trabalho são os estudantes de origem popular da Universidade Federal da Bahia (UFBA), contemplados com o benefício de Bolsa Moradia da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE). Esta temática descreve a instituição Universidade como elemento de mudança na vida de tais estudantes, no período de 2006 a 2013. Para a realização desta pesquisa, tomou-se como referência a literatura que aborda o assunto e os documentos legais, em especial os decretos federais que estabelecem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Em contexto de expansão do ensino superior e democratização da sociedade brasileira, esses programas ampliam e asseguram bolsas para a permanência nas universidades de estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que analisa as percepções dos estudantes sobre o Programa Bolsa Moradia, tendo caráter exploratório por focar uma área ainda não estudada no âmbito das universidades brasileiras. Elegeu-se como população investigada os estudantes beneficiados com o Programa Bolsa Moradia nos *campi* de Salvador. A fim de confirmar os dados pesquisados, foi aplicado um questionário *online*, para 201 estudantes, de ambos os sexos, de vários cursos, oriundos, em sua maior parte, do interior da Bahia. Este instrumento metodológico contemplou questões abertas e fechadas, o que possibilitou identificar as percepções dos discentes sobre o impacto da bolsa moradia na sua permanência na Universidade. Os resultados apontam para a necessidade de ampliação desse tipo de programa de permanência, reafirmando a importância da Bolsa Moradia para os estudantes de origem popular da UFBA.

Palavras-chave: Universidade – Permanência de estudantes. Estudantes - Origem popular. UFBA. Bolsa Moradia.

BARROS, Eliene Barreto de Araújo. **Continuing students at the university of origin people: bag housing in UFBA.** 2014. 127 p., il. Dissertation (Master in Interdisciplinary Studies about University) - Federal University of Bahia, Salvador, 2014.

ABSTRACT

The focus of this research is on the students of popular origin of the Federal University of Bahia (UFBA), awarded the benefit of housing assistance from the Affirmative Action and Student Assistance Office (PROAE). It describes the University as an element of change in the lives of these students in the period from 2006 to 2013. For this study, the literature that addresses the issue as well as legal documents were taken as reference, particularly the federal decrees which establish the Supporting Program for the Restructuring and Expansion of Federal Universities - REUNI (REUNI) and the National Student Assistance Program (PNAES), was taken as reference. In the context of expansion of higher education and democratization of the Brazilian society, these programs expand and ensure the continuation of scholarships for students with socioeconomic vulnerability profile. This is a qualitative study, which analyzes the student perceptions of the housing scholarship program, with exploratory perspective as it focuses on an area, not yet studied, in the context of Brazilian universities. The population who were chosen to be investigated were the students who benefited from the housing scholarship program on the *campi* in Salvador. In order to confirm the data, an online survey has been administered to 201 students of both sexes and various courses, mostly from the countryside of Bahia. This methodological instrument encompassed open and closed questions, which enabled us to identify the perceptions of students about the impact of the benefit during their trajectory in UFBA. The results point to the need for restructuring and expansion of this program in order to qualify the student permanence policy in UFBA.

Keywords: University - Permanence of students. Students from popular origin UFBA. Housing scholarship program.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	Linha do tempo das universidades na América latina	25
Quadro 1	Base legal e normativa sobre apoio aos estudantes das IFES	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Raça-Cor-Etnia	69
Gráfico 2	Distribuição dos estudantes por curso	72
Gráfico 3	Renda complementar além da bolsa-moradia	74
Gráfico 4	Renda familiar	76
Gráfico 5	Percentual da bolsa para pagamento da moradia	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição por idade	68
Tabela 2	Dados em relação ao estado civil	68
Tabela 3	Distribuição por sexo	70
Tabela 4	Ano de ingresso na UFBA	70
Tabela 5	Município de origem dos estudantes	71
Tabela 6	Avaliação do desempenho acadêmico dos bolsistas	73
Tabela 7	Informações sobre o local de moradia	75
Tabela 8	Distância entre o local de moradia e a UFBA	75
Tabela 9	Escolaridade dos pais	77
Tabela 10	Estado civil dos pais	77
Tabela 11	Como os estudantes conheceram a PROAE	78
Tabela 12	Aplicação do recurso recebido do recurso	79
Tabela 13	Autoavaliação do desempenho acadêmico	79
Tabela 14	Dificuldades enfrentadas na vida acadêmica	80
Tabela 15	Acolhimento na UFBA	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAAED	Coordenação de Ações Afirmativas Educação e Diversidade
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEB	Conselho Estudantil Brasileiro
CONSUNI	Conselho Superior da Universidade
CPAE	Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DCE	Diretório Central de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
NAPE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas e Especiais
PEC-G	O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDV	Programas de Incentivo a Demissão Voluntária
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEST	Superintendência Estudantil
SINAES	Sistema de Avaliação do Ensino Superior
SISPER	Sistema Permanecer
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UnB	Universidade Nacional de Brasília
UNE	União Nacional de Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	UMA DESCRIÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DA COLÔNIA À CONTEMPORANEIDADE	27
2.1	A LINHA DO TEMPO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL	27
2.2	O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	35
3	PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: A OFICIALIZAÇÃO DA BASE LEGAL	39
3.1	CONCEITO E TIPOS DE PERMANÊNCIA	39
3.2	A CONTRIBUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DA LDB PARA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	40
3.3	O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)	43
3.4	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	45
4	A UFBA: HISTÓRIA E COMPROMISSO SOCIAL COM A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR	47
4.1	A GESTÃO INSTITUCIONAL E OS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA NA UFBA	52
5	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS AOS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA	56
5.1	O PROGRAMA DE BOLSA AUXÍLIO MORADIA NA UFBA: IMPLICAÇÕES COM A PERMANÊNCIA	61
6	OUTRAS DESCOBERTAS E RESULTADOS DA PESQUISA: DIMENSÕES E CATEGORIAS	67
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICES	96
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ON LINE	97
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	101

APÊNDICE C – E-MAIL PARA OS ESTUDANTES BOLSISTAS	103
APÊNDICE D – OFÍCIO À PRÓ-REITORIA	104
ANEXOS	105
ANEXO A - EDITAL PROAE – 2013.1	106
ANEXO B - SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO	117
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA GRADUAÇÃO	123
ANEXO D - TERMO DE COMPROMISSO	124
ANEXO E - INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA	126

APRESENTAÇÃO

Cursar o Mestrado sempre foi um sonho. Assim que concluí a graduação em Serviço Social, na Universidade Católica do Salvador, em 1977, senti o desejo de aprofundar meus estudos, mas o sonho foi adiado pela necessidade de ter de trabalhar para ajudar no sustento de meus familiares e para pagar o financiamento do crédito educativo que havia assumido para cursar a universidade.

Ingressei na UFBA em 1999, após um processo de redistribuição de servidores da antiga LBA. E, no ano seguinte, senti a necessidade de unir a experiência profissional de muitos anos com o conhecimento da academia e, assim, matriculei-me como aluna especial em disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas: Gênero e Poder (Ana Alice Costa), A Prática da Teoria e a Teoria da Prática (Gey Espinheira) e Dinâmica das Relações de Gênero (Cecília Sardenberg). Logo, descobri o interesse pela pesquisa e o desejo de contribuir com a minha experiência para a instituição em que trabalhava.

Em 2003, ao atuar na Superintendência Estudantil (SEST), identifiquei-me com o trabalho com estudantes bolsistas da Universidade e senti que poderia contribuir orientando, entrevistando e encaminhando os jovens para os programas sociais da UFBA. No meu ofício como assistente social da PROAE, ao ouvir as histórias de vida dos estudantes que concorriam às bolsas para assegurar a permanência, senti inspiração para estudar essa temática e imaginei que poderia aprofundar o conhecimento sobre os estudantes de origem popular e, ao mesmo tempo, deixar uma contribuição para a universidade sobre um assunto de extrema relevância: *A permanência dos estudantes de origem popular: a bolsa moradia na UFBA*.

Em 2011, ao cursar Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Superior, apresentei como trabalho final o artigo: “Bolsa Moradia e Residência Universitária: duas formas de permanência do estudante na UFBA”. A partir desse trabalho e compreendendo a importância de aprofundar os estudos sobre a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade social e econômica, senti a necessidade de conhecer melhor os sujeitos com quem atuava na PROAE, desde a fase da entrevista, passando para a orientação, quando era procurada por alguma demanda específica ou quando colavam grau e se despediam da Universidade.

O Mestrado no EISU- IHAC representou a oportunidade de realizar um sonho. As linhas de pesquisa *gestão, informação e universidade* deram-me régua e compasso para desenhar este estudo que ora apresento.

Com os resultados encontrados, ficou constatado como o benefício da bolsa moradia contribui para a permanência do discente no ensino superior. Num cenário de transformação de uma universidade elitista, que passou a ser mais democrática, é que entram em cena os

protagonistas dessa história, atores sociais de diferentes cores, raças e tribos que integram os espaços da Universidade.

Desse modo, a pesquisa *Permanência de estudantes de origem popular na Universidade: a bolsa moradia na UFBA* apresentou resultados significativos, que contribuíram para reforçar a importância do programa e sugerir a ampliação dessa política no sentido de assegurar a permanência e possibilitar a inclusão social desses jovens, que precisam do benefício para concluir o ensino superior, num País marcado por desigualdade social, pois só através da Educação é possível mudar esse cenário.

1 INTRODUÇÃO

O processo de democratização que perpassa a universidade brasileira nos últimos anos tem gerado uma série de mudanças em sua estrutura curricular, pedagógica e administrativa. Essa situação modifica o modelo de gestão, trazendo novos atores para o mundo acadêmico – pessoas que antes viam o acesso à universidade pública como uma possibilidade remota hoje a têm como uma opção bastante real.

O cenário mudou pelas ideias semeadas por grandes autores e defensores das causas sociais, o que possibilitou o surgimento de iniciativas que implementaram uma política de inclusão social. Essas ideias visam a dar oportunidade aos estudantes que viviam na invisibilidade, propiciando a abertura do ensino superior às camadas populares, transformando o sonho dessas pessoas em realidade, com a perspectiva de mudar sua condição histórica de excluídos para um patamar de mais dignidade.

A mudança de paradigma de uma universidade elitista para outra mais democrática foi resultado de vários debates e ações dos movimentos sociais e de órgãos vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Estão inseridos nesse contexto a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e o movimento estudantil. Todas essas instâncias há muito lutavam pelo fomento de políticas públicas que assegurassem o direito à educação superior para os setores mais populares da sociedade.

Para analisar a democratização do ensino superior, fez-se imprescindível descrever o marco legal que assegura o direito do estudante em condição de vulnerabilidade socioeconômica de cursar o ensino superior. Assim sendo, ao discorrer sobre o surgimento e a trajetória da instituição universitária no Brasil, ficou evidente que, nas diversas épocas, o seu papel esteve atrelado à manutenção do *status quo* de uma pequena parcela da sociedade, detentora do poder político e econômico. Essa situação, conseqüentemente, inviabilizou o acesso de uma importante parcela populacional – os atores sociais advindos das camadas mais populares da sociedade.

Na última década, com a democratização do acesso de jovens de origem popular à universidade, iniciada com a política de cotas, constata-se que o discurso sobre a igualdade de oportunidades na educação superior transformou-se em realidade, com a introdução de mudanças estruturais pautadas na expansão do ensino superior com a ampliação de vagas para a população de baixa renda. Esse processo ocorreu, de forma acentuada, no Governo Luís

Inácio Lula da Silva (2003-2010), tendo continuidade na gestão da atual presidenta Dilma Rousseff (2011-2014).

As universidades brasileiras necessitam de políticas públicas que fomentem programas para torná-las, cada vez mais, espaços democráticos, onde a diversidade étnico-racial e social se faça presente e possa assegurar a inclusão social e a permanência de jovens estudantes. A ausência de estudos e pesquisas nas IFES acerca dessa temática justifica a realização deste estudo.

No contexto da UFBA não é diferente. A carência de avaliações dos programas institucionais de acesso e permanência é uma realidade. Tais avaliações são imprescindíveis para que se conheçam o alcance e as potencialidades desses projetos, bem como suas fragilidades. Assim, é essencial investigar mais profundamente os sujeitos beneficiários, a fim de compreender suas impressões e análises sobre a concessão de bolsas, identificando, ainda, de que maneira o Programa possibilita, de forma efetiva, sua permanência na instituição.

Ainda com esses dados em mãos, é possível analisar não só como os projetos contribuem para a política de permanência, mas também em que medida a bolsa supre as necessidades de moradia e contribui para a formação do sujeito durante a vida universitária.

A realização desta pesquisa – *Permanência dos estudantes de origem popular na universidade: a bolsa-moradia na UFBA* – representa uma oportunidade de investigar a questão da permanência de um segmento social que, historicamente, se viu excluído das IFES, principalmente em função do caráter predominantemente elitista no qual a universidade brasileira se desenvolveu.

Para aprofundamento da questão da permanência dos estudantes de origem popular¹ na universidade, resolveu-se realizar o presente estudo que tem por objetivo geral: **analisar as percepções dos estudantes sobre o Programa Bolsa Moradia durante a sua permanência na UFBA**. Para cumpri-lo, foram superadas as seguintes etapas, caracterizadas como objetivos específicos:

- a) analisar o Programa Bolsa Moradia no que concerne ao propósito da assistência e contribuição para a permanência de estudantes na UFBA;
- b) descrever o sistema de gestão da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) com relação à legislação, aos procedimentos e às normas

¹ Entende-se por “estudantes de origem popular” os discentes oriundos de famílias com perfil de vulnerabilidade socioeconômica, cuja renda, se encontra na faixa de até um e meio salário-mínimo *per capita*.

institucionais relativas à política de permanência, com ênfase no Programa Bolsa Moradia;

- c) identificar o perfil dos estudantes que recebem a bolsa moradia.
- d) avaliar o impacto do benefício recebido pelos estudantes.

Com base nos objetivos propostos, a pesquisadora definiu os problemas mais relevantes para a compreensão do tema, formulados como questões de pesquisa:

- a) Em que medida o Programa Bolsa Moradia da PROAE atende às políticas para permanência dos estudantes da UFBA?
- b) A legislação existente é suficiente para atender à demanda da assistência estudantil referente ao Programa Bolsa Moradia?
- c) Como os estudantes de origem popular que ingressam na UFBA percebem o papel do Programa Bolsa Moradia na sua formação e permanência na instituição?

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo exploratório, uma vez que se debruça sobre um objeto desconhecido, no sentido de ainda não ter sido avaliado. Considerando a população que o integra – os estudantes do Programa Bolsa Moradia da PROAE – caracteriza-se também como um estudo de caso, com viés qualitativo, uma vez que serão analisadas as percepções desse público acerca do benefício recebido.

Para proceder à análise dos dados, foram utilizados, como referencial teórico, especialmente, os estudos de Laurence Bardin (2009) e Alain Coulon (2008). No que se refere à abordagem do problema e sua natureza qualitativa, pretendeu-se compreender e descrever com clareza a situação de um grupo específico de pessoas – no caso, os estudantes bolsistas-moradia da UFBA. Para auxiliar na análise qualitativa, os dados oriundos das questões fechadas do questionário aplicado aos estudantes contribuíram para ampliar a compreensão do estudo.

O percurso metodológico escolhido para o desenho desse estudo fundamentou-se no método fenomenológico, por meio do qual foi possível definir os procedimentos e as técnicas de análise adotadas para a compreensão do objeto e interpretação dos sujeitos pesquisados. Segundo Moreira (2002, p. 63), etimologicamente, “[...] fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno, sendo que, por fenômeno, em seu sentido mais genérico, entende-se tudo o que aparece, que se manifesta ou se revela por si mesmo”.

A opção pelo método fenomenológico permitiu a apreensão de falas, sentimentos, emoções, visões de mundo dos sujeitos. Por meio dele, desenhou-se um campo epistemológico que difere da lógica positivista, na medida em que foram privilegiados os

diversos saberes, olhares e experiências de vida que dão sentido às atividades do cotidiano e ao processo de interação das pessoas. Assim, tipificou-se uma concepção de pesquisa de cunho mais humanístico, permitindo o tratamento da subjetividade e da singularidade dos fenômenos sociais.

Tendo em vista que este estudo parte de análises qualitativas e quantitativas, é coerente recorrer a Goldenberg (1997, p.62), já que ela afirma que os diferentes métodos de pesquisa podem ampliar a compreensão do assunto a ser estudado. Assim, a autora destaca que “É o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema”.

Goldenberg (1997, p. 62-63) ressalta, ainda, que:

Cada pesquisador deve estabelecer os procedimentos de coleta de dados que sejam mais adequados para seu objeto particular. O importante é ser criativo e flexível para explorar todos os caminhos e não reificar a ideia positivista de que os dados qualitativos comprometem a objetividade, a neutralidade e o rigor científico.

Buscando atender ao objetivo principal e aos específicos da pesquisa, adotaram-se diferentes procedimentos para produção dos dados: análise documental, observação participante junto à PROAE, aplicação de questionário *on line*, descrição da realidade da assistência estudantil e da bolsa moradia na UFBA.

Para a aplicação do questionário *on line*, a amostra probabilística contou com a participação de 201 estudantes do universo dos 801 bolsistas do Programa Bolsa Moradia da UFBA/PROAE. Esses participantes correspondem, exclusivamente, ao período letivo de 2006 ao primeiro semestre de 2013. O questionário foi aplicado para estudantes de ambos os sexos, de diferentes cursos de graduação e municípios do Estado da Bahia, oriundos de famílias com perfil de vulnerabilidade socioeconômica, cuja renda familiar se encontrava na faixa de até um e meio salário-mínimo *per capita*.

De forma a complementar o estudo, recorreu-se, ainda, à análise documental de itens como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 (LDB), os Decretos federais n. 6.096/2007 (REUNI) e n. 7.234/2010 (PNAES), além de resoluções e editais publicados no âmbito da UFBA-PROAE. Esse conjunto de diplomas legais destaca a importância da permanência no ensino superior, bem como esclarece e amplia os eixos norteadores de funcionamento dos programas sociais da UFBA na área de moradia estudantil, mais

especificamente no que se refere ao Programa Bolsa Moradia – objeto do estudo da presente pesquisa.

Assim, para a implementação do programa, no âmbito da UFBA, o edital é o instrumento legal que torna públicas dinâmicas e o funcionamento do Programa, definindo os critérios para a participação do discente no processo seletivo, bem como as limitações e possibilidades para os sujeitos interessados no benefício.

Concluída a análise da pesquisa documental, iniciou-se o trabalho de campo, com a autorização da gestão da PROAE. Para tanto, a instituição disponibilizou a relação atualizada dos estudantes integrados ao Programa Bolsa Moradia, no período de 2006 ao primeiro semestre de 2013, contendo os seguintes dados: nome, curso, ano de ingresso, matrícula, município de origem, telefone e e-mail.

De posse desse material, a pesquisadora elaborou um questionário com questões fechadas e abertas, dividido em três blocos: (i) perfil do estudante; (ii) informações sobre o seu núcleo familiar; e (iii) percepções acerca da bolsa moradia e seu impacto na sua permanência na UFBA. Posteriormente, foi realizado um pré-teste com 15 estudantes, para avaliar se as perguntas elaboradas apresentavam clareza no seu enunciado. Esse momento foi importante, porque houve a contribuição dos estudantes no aprimoramento da construção do questionário.

Após a realização do pré-teste, contou-se com a participação de bolsistas do Programa e da residência universitária para a divulgação da pesquisa. Para isso, utilizou-se a rede social Facebook, tendo em vista que um grupo de estudantes bolsistas se comunica através dessa plataforma. De forma complementar, foram distribuídos cartazes no restaurante universitário de Ondina e da Vitória, locais em que há circulação diária de estudantes da UFBA.

O questionário *on line* foi finalizado e encaminhado para a relação de *e-mails* disponibilizada pela PROAE. A comunicação foi enviada para um total de 821 estudantes do Programa dos *campi* de Salvador, contendo o *link* de acesso² ao questionário, que ficou disponível na internet no período de 26 de fevereiro a 12 de março de 2014. Nesse mesmo e-mail, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando os objetivos da pesquisa e destacando a importância da participação espontânea do discente para o estudo proposto. Nesse mesmo documento, a pesquisadora se comprometeu a preservar o sigilo das informações dos participantes.

² <https://docs.google.com/forms/d/13CEcgE5W0J5tGrHAG-_npabi8D7Fm4cOT0nU-RL6lDE/viewform>.

Concluída essa etapa, as respostas recebidas foram exportadas para um banco de dados criado na ferramenta *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – própria para tratamento dos dados coletados.

Com relação ao processo da coleta de dados, dos 821 questionários encaminhados, 201 foram respondidos e 28 e-mails foram devolvidos. Portanto, fazendo-se uma análise desse procedimento, constatou-se que as respostas corresponderam a um percentual de 24%, o que significa um número representativo em pesquisa dessa natureza, além de demonstrar o interesse por parte dos estudantes em colaborar com a pesquisa. Finalizado o recebimento dos questionários, os dados foram processados e a análise foi realizada com base nas informações das categorias analíticas referentes aos aspectos relacionados, como o perfil do sujeito e as variáveis relacionadas com o indivíduo, a família e o benefício recebido.

Em seguida, passou-se à análise qualitativa, a fim de complementar o estudo, pela interpretação do conteúdo das respostas abertas. Essa etapa constituiu-se em um procedimento de grande riqueza para a pesquisa, em função dos depoimentos apresentados. Desse modo, as respostas abertas do questionário, associadas às questões fechadas, possibilitaram o aprofundamento e a compreensão das questões da pesquisa.

Na análise dos dados, os sujeitos da pesquisa foram caracterizados a partir das seguintes dimensões:

a) Perfil do estudante

Nesse quesito, foi possível obter informações em relação a: idade, estado civil, número de filhos, raça, cor ou etnia, sexo, curso, desempenho acadêmico (opcional), município de origem, ano de ingresso na UFBA, aplicação do benefício, distância entre a casa e a UFBA.

b) Informações sobre o núcleo familiar

Nesse item, foram obtidos dados em relação a: renda familiar, estado civil, escolaridade e tipo de moradia dos pais. Essas informações foram significativas para situar o contexto socioeconômico familiar do discente.

c) Percepção do estudante quanto à bolsa moradia

Nessa dimensão, as impressões dos estudantes em relação à Universidade, à PROAE e ao Programa Bolsa Moradia foram de extrema relevância para o encaminhamento do estudo.

Na interpretação dos dados, procurou-se compreender a relação entre os depoimentos dos respondentes e os objetivos da pesquisa, buscando estabelecer uma coerência ou contraste entre as apreensões e o que se delineou no estudo.

Assim, obtiveram-se valiosas informações que poderão servir, de forma estratégica, à

Universidade, a fim de que conheça melhor o universo desses atores sociais oriundos de famílias socialmente vulneráveis, que anseiam concluir o curso superior e mudar a trajetória de vida pessoal e de suas famílias.

Essas são as perspectivas que justificam a necessidade de realização desta pesquisa: investigar a contribuição do benefício para a permanência e formação do estudante de ensino superior na universidade pública.

Quanto à sua estrutura, esta dissertação é apresentada através da **Introdução**, que traz a contextualização da temática, os objetivos e a justificativa que caracterizam o estudo, além do procedimento metodológico utilizado para cumprir os objetivos estabelecidos. O conteúdo que vem em seguida se apresenta dividido em seis capítulos, excetuando este introdutório. Assim, o **segundo capítulo** faz referência à universidade pública brasileira e ao processo de democratização do ensino superior desde a Colônia aos dias atuais. O **terceiro** aborda as políticas públicas existentes que oficializam a permanência do estudante de origem popular na universidade, a partir dos diplomas legais, fazendo breve descrição sobre a assistência estudantil e as ações afirmativas na Universidade. O **quarto e o quinto capítulos** descrevem os programas sociais da UFBA e, mais detalhadamente, o Programa Bolsa Moradia da PROAE, voltado para os estudantes de origem popular, objeto de estudo desta pesquisa. Por fim, o **sexto capítulo** trata da análise dos dados e o **sétimo**, das considerações finais, onde além da análise conclusiva da situação, são apresentadas propostas da pesquisadora sobre os caminhos e as perspectivas que o estudo apontou visando à inclusão social dessa população na UFBA.

2 UMA DESCRIÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DA COLÔNIA À CONTEMPORANEIDADE

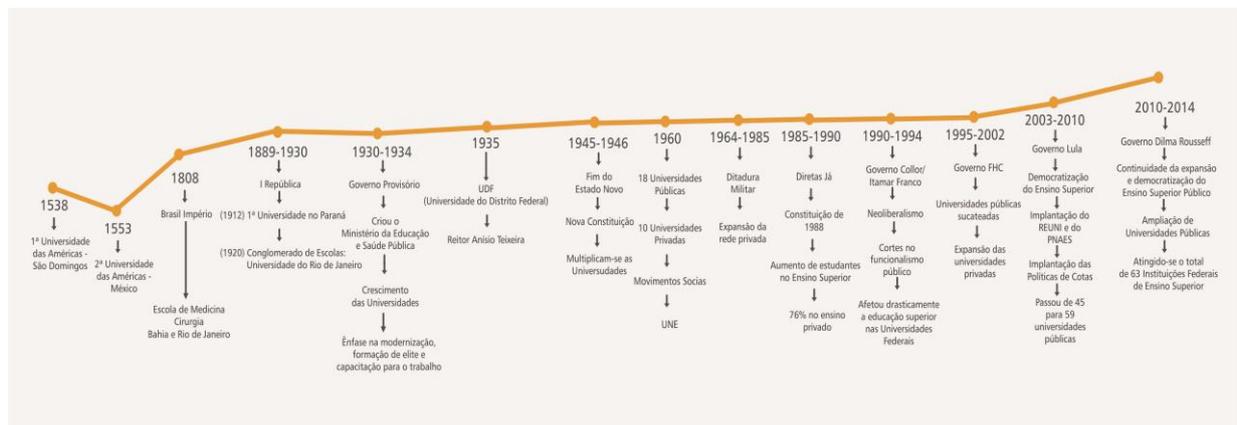
Este capítulo apresenta uma descrição da universidade pública no Brasil, contemplando sua evolução, desde a origem até os dias atuais. Busca ainda compreender como essa instituição, nos últimos anos – caracterizados por sua expansão e pela democratização do ensino superior –, tem contribuído para que estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica possam idealizar perspectivas e mudanças na sua trajetória de vida.

Sabe-se que o conhecimento produzido e oriundo das universidades contribui para as transformações ocorridas no âmbito educacional, social, cultural e político de qualquer sociedade. Assim, compreende-se que o acesso à educação, e, especialmente ao ensino superior, contribui para redução da desigualdade social e econômica existente e, nesse aspecto, a instituição universidade assume um papel relevante na formação dos indivíduos que buscam a educação como forma de superar a exclusão social.

2.1 A LINHA DO TEMPO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Para tratar de questões referentes à instituição universitária, é necessário delinear seu percurso no mapa do tempo a fim de compreender a sua importância para a sociedade. A primeira universidade no continente americano data de 1538, em São Domingos. A segunda foi inaugurada no México, em 1553, com os cursos de Filosofia, Cânones-Direito, Teologia e, mais tarde, Medicina, seguindo modelo da Universidade de Salamanca, na Espanha (CUNHA, 2007).

Figura 1 – Linha do tempo das universidades na América latina.



Fonte: Elaboração da autora.

No Brasil, a Coroa portuguesa adotou postura inversa, pois, ao invés de estimular a implantação das universidades, concedia bolsas para brasileiros irem estudar em Coimbra, Portugal. Em 1800, a Coroa instituiu como prêmio um total de quatro bolsas de estudos para jovens brasileiros em Coimbra – duas em Matemática, uma em Medicina e outra em Cirurgia (CARVALHO, 2003). Fica claro, assim, o aspecto elitista e excludente de uma sociedade marcada, de um lado por privilégios e, de outro, pelo desinteresse de Portugal em difundir o ensino superior no Brasil, excluindo do processo de desenvolvimento cultural uma parcela considerável das elites coloniais e, fundamentalmente, os grupos das classes sociais menos favorecidas.

A partir de 1808, com a chegada da família real ao Brasil, começam a se desenvolver as formações técnicas, tendo como foco, inicialmente, o curso de Medicina, nas escolas da Bahia e do Rio de Janeiro. Vasconcelos (2010) descreve, de forma sucinta, como se deu esse processo:

Em 1810 o príncipe regente assinou a Carta de lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte, que anos mais tarde se converteria em Escolas Politécnicas; o Decreto de 23 de fevereiro de 1808 instituiu uma cadeira de Ciência Econômica; e o Decreto de 12 de outubro de 1810 que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia das Artes. Inicialmente todos os cursos eram gratuitos, financiados com o “quinto da Coroa”, que era um imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e as Colônias. (VASCONCELOS, 2010, p. 32)

Nessa citação, a autora destaca que a criação das escolas isoladas teve sua origem no período colonial, com um modelo voltado exclusivamente para a formação profissional, dificultando uma reflexão e compreensão da instituição universitária em sentido pleno. Esse formato se mantém, ainda nos dias atuais, na maioria das universidades brasileiras, caracterizadas por um modelo bonapartista, ou seja, um modelo de universidade influenciado pela corrente francesa da época de Napoleão Bonaparte, no século XIX, que prioriza o conhecimento isolado por áreas específicas e é direcionado para a formação profissional.

Segundo Teixeira (1989), no século XIX, quando o Brasil ficou independente de Portugal, já havia de 26 a 27 universidades na América Latina. Entretanto, aqui isso só ocorreria um século depois, evidenciando-se, ao lado da herança da colonização lusa, a impossibilidade de o nascente Império do Brasil (1822-1889) introduzir o desenvolvimento do ensino superior no país. Com isso, ficava limitada a introdução do conhecimento através das ciências, letras e artes. Entretanto, deve-se destacar que data do período da pós-Independência a criação de importantes escolas de ensino superior, em especial as faculdades

de Direito de Recife e de São Paulo, cujo objetivo era alcançar a autonomia em relação a Coimbra (CARVALHO, 2003). Enquanto, em outros países latinos, o ensino superior se tornou realidade desde o século XVI, a criação das universidades brasileiras foi marcada pela resistência de Portugal, como reflexo da política de colonização, ou seja, “[...] a Coroa Portuguesa freou toda e qualquer iniciativa que pretendesse oferecer educação pública a todos e estruturar um sistema de ensino na Colônia” (TREVISOL et al., 2009, p. 217).

Precisava-se, naquela época, mais de mão de obra braçal do que de doutores, pois, como assegurou Teixeira (1989, p. 57), “[...] a sociedade que se implantava na colônia era, assim, uma sociedade arcaica, de cultura oral, anterior à palavra impressa, fundada na escravidão e no patriarcalismo rural e na burocracia colonial, explorada pelo mercantilismo da metrópole [...]”.

Fávero (2000, p. 18-19) reforça a afirmativa de Teixeira:

Todos os esforços de criação de universidades, no período colonial e no monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia.

As primeiras escolas superiores no Brasil, como se viu, foram criadas a partir de 1808 com a chegada de D. João VI. Aportando em Salvador, antes de instalar-se no Rio de Janeiro, criou na capital da Bahia a primeira Escola de Medicina do Brasil, com os cursos de Cirurgia Anatômica e Medicina.

A Escola de Medicina da Bahia cumpriu o seu papel ao estimular os estudos superiores e a pesquisa, fato que, conseqüentemente, criou uma demanda de livros e periódicos técnico-científicos (MATTOSO, 1992). Nas escolas criadas por Dom João VI no período da pós-Independência, os membros das elites eram formados para servir aos interesses da Coroa de Portugal e do Brasil.

O surgimento da primeira universidade brasileira data da I República (1889-1930), por influência de Anísio Teixeira, grande intelectual baiano. Após a Proclamação da República, ocorre um crescimento na formação de escolas superiores isoladas, num modelo em que prevalecia uma cultura predominantemente elitista. Em 1912, surge a primeira Universidade do país, no estado do Paraná, que durou três anos. Em 1920, criou-se a Universidade do Rio de Janeiro, reunindo as escolas então existentes de nível superior, as quais também tiveram pouco tempo de duração.

Segundo Cunha (2007), entre 1889 e 1918, foram criadas 56 novas escolas superiores, a maioria de natureza privada. Em 1924, destaca-se a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), “[...] que representou a primeira e mais ampla forma de institucionalizar a

discussão dos problemas da escolarização em âmbito nacional.” (PECAUT, 1989, p. 3 apud TRINDADE, 2007, p. 86).

No final do primeiro Governo Vargas, a Carta Magna de 1934 permitiu a concessão e descentralização do ensino superior e, dessa forma, promoveu o surgimento de novas instituições tanto de caráter público, como de natureza privada. Surge então, a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de coordenar e supervisionar as atividades de ensino em todos os níveis. Nessa mesma época, foram implantadas a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. Entre os anos de 1942 e 1946, foram criadas as Leis Orgânicas de Ensino, com a finalidade de reestruturar os níveis de ensino secundário. Em 1946, foi promulgada a Constituição Federal que definia a educação como direito de todos e responsabilizava a União pela tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional (FREITAS, 1979).

Segundo Trindade (2007), na década de 1930, Anísio Teixeira destacou-se pelos projetos ousados e inovadores, como a criação da Escola Parque na Bahia, a Universidade do Distrito Federal, o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Centro de Pesquisas Educacionais e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Buscou uma transformação na educação do país e objetivou a afirmação dos fins e das funções da universidade pública. Estabeleceu, então, um diálogo com autores internacionalmente consagrados, como os filósofos John Henry Newman, Alfred North, José Ortega y Gasset e Karl Jaspers, destacando as quatro funções da Universidade.

[...] primeira missão da instituição é preparar o profissional para as carreiras de base intelectual, científica e técnica; a segunda, alargar a mente humana, iniciando o estudante na vida intelectual e ampliando sua imaginação em busca do saber; a terceira, desenvolver o saber humano, uma vez que a universidade não só cultiva o saber e o transmite, como pesquisa e aumenta o conhecimento humano. A quarta missão da universidade seria a de atuar como ‘transmissora de uma cultura comum nacional’. [...] ‘é a grande formuladora e transmissora da cultura brasileira’. (TRINDADE, 2007, p. 30)

Essa afirmação permite perceber a importância que Anísio Teixeira dava à educação e, em especial, à instituição universitária, como forma de estabelecer uma relação de saber humanizado, em que o conhecimento estivesse voltado para a transformação do indivíduo, por meio da pesquisa e da relação com a cultura brasileira, fomentando uma troca de saberes entre a academia e a sociedade.

Os ideais de Anísio Teixeira deixaram sementes em forma de ações e propostas inovadoras, culminando, na Bahia, com o projeto da Universidade Nova, implantado pelo

Reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar Monteiro de Almeida Filho, que introduziu um formato cuja base é o regime de ciclos e os Bacharelados Interdisciplinares, tanto na UFBA como na recém-criada Universidade Federal do Sul da Bahia.

Os anos 1930 foram marcados por uma forte centralização política nos mais diferentes setores da sociedade. Nesse cenário, o Governo Provisório (1930-1934) criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (14/11/1930), tendo como seu primeiro titular Francisco Campos que, a partir de 1931, elaborou e implantou reformas de ensino nos níveis secundário, superior e comercial. Tratou substancialmente da educação escolar e de diretrizes visando ao desenvolvimento de um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. Da mesma forma, o Governo Federal elabora seu projeto universitário, articulando medidas que se estendiam desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/1931) até a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/1931) e a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/1931).

No período compreendido entre 1930 e 1945, houve um crescimento lento nas universidades. Ainda assim, até 1960, foram criadas 18 universidades públicas e 10 particulares. Teixeira (1989) chama a atenção para uma questão fundamental – uma das características da universidade é a de ser um *locus* de investigação e de produção do conhecimento, e uma das exigências para a efetivação desse projeto era o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária. Nesse contexto, marcado pela tensão política, o professor Anísio Teixeira foi afastado das funções públicas que vinha exercendo, sendo exonerado do cargo de Secretário de Educação no Rio de Janeiro.

Sob o ângulo da educação popular, Anísio Teixeira realizou, como secretário da Educação e Saúde, sobretudo no Rio de Janeiro, nos anos 30, e em Salvador, nos anos 50, uma intervenção sobre a educação das classes populares no espaço da cidade [...] Anísio Teixeira deslocou a carência do indivíduo para a omissão dos governos na direção da reconstrução das condições sociais e escolares [...]. (NUNES, 2000, p. 15)

Ao analisar essa citação, percebe-se o compromisso e a luta de Anísio Teixeira por uma política educacional democrática, contrariando os interesses políticos e econômicos de uma época em que a sociedade e o Estado não compreendiam a educação como um direito de todas as classes sociais. Todo esse processo foi motivado pelas lutas entre as correntes liberais e autoritárias no campo educacional, tendo como ponto fulcral a adoção do ensino religioso nas instituições de ensino.

No ano de 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), tendo como reitor Anísio Teixeira. A instituição apresentava um modelo ousado e inovador, diferente das que compunham o Estatuto das Universidades Brasileiras, contrapondo-se ao autoritarismo do Estado.

Com a deposição do presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1945, e com o fim do Estado Novo, o país buscou reformar o que estava identificado com o regime autoritário até então vigente. Desse processo, origina-se a “redemocratização”, sendo promulgada a nova Constituição, em 16 de setembro de 1946, caracterizada pelo liberalismo. Multiplicam-se as universidades, mas com o predomínio da formação profissional, sem preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento, prevalecendo ainda o caráter elitista, por atender prioritariamente às classes sociais mais altas da sociedade brasileira.

No período de pós-guerra, constatou-se, no cenário nacional, uma participação intensa dos estudantes das universidades públicas do ensino superior nas discussões sobre o futuro do país. Havia divisão de forças entre representação de estudantes vinculados ao Conselho Estudantil Brasileiro (CEB), que assumia uma postura governista, e a União Nacional de Estudantes (UNE), constituída por professores e estudantes influenciados pelas ideias liberais e progressistas, que pressionavam o governo em defesa da universidade pública (CUNHA, 2007).

A partir de 1950, o país apresenta grande desenvolvimento econômico decorrente do processo de industrialização. Ao mesmo tempo em que ocorrem várias transformações, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, evidencia-se a situação deficitária em que se encontravam as universidades. A busca por melhores condições de ensino superior toma forma por ocasião da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse contexto, foi criada a Universidade de Brasília (UnB), em 15 de dezembro de 1961. Tratava-se da mais moderna universidade do país, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacional, ligadas ao projeto desenvolvimentista. Essa instituição de ensino superior foi a primeira concebida com a visão de Universidade, tendo sido idealizada por Darcy Ribeiro, seu primeiro reitor. Constata-se uma efetiva participação do movimento estudantil nesse processo, contribuindo para a reforma universitária no país.

O período compreendido entre 1950 a 1960 foi caracterizado pelo protagonismo do movimento estudantil, que reivindicava uma reforma em todo sistema de educação, de modo a romper, de forma efetiva, com o modelo estabelecido no Estado Novo (SAMPAIO, 2000). Nessa época, destaca-se a mobilização geral dos estudantes por meio da UNE, na luta pela

ampliação de vagas nas universidades públicas e gratuitas, com ênfase na importância do ensino vinculado à pesquisa como forma de intensificar o desenvolvimento do país e possibilitar a redução da desigualdade social, evidenciando o compromisso social da universidade. Destaca-se, nesse período, a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília.

A partir dos anos 60, verificou-se intensa participação do movimento estudantil em resistência ao regime militar que se instalou no país e que detinha forte ingerência na gestão das universidades, inclusive em suas assessorias de comunicação (SOARES, 2002). Nessa fase, tanto os docentes como os discentes lutavam por uma reforma de base na educação superior, exigindo melhores condições curriculares e didáticas, autonomia para gestão de recursos, liberdade de expressão das ideias progressistas e maior participação nos diferentes níveis de decisão (ALVIM, 1995). Suas reivindicações tinham como destaque a luta em defesa da universidade pública, da liberdade democrática e por equidade social.

Na década de 1970, quando ocorreu o chamado “milagre brasileiro”³, a classe média brasileira vivenciou uma melhoria no padrão econômico graças aos capitais estrangeiros investidos no país, contribuindo para estabilidade econômica e, conseqüentemente, acarretando ampliação de recursos federais destinados à educação. Desse modo, o crescimento econômico do Brasil possibilitou uma ampliação do ensino superior, com o objetivo de atender às demandas do mercado, mas essas ações não resultaram na democratização do acesso a esse nível de ensino.

Após a década de 1980, a pressão da sociedade civil por mudanças políticas culminou no movimento das “Diretas Já” para eleição do presidente da República, exigindo do governo respostas para as reformas e transformações políticas, sociais e econômicas. Todo esse processo convergiu para a concretização da Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Vale ressaltar que, nessa época, ocorreu um aumento das universidades privadas com a implantação dos cursos noturnos para atender aos jovens que precisavam ingressar no mercado de trabalho e não tinham condições de frequentar os cursos diurnos.

Para ilustrar esse fato, no ano de 1986, 76% das matrículas no ensino superior se concentravam no ensino privado, enquanto, nas universidades federais, o percentual era de 16% dos estudantes matriculados (CUNHA, 2007).

Constatou-se, no período entre 1985 e 1990, um aumento de 145% nas instituições de ensino privados, que passaram de 20 para 49. Nesse período, nasceu a organização sindical

³ Foi uma medida criada no governo do Presidente Médici como forma de impulsionar o crescimento econômico do país, através do investimento de capital estrangeiro no período de 1969 a 1973.

Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), com a finalidade de defender a luta pela democratização na educação superior. Em dezembro de 1996, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que definiu a universidade como instituição responsável pela articulação entre ensino e pesquisa (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Ainda no que se refere à base legal que dispõe sobre as universidades no modelo de educação superior vigente no país, a LDB nº 9.394/96, no Art. 52, destaca os seguintes princípios:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (BRASIL. LDB, 2010, p.1)

Assim, a LDB destaca aspectos importantes em relação ao compromisso das universidades no contexto nacional e à importância de uma estrutura administrativa que possibilite a realização da sua missão social mediante o ensino, a pesquisa e a extensão do saber para a comunidade. A partir desse contexto, a universidade, como instituição de ensino superior, passa a contribuir para a transmissão e produção de conhecimentos mediante ações de ensino, pesquisa e extensão que direcionam caminhos e possibilidades para o desenvolvimento do saber dos indivíduos, tendo em vista a transformação da sociedade.

Como resultado da eleição direta para Presidente da República em 1990, o Brasil elegeu o seu primeiro governo democrático, Fernando Collor de Melo. O seu governo foi marcado pelo início do neoliberalismo⁴ que, em síntese, sob o argumento de tornar as instituições públicas mais rentáveis e produtivas, promoveu cortes no funcionalismo público, introduzindo Programas de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV⁵). Com esse conjunto de medidas, afetou drasticamente a educação superior com a redução no corpo docente e de servidores técnicos e administrativos das universidades públicas federais.

⁴ Forma moderna do liberalismo, que permite uma intervenção limitada do Estado, no plano jurídico e econômico (AURÉLIO, 2010).

⁵ O Programa de Demissão Voluntária (PDV) se consubstancia como um mecanismo de incentivo financeiro dado pelo empregador a seus empregados, com objetivo de incentivar pedidos de rescisão contratual pelos obreiros.

O então presidente deixou o governo mediante um processo de *impeachment*, tendo sido substituído pelo vice-presidente Itamar Franco, que cumpriu o final de seu mandato até 1994. O final desse período foi caracterizado por uma nova etapa, em que a sociedade brasileira consolidou, de forma bastante efetiva, a sua democracia. Já a educação superior passou por um período de total desregulamentação, tendo ênfase, em larga escala, a privatização do ensino, com a abertura para o mercado e a estagnação do crescimento da universidade pública.

2.2 O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Com o início da democratização, o país passa por um momento de renovação e de construção democrática. Assim, elege, pelo voto direto, para presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que governa de 1995 a 2002 – um período de dois mandatos.

Em seu governo, a universidade brasileira sofreu forte influência das políticas neoliberais, desvirtuando-se, assim, sua característica original, na medida em que ela passa a ser concebida como mercadoria ou serviço. Com esse encolhimento das funções do Estado, a educação superior deixa de ser considerada como um dever desse ente e um direito do cidadão, uma vez que perde seu caráter socialmente referenciado. Para tanto, foram realizados contratos de gestão com organismos internacionais para a efetivação das parcerias público-privadas, por meio de linhas de financiamento com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. Na citada gestão, foi dada ênfase à estabilidade monetária e à priorização do pagamento dos juros das dívidas governamentais. O governo FHC foi marcado ainda pelas privatizações de empresas estatais, a exemplo da Vale do Rio Doce, e restrições nos gastos públicos, aumentando o índice de desemprego. Deixa em segundo plano a aplicação de recursos nas áreas sociais, em especial na educação.

Na área da educação, foi priorizado o ensino fundamental, ficando o ensino superior relegado a um segundo plano. Implantou-se uma política de fortalecimento das instituições privadas, em detrimento das universidades federais, que tiveram recursos contingenciados, o que levou a seu sucateamento, com conseqüente desvalorização dos seus recursos humanos (SOUSA JUNIOR, 2011).

Vale destacar que, nesse período, foi criado o Exame Nacional dos Cursos, conhecido como “provão”, para as instituições públicas e privadas, tendo como objetivo avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes e de suas respectivas instituições de ensino.

Alves e Soares (2008) destacam que, no período FHC, a autonomia universitária, apesar de amplamente discutida no âmbito do Governo e no meio acadêmico, não foi regulamentada. Esse descompromisso reforçou a manutenção do *status quo*, fato que evidenciou o acesso ao ensino superior como um privilégio de uma minoria, excluindo-se do processo os estudantes de origem popular.

Na gestão de FHC, as universidades brasileiras não foram priorizadas, apesar de o país viver um momento democrático. Os recursos disponibilizados pelo Estado eram escassos, as ações fragmentadas e pulverizadas, impossibilitando que as camadas populares tivessem acesso às universidades públicas e perpetuando o caráter excludente que marcou a história da educação no Brasil.

Mesmo com reivindicações dos órgãos que militavam em favor da ampliação de vagas e aumento de recursos para as universidades públicas, como o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a Associação Nacional de Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o movimento estudantil, o que se observava era, cada vez mais, a criação e a ampliação do número de universidades e faculdades privadas. Muitos estudantes que precisavam concluir o ensino superior viam, nessa modalidade de acesso, uma maior facilidade, em função de essas instituições apresentarem menor concorrência do que as instituições federais, que exigiam dos estudantes concluintes do ensino médio um nível de conhecimento e formação intelectual com maior rigor.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve início em 2003 e findou em 2010. Caracterizou-se pela expansão da rede universitária federal e a inclusão de indivíduos egressos de setores socialmente excluídos. No início de sua gestão, foi criado, em 20 de outubro de 2003, o Grupo de Trabalho Interministerial (GT), com o objetivo de analisar a situação das IFES e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, ao desenvolvimento e à democratização do ensino superior (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Para atender às camadas de origem popular ingressantes nas universidades federais, o Ministério da Educação criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), demanda antiga das IFES, motivo de debates no FONAPRACE e reivindicação do movimento estudantil, que, por muitos anos, vinha lutando por recursos para a assistência estudantil.

Nos últimos anos, foram implementadas políticas que contribuíram para mudanças significativas no ensino superior, principalmente atendendo às demandas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Os principais exemplos são: o novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); o acréscimo de um ano no ciclo de ensino fundamental; a reforma universitária, que engloba programas e medidas provisórias, como o Programa de Apoio a

Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 pela Lei 11.096, que promoveu aumento de ingressos no ensino superior na rede privada, com recursos do FMI, Banco Mundial; o Ensino à Distância, entre outros. Além desses programas o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado em 2001 pela Lei 10.260, ainda na gestão FHC, porém sua expansão e fomento se deram no governo Lula. O FIES foi criado para propiciar o acesso de estudantes que necessitavam trabalhar e somente poderiam ingressar nas instituições privadas de ensino superior por meio de linhas de crédito.

A gestão do governo Lula foi marcada pela expansão da educação superior no Brasil. De acordo com Soares (2002), no período de 1995 a 2001, ou seja, no governo FHC, houve uma redução no número de instituições públicas – de 222 para 183, com uma queda da ordem de 17,6%. Já na década seguinte, entre 2001 e 2011, ou seja, no governo Lula, verifica-se um aumento de 183 para 284, o que caracteriza uma taxa de 55,2% de crescimento. Entretanto, o ápice desse aumento ocorreu em 2007, com a criação do REUNI, já citado (RISTOFF, 2013).

De acordo com os dados do MEC, houve um crescimento de 45 para 59 universidades federais no período de 2003 a 2010, o que representa um aumento de 31%; ademais, há a proposta de continuidade, no governo Dilma Rousseff (2010-2014), de implantar quatro novas universidades para atingir, em 2014, o total de 63 instituições federais de ensino superior. A política de expansão no ensino superior se efetivou concomitantemente à interiorização e redistribuição regional. Com essa medida, dos 148 *campi* existentes no período 2003-2010, passou-se para 274 *campi*-unidades, atingindo um crescimento de 138% (Brasil, 2013).

Segundo Soares (2002), é importante destacar que, na evolução da história do Brasil, fica caracterizada a criação de 45 universidades no período entre 1919 até 2002, sendo que 11 foram criadas entre 1956 a 1961; no período entre 2003 e 2010, foram criadas 14 novas universidades federais, o que caracteriza a preocupação dos últimos governos com as classes populares, na perspectiva de ingressarem nas universidades públicas, mudando o caráter predominantemente elitista que sempre permeou a educação superior no Brasil.

Com a democratização do acesso ao ensino superior, houve uma crescente demanda de estudantes originários de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica que ingressaram nas universidades federais, beneficiados, sobretudo, pelas políticas de cotas sociais e raciais através da inclusão de jovens pretos, pardos e índios oriundos de escola pública. Esse fenômeno foi potencializado a partir da interiorização das universidades e da

ampliação das vagas e dos cursos, principalmente em decorrência das verbas do REUNI, e do decreto do PNAES, que libera recursos para atender às demandas da assistência estudantil.

Apesar de, nos últimos anos, ter havido avanços significativos em relação ao ingresso de estudantes de origem popular no ensino superior, existe a necessidade de que sejam adotadas políticas de permanência que deem condições a esses discentes de usufruírem o direito não só de ingressar, mas de permanecer na universidade pública. Sabe-se, pois, da importância da ampliação de recursos para que sejam efetivadas ações concretas nesse sentido. Uma das justificativas para essa questão é o elevado número de jovens que abandona o ensino superior em decorrência de não poder trabalhar enquanto estuda, além da falta de condições econômicas de suas famílias para mantê-los em outra cidade. Dessa forma, é responsabilidade do Estado planejar recursos e dotar as universidades de infraestrutura capaz de atender às demandas dos novos atores que buscam a universidade como forma de romper a desigualdade histórica.

3 PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: A OFICIALIZAÇÃO DA BASE LEGAL

A sociedade brasileira conta com um conjunto de leis e documentos normativos criados para apoiar o exercício dos direitos dos cidadãos. Em relação ao ensino superior, não é diferente. A Constituição Federal e a LDB, nº 9.394/96 definem princípios básicos que asseguram o acesso às políticas que definem esses direitos. Sabe-se, entretanto, que existe uma distância entre o que está escrito e o que é assegurado, na prática, para o indivíduo.

No Brasil, grande parte da população ainda não tem acesso ao ensino superior, apesar do que estabelece a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 13, quando reconhece esse direito para todas as pessoas. Na realidade, a Carta Magna reúne um elenco de diretrizes e intenções que deverão ser legitimadas pelos movimentos sociais e políticos e materializadas pelo Congresso Nacional. Nessa perspectiva, a educação superior deverá perseguir a meta de tornar-se igualmente acessível a todos os indivíduos que a ela recorrerem, de modo a ampliar cada vez mais o atendimento aos interessados.

Dessa forma, as políticas de acesso à educação estão muito claras no texto constitucional. Entretanto, é preciso ampliar e fortalecer as leis que se referem às condições de permanência, a fim de que o elo entre o acesso e a permanência seja eficaz e universal.

Nesse sentido, a educação tem ocupado uma pauta de grande importância na agenda nacional. Estão contempladas aí as ações que visam ao acesso e à permanência de estudantes de origem popular nas universidades, como forma de dar efetividade às políticas públicas criadas pelo Estado para reduzir as desigualdades sociais no país.

3.1 CONCEITO E TIPOS DE PERMANÊNCIA

Para a continuidade deste estudo, que trata da permanência de estudantes de origem popular na universidade, é importante trazer à discussão conceitos utilizados por autores que analisam a definição de “permanência” em relação à universidade. Dessa forma, pode-se afirmar, em primeiro lugar, que a política de permanência de estudantes de origem popular na universidade deve ser uma ação contínua e subsidiada por leis e decretos que visem não apenas à distribuição de recursos, mas à sua efetividade. Essas políticas públicas vêm sendo implementadas nas universidades desde 2006, quando foram adotadas políticas de ações afirmativas que possibilitaram o acesso de estudantes pobres, pretos e pardos, oriundos de escolas públicas, às universidades e instituições públicas de ensino superior.

Segundo Santos (2009), a permanência na universidade pode estar relacionada a uma dimensão material e simbólica. Nesse sentido, a autora afirma que:

[...] são necessárias condições materiais que permitam a subsistência. É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanche, pagar o transporte, etc. Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes, etc.[...] vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e pertencer a ele. (SANTOS, 2009, p. 70)

Esses conceitos correspondem a ações que irão contribuir para a formulação de políticas que possam subsidiar a inserção dos grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica nas universidades públicas. Portanto, às ações direcionadas para a permanência dos estudantes correspondem condições referentes às necessidades básicas e à valorização do potencial desses jovens como indivíduos, de forma a se sentirem incluídos no meio acadêmico e social.

Compreendendo a permanência nessas dimensões, é fundamental traduzir esse conceito para o significado da realidade de jovens de origem popular que, ao ingressarem no ensino superior, em sua maioria em universidades localizadas distantes do local de moradia dos familiares, precisam de apoio sob a forma de benefícios, bolsas e auxílios, conforme é explicitado por Santos (2009) quando caracteriza a permanência material.

Além disso, a autora evidencia que a permanência na universidade apresenta caminhos diferentes para jovens de classes abastadas e para aqueles que fazem parte das classes menos favorecidas. Esse último grupo de estudantes atravessa dificuldades diferentes daqueles que não apresentam condições socioeconômicas de vulnerabilidade; portanto, além de ter de enfrentar os múltiplos desafios que se apresentam na trajetória da universidade, eles precisam superar uma série de problemas que a baixa renda acarreta.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DA LDB PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

No Brasil, com o fim do regime militar e a abertura política e democrática, as discussões e os movimentos sociais, especialmente na década de 1980, resultaram num cenário político, social e econômico que contribuiu favoravelmente para a efetivação dos direitos sociais. Nesse contexto, foi aprovada a Constituição Cidadã, em 1988, que traduzia a expressão do povo brasileiro no sentido de ter seus direitos assegurados.

A Constituição de 1988 foi um marco histórico para a educação brasileira, garantindo importantes conquistas, originárias da luta dos movimentos sociais de professores e estudantes. Destaca-se a gratuidade do ensino público, a autonomia universitária, o atendimento em creches e pré-escolas a crianças de zero a seis anos e a ampliação de recursos da União para os estados e municípios na área de educação.

É importante destacar os artigos da Carta Magna que evidenciam a importância da educação, visando a mudanças e transformações para os indivíduos na sociedade brasileira:

- a) Pelo artigo 205, a educação passou a ser direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse artigo, percebe-se o compromisso do Estado com a educação, sobretudo envolvendo a família e a sociedade, no sentido de interagir com outros segmentos na luta mais ampla para que o indivíduo possa ter acesso ao desenvolvimento pleno para exercer a cidadania.
- b) Já o artigo 206 se refere aos princípios que deverão fundamentar o ensino: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a valorização dos profissionais do ensino, garantindo-se, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com base salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; a gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e a garantia de padrão de qualidade. O inciso I do referido artigo prevê “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.”, reafirmando a preocupação do Estado com o desenvolvimento de programas e ações, voltados para a inclusão e permanência dos indivíduos nos diferentes níveis de educação. Portanto, não basta ter direito ao ensino; é importante a implementação de políticas que possam assegurar a educação, sobretudo para estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.
- c) O artigo 207 destaca a autonomia financeira da instituição Universidade, conforme segue: “[...] obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão”. Dessa forma, a Universidade busca uma interação entre os processos educacionais internos, enfatizando a formação de indivíduos, primando pela autonomia, conforme se verifica em:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL. Constituição, 1988)

Com base no artigo 207, percebe-se que as universidades gozam de autonomia em relação ao ensino, à administração e à pesquisa. Essa autonomia envolve os aspectos acadêmicos, a aplicação de recursos financeiros, o desenvolvimento da política de pessoal e a escolha dos dirigentes. Além disso, procura-se destacar a importância da pesquisa, do ensino e da extensão, na realização de ações integradas voltadas para o conhecimento desenvolvido na universidade em interface com a sociedade. Desse modo, os estudantes ampliam o nível de conhecimento, não se limitando apenas ao ensino, mas contemplando um aprendizado que envolve outros saberes inter e transdisciplinares, a fim de colocar em prática ensinamentos que se traduzam em mudanças para a sociedade.

Para assegurar os direitos à educação, contidos na Constituição Federal de 1988, foi necessária a criação da LDB – Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 –, que objetiva normatizar o princípio universal da educação para todos. A importância da democratização das condições de acesso e permanência aos estudantes de nível superior se encontra no seu artigo 3º: “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condição para o acesso e a permanência na escola; [...]” (BRASIL. Lei 9.394, 1996).

Essas leis vieram a ratificar a importância de o Estado criar mecanismos que possibilitem a permanência de estudantes provenientes de camadas sociais de baixa renda na universidade. Essa necessidade está prevista no Plano Nacional de Educação, quando ele se refere à importância de elevar o nível global de escolaridade da população e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis. O modelo de ensino superior brasileiro se encontra regido pela LDB de 1996, conforme está descrito no Capítulo IV:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura,

e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL. Lei 9.394/96, 2010, p.1)

A promulgação da Constituição de 1988 e da LDB em 1996, conforme se pode inferir, constituíram o lastro para a criação de políticas e programas que viriam a materializar o acesso e a permanência dos jovens na universidade. Nesse espectro, destacam-se os decretos referentes ao REUNI e ao PNAES, como implementadores de ações que resultaram na expansão das universidades federais, possibilitando, respectivamente, o acesso ao ensino e a permanência na instituição.

3.3 O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)

O REUNI é um programa originário de proposta da ANDIFES, instituído pelo Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que assegura a democratização do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, e o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL. Decreto 6.096, 2007). Das diretrizes do Programa destacam-se os seguintes pontos:

Art. 20 – O programa terá as seguintes diretrizes: I – redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas, especialmente no turno noturno da graduação; mobilidade estudantil ampla; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; programa de inclusão social e assistência estudantil.

Para a implantação do REUNI, no ano em que o Programa foi criado, as universidades teriam de apresentar propostas ao Ministério de Educação para alcançar as metas de eficiência, ou seja, alcançar, ao final do programa, uma taxa de conclusão de 90% da razão

aluno-professor. No âmbito da UFBA, a adesão ao REUNI foi marcada por uma acirrada discussão, com intensa oposição do movimento estudantil e de alguns representantes de unidades de ensino. Esse conflito aconteceu mesmo após a proposta ter sido amplamente discutida nas unidades universitárias e de ter sido esclarecido, pelo Reitor, que a participação no Programa estava relacionada à ampliação de vagas e ao recebimento de mais recursos por parte UFBA.

A adesão ao REUNI, na UFBA, foi aprovada em 19 de outubro de 2007, por 28 votos a favor, num quórum de 33 membros que registraram a presença numa sessão extremamente conturbada e polêmica (ALMEIDA FILHO, 2010). Mesmo após a assinatura da adesão pelos representantes do Conselho Superior da Universidade (CONSUNI), estudantes ocuparam a Reitoria por 42 dias e só se retiraram após o mandado de reintegração de posse expedido pela Justiça Federal.

Com os recursos do REUNI, a UFBA recebeu mais de 200 milhões de reais do orçamento público federal, para gastos com a ampliação de vagas, contratação de docentes e técnicos no período de 2007 a 2012.

O REUNI possibilitou a ampliação do acesso de estudantes ao ensino superior, alterando o índice de 10% de jovens na faixa de 18 a 24 anos matriculados nas universidades e envidando esforços para se aproximar da meta estabelecida no PNE, que previa em 30% o percentual de aumento para que o Brasil se encontrasse em nível de igualdade com as maiores nações do mundo. Com o REUNI, foi introduzido, no sistema federal de educação superior, um modelo de gestão semelhante ao do Sistema Único de Saúde, que implica a elaboração de um planejamento estratégico, contendo os insumos e as atividades das universidades e definindo o repasse de recursos para atender às metas previstas, além da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES⁶) e da CAPES⁷. Assim, o REUNI contribuiu para reduzir a dívida social que o Estado brasileiro contraiu ao longo de muitos anos, ao restringir o acesso das camadas mais baixas da sociedade ao campo da educação superior.

⁶Tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

⁷Desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

3.4 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)

Em 12 de dezembro de 2007, foi promulgado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destacando a importância da assistência estudantil como direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público. Esse Plano foi regulamentado em 19 de julho de 2010 pelo Decreto 7.234 e assinado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Passou a ser denominado Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse decreto veio ratificar a luta das IFES, do FONAPRACE e do movimento estudantil. Esses órgãos foram protagonistas na luta pela regulamentação da assistência estudantil como política de direitos, a fim de possibilitar que os jovens da educação pública superior usufríssem das diversas possibilidades que o ambiente acadêmico lhes pode proporcionar durante sua permanência na universidade. Dessa forma, os objetivos do PNAES são:

- I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III. Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV. Contribuir para promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL. Decreto 7234, 2010, p.1)

Nesse contexto, as ações de assistência estudantil do PNAES foram definidas para desenvolvimento pelas IFES nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

As ações estabelecidas apresentam um delineamento geral e são desenvolvidas pelas IFES de forma a priorizar as necessidades de cada região, levando-se em conta a realidade local. Destacam-se as áreas de moradia estudantil, alimentação e transporte como as mais demandadas pelos estudantes de origem popular que ingressam nas universidades públicas, oriundos de famílias de baixa renda. Analisando a importância dos referenciais legais nas diversas esferas da União, é essencial ressaltar a contribuição da Constituição Federal de 1988, da LDB de 1996, dos decretos presidenciais que instituíram o REUNI e o PNAES, além de outras bases legais que serviram de suporte para este estudo, conforme é demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Base legal e normativa sobre apoio aos estudantes das IFES

Título do documento	Origem	Data	Finalidade
Constituição Federal	Presidência da República	1946	Assegurar educação como direito de todos os cidadãos e determinar à União fixar diretrizes e bases da educação nacional
Constituição Federal (art. 205 e 206)	Presidência da República	05/10/1998	Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça.
Lei Nº 9.394 – LDB	Presidência da República	20/12/1996	Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.
Decreto n. 6.096/2007	Presidência da República	24/04/2007	Instituir o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).
Decreto Nº 7.234 – PNAES	Presidência da República	19/07/2010	Instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Fonte: Elaboração da autora.

O conjunto de leis e decretos existentes, no âmbito do Governo Federal, orienta as IFES no sentido de nortear essa política, definindo ações que legitimam programas e os projetos, para que sejam efetivados em prol desse grupo de atores sociais, caracterizados por vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, o que precisa ser discutido amplamente nas diversas instâncias do ensino superior é, de um lado a demanda reprimida, isto é, as solicitações não atendidas; e, de outro, se existe uma medida de efetividade que dê ampla cobertura aos jovens de origem popular que ingressaram nas universidades públicas, nos últimos anos e que precisam ser mantidos nesse contexto para mudar o cenário excludente ainda em vigor no país.

4 A UFBA: HISTÓRIA E COMPROMISSO SOCIAL COM A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR

Em fevereiro de 1808, foi criada a Escola de Cirurgia da Bahia, atual Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira do país e a mais antiga unidade da UFBA. Entretanto, só em 1946 foi criada a Universidade da Bahia, reunindo os seguintes estabelecimentos de ensino superior: a mencionada Faculdade de Medicina da Bahia e suas escolas anexas de Farmácia (1832) e Odontologia (1864); Escola de Agronomia (1875); Academia de Belas Artes (1877); Direito (1891) e Politécnica (1896); a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941); e a Escola de Biblioteconomia (1942).

Assumiu a denominação de Universidade Federal da Bahia em 1951, quando ocorreu a instituição de outros serviços e cursos, tais como o Hospital das Clínicas, o Museu de Arte Sacra, o Centro de Estudos Afro-Orientais, as Faculdades de Arquitetura e de Educação, a Escola de Música e Artes Cênicas e os Institutos de Geociências, Matemática, Física, Química, Biologia e Ciências da Saúde. Finalizava-se o processo de agrupamento das faculdades isoladas, iniciado em 1946, e a UFBA assume a posição da maior IFES da Bahia, oferecendo serviços e cursos à população de Salvador e a outros municípios do Estado.

Atualmente, mantém *campi* nos municípios de Salvador e Vitória da Conquista, disponibilizando 112 cursos de graduação e 163 de pós-graduação, contando aproximadamente com 32 mil estudantes matriculados, sendo 29 mil em Salvador e 1,3 mil em Vitória da Conquista (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. PROAE, 2013)

No período compreendido entre 1950 e 2001, as ações sociais desenvolvidas apresentavam um caráter predominantemente fragmentado, assistencialista e imediatista. O órgão responsável pelos programas e ações sociais era a Superintendência Estudantil, contando com uma equipe técnica constituída, em sua maioria, por assistentes sociais que procuravam atender às necessidades imediatas dos estudantes oriundos do interior da Bahia. Dos serviços disponíveis, os mais procurados eram as residências e os restaurantes universitários, onde era oferecida alimentação (total ou subvencionada), além de outros benefícios, como auxílio financeiro para suprir as necessidades de material didático, aquisição de óculos, medicamentos, entre outros.

A primeira tentativa de implementar ações ligadas à assistência estudantil ocorreu na gestão de Edgard Santos, o primeiro e mais importantes reitor da UFBA. Nascido em Salvador em 1894 e formado pela Faculdade de Medicina, dirigiu essa instituição como reitor entre 1946 e 1961, liderando o processo de federalização e implantando a infraestrutura física e de pessoal de uma universidade integrada. Como pontuou Naomar de Almeida Filho,

Edgard Santos, “[...] em cinco mandatos sucessivos, mostrou-se eficiente administrador e corajoso líder acadêmico, encampando projetos intelectuais e artísticos arrojados e inovadores”, inspirado nos ideais de Anísio Teixeira. Graças à sua obra, “[...] a Bahia tornou-se um dos principais centros nacionais de produção de cultura e arte, lançando as bases para movimentos que vieram a renovar a cena cultural brasileira: da Música Nova à Tropicália, da Bossa Nova ao Cinema Novo”. Naquele reitorado, foi criado, em 1950, o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), destinado a fornecer auxílio aos estudantes matriculados nas escolas unificadas, ainda que com base em modelos clientelistas e protecionistas (ALMEIDA FILHO, 2007)

Nos últimos anos, com o processo de democratização do ensino superior no país e o crescimento das políticas públicas, ocorreram mudanças de atitudes da população brasileira na luta pelos direitos sociais, o que acarretou uma procura maior por vagas em universidades públicas. Para atender às demandas surgidas em função da diversidade étnico-racial e social da população que ingressava na UFBA, o então reitor Naomar de Almeida Filho pensou num modelo de órgão que traduzisse os ideais e anseios dessa população, no sentido de possibilitar acesso a programas e ações sociais que a incluíssem na Universidade. Foi convidado para tal empreitada o professor Álamo Pimentel, cuja experiência acadêmica e vivência em projetos sociais propiciaram o desenvolvimento de ações efetivas que deram origem à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), onde ele foi o primeiro Pró-reitor. Criada em 20 de dezembro de 2006, essa Pró-reitoria resultou de uma das proposições do Programa de Apoio Social à Comunidade Estudantil da UFBA, que priorizava o não assistencialismo, a sustentabilidade, a cogestão e a inserção nas políticas de inclusão social e integração acadêmica (PIMENTEL, 2013, p. 272).

A criação do órgão que iria substituir a Superintendência Estudantil (SEST) não foi tão simples, pois resultou de embates e discussões políticas entre representantes do Diretório Central de Estudantes (DCE) e da Administração Central da UFBA. Ambos os grupos desejavam a mesma coisa: um espaço institucional que traduzisse possibilidades concretas do desenvolvimento de ações sociais que permitissem a inclusão social dos estudantes de origem popular na universidade; no entanto, a discordância principal referia-se ao nome do novo órgão. Para os estudantes, deveria chamar-se Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), pois, segundo eles, a denominação representava suas lutas históricas e a compreensão de uma política de maior inclusão social. Os representantes da Administração Central reconheciam que o nome deveria incluir o conceito de ações afirmativas por representar, segundo Álamo Pimentel (2013, p. 283), “[...] as noções de diferenças culturais e

diversidades como elementos de transformação conceitual das ações afirmativas como políticas de inclusão social”.

Pela Resolução nº 5 de dezembro de 2006, do CONSUNI, após vários conflitos e tensões, a PROAE foi finalmente criada com o nome de Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, isto é, uma síntese das duas perspectivas. Nesse formato, assume a missão da gestão das políticas de ações afirmativas e dos programas de assistência estudantil da UFBA.

Desse modo, de acordo com Pimentel (2013), a criação da PROAE representou uma ruptura de paradigmas antigos e possibilitou outras visões em relação aos processos de institucionalização de ações afirmativas e da assistência estudantil. Tratou-se da construção de um espaço resultante das diferentes lutas e conquistas, visando a fortalecer as ações voltadas para atender às necessidades acadêmicas e de inclusão social.

A PROAE adotou um novo modelo, diferente do anterior, referente à antiga SEST, caracterizada por ações mais restritas, com limitações de recursos financeiros e dependente de outros setores da universidade. O objetivo da nova Pró-Reitoria era ampliar o raio de ação da assistência, em função do aumento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que ingressavam nos cursos superiores da UFBA em decorrência da expansão do ensino superior. Essas ações foram viabilizadas após a implementação do REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096/07, de 24 de abril de 2007. Com os recursos do REUNI, foi possível intensificar os programas da PROAE, que também contou com apoio decisivo dos recursos federais do PNAES, responsável pela ampliação do número de bolsas para atingir o público-alvo: estudantes de primeira graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos da capital e do interior, cujas famílias apresentam renda de até um e meio salário-mínimo *per capita*. De acordo com o Regimento Interno (UFBA, 2013), compete à PROAE o exercício das funções de apoiar e assistir ao corpo discente em suas necessidades, bem como planejar, fomentar, dirigir, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar os programas e projetos de ações afirmativas e de assistência estudantil, de acordo com suas competências específicas.

Na PROAE, existem duas instâncias que respondem: uma pelas ações afirmativas – Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED) – e outra pela assistência estudantil – Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante (CPAE). Ambas se propõem a realizar, além de ações sociais, atividades acadêmicas, artísticas e

culturais norteadas pelos princípios de equidade, justiça e responsabilidade social.⁸ Na segunda, em 2013, foram criados o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas e Especiais (NAPE).

Entre as várias funções da CPAE, destacam-se o cadastramento de estudantes candidatos às bolsas para conferir se eles estão dentro do perfil exigido, além de orientação, entrevista, seleção e encaminhamento para os programas sociais da própria Pró-Reitoria, para os serviços existentes na UFBA e na comunidade externa. Para atender aos pleitos dos estudantes a cada semestre, a PROAE publica edital com a divulgação do processo para que os candidatos possam participar da seleção das bolsas, programas de moradia, alimentação, transporte, creche, cadastro geral, entre outros.

Por meio da CPAE, os estudantes se inscrevem para os seguintes programas: Residência Universitária e Hospedagem; Auxílio Moradia; Serviço de Alimentação; Auxílio Transporte; Auxílios Eventuais; Programa Convênio de Graduação (PEC-G); Creche UFBA.

O benefício de **Residência Universitária** reúne os espaços de moradia e convivência. Destinado, prioritariamente, a estudantes oriundos do interior da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador, inclui desjejum nas próprias residências e almoço e jantar no Restaurante Universitário. Nesse mesmo formato, há o **Serviço de Hospedagem**, distinto da Residência porque nele a Universidade estabelece o espaço de moradia e convivência em casa alugada mediante contrato com um proprietário.

O estudante beneficiado pelo **Auxílio Moradia** recebe mensalmente da Universidade o valor de R\$ 400,00 para pagar um local de moradia durante a graduação, além de direito a almoço e jantar no Restaurante Universitário. Entretanto, como esse espaço não funciona no turno matutino, o discente ainda recebe o valor de R\$ 150,00 para arcar com as despesas do desjejum.

O **Auxílio Alimentação** permite o acesso gratuito ao Restaurante Universitário, tanto para estudantes contemplados com esse benefício, quanto para os moradores na Residência Universitária, Serviço de Hospedagem e os contemplados com a bolsa moradia. O discente tem direito a realizar duas refeições, almoço e jantar. Os não contemplados por esse benefício pagam R\$ 2,50 por refeição no referido Restaurante.

O **Auxílio Transporte** é um benefício no qual é repassado o valor de R\$ 84,00 a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que residem prioritariamente em

⁸ Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia (PDI), 2012-2016.

bairros periféricos ou na região metropolitana de Salvador, para subsidiar os gastos com deslocamento entre sua casa e a Universidade.

A **Creche UFBA** oferece serviço para crianças na faixa etária entre 4 meses e 4 anos, atendendo às necessidades sociais, psicopedagógicas e de alimentação. É destinada para filhos de estudantes e funcionários. Além desse serviço, concede auxílio financeiro no valor de R\$ 150,00 para ajudar nas despesas das crianças, principalmente os filhos de estudantes que moram em bairros distantes e não têm como trazê-los para a creche.

A CAAED, como órgão responsável pelas ações afirmativas, executa, entre outros, os seguintes programas: UFBA em Paralaxe, implantado em 2014; Permanecer; Bolsa Permanência, Projetos Especiais; Conviver; e Esportes. Dos Programas citados, o que se apresenta como o mais relevante, pela sua abrangência, é o Permanecer.

Criado em 2007, o **Programa Permanecer** contribui para a consolidação das políticas de ações afirmativas, ao oferecer bolsas ligadas à produção acadêmica de estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Além do cadastro na PROAE, o estudante precisa entrar em contato com um docente que coordene um projeto inscrito no programa e que esteja relacionado à área de formação e interesse. Caso seja selecionado pelo professor-titular, passará a integrar sua equipe e receberá uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), com duração de 12 meses, podendo ser renovada a depender do coordenador do projeto e do interesse do aluno.

Dos programas da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade inclui-se o **Programa Bolsa Permanência**, criado em 2013.2, pelo Ministério da Educação, que concede bolsa para estudante em situação de vulnerabilidade social e econômica no valor de R\$ 400,00 para cursos de Medicina e Engenharia de Minas. Entretanto, os estudantes que se declararem indígenas e quilombolas recebem bolsa no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) durante todo o curso superior.

Ademais dos programas já citados, a PROAE disponibiliza serviço de fotocópia, auxílio financeiro para a aquisição de óculos, medicamentos, material didático obrigatório e apresentação de trabalhos científicos em eventos acadêmicos, para todos os estudantes cadastrados, que estejam cursando a primeira graduação, cujas famílias se encontrarem no perfil de renda de até um e meio salário-mínimo *per capita*.

4.1 A GESTÃO INSTITUCIONAL E OS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA NA UFBA

Para possibilitar a inclusão dos novos discentes de origem popular nos programas de permanência, fez-se necessária uma série de mudanças no modelo de gestão da UFBA. Nesse novo contexto, a gestão assume um papel relevante no sentido de contribuir para a operacionalização dos programas e benefícios sociais, procurando aplicar os recursos provenientes do Governo Federal de forma a responder às múltiplas demandas desses atores.

Para analisar a política de ação afirmativa e de assistência estudantil na UFBA, é preciso compreender o processo de gestão, partindo do entendimento de que a criação de programas, projetos e ações sociais não garante, necessariamente, sua efetividade, pois ela dependerá da forma como é operacionalizada e gerida. No caso de organizações como a UFBA, o aspecto gerencial precisa ser analisado cuidadosamente, considerando a complexidade desse tipo de entidade, em decorrência da convivência, em seu âmbito, de diferentes correntes ideológicas e políticas, conforme o pensamento de Mintzberg (1983 apud PAZ; MARTINS; NEIVA, 2004), que também discute o poder como elemento presente nas organizações complexas e como desafio para gestão. Nesse sentido, a competência da gestão estará em saber articular e contornar as contradições, divergências e pressões para fazer cumprir a missão institucional da universidade pública, principalmente no que tange ao atendimento aos grupos mais vulneráveis da população.

A gestão, pela própria natureza de sua materialidade na universidade pública, tem sido discutida como uma forma de trabalho que deve expressar tanto as mudanças pelas quais o ensino superior tem passado nos últimos anos, quanto a criação das condições para fazer cumprir, não somente as proposições constitucionais e da LDB, mas a missão institucional, no sentido de lidar com essa nova realidade do ensino superior no país, motivada pelo ingresso de novos atores sociais. Para garantir a efetividade do serviço público e o cumprimento de seu papel institucional, a gestão deve pensar em promover ações a partir de aspectos concretos relacionados às atividades de planejamento, organização, avaliação, promovendo reflexão política e gerencial ao considerar a realidade na qual está intervindo. (PAZETO, 2000) As autoras Cervigicele e Souza (2013) discutem sobre a importância da formação específica em gestão por parte das pessoas que assumem tal posição, entendendo a função não só como política, mas também a partir de uma dimensão técnica.

No âmbito da discussão proposta e considerando que o Programa Bolsa Moradia é permeado por aspectos ligados à gestão, é importante discutir como esses aspectos podem interferir na efetividade do processo e nos seus resultados, assim como quais os desafios que a

gestão encontra para fazer cumprir as determinações do PNAES e o papel institucional na própria UFBA. Dentro desse campo, já pensando em atividades gerenciais que impactam os resultados dos programas de assistência estudantil, temos o primeiro deles, que é o planejamento, atividade típica de gestão, concebido como definição prévia de objetivos e ações com base em métodos claros e objetivos. (STONER; FREEMAN, 1995) Essa é uma atividade essencial na gestão, pois permite que as ações estejam ajustadas às necessidades, diminuindo o desperdício de recursos e prejuízos no acesso a direitos.

Em relação à assistência, o planejamento se refere a dois pontos primordiais: o primeiro deles é pensar na distribuição do recurso do PNAES para o desenvolvimento das ações, levando-se em consideração outras demandas de moradia estudantil e outras necessidades de assistência estudantil. O segundo é quanto ao próprio processo de seleção de beneficiários, que inclui desde a elaboração do edital, cronograma e formulação das etapas de seleção. Aqui, necessita-se de um processo ágil, a fim de evitar possíveis desgastes aos beneficiários e à Universidade.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração corresponde às atividades de acompanhar, controlar e avaliar as ações do programa, de modo a garantir que as etapas dos processos sejam realizadas em conformidade com o estabelecido e que seus resultados não desviem substancialmente do esperado. (STONER; FREEMAN, 1995) A avaliação é uma ferramenta de grande importância nesse processo, pois retroalimenta a discussão acerca das ações, trazendo elementos que são fundamentais para decisões quanto à gestão e à operacionalização da política de assistência estudantil.

A carência de processos sistemáticos de avaliação e controle do programa instala uma situação de dúvidas quanto à sua efetividade, já que não se sabe ao certo se o recurso e o serviço disponibilizado estão atendendo ao propósito para o qual foram instituídos. É preciso que a gestão dos programas crie estratégias com a finalidade tanto de avaliar os resultados e se os insumos utilizados estão demonstrando transparência para a legitimidade dos processos e ações empregadas, quanto para pautar decisões planejadas com vistas às melhorias a serem realizadas.

É fundamental, para a gestão, o uso de informações sistematizadas que embasem a tomada de decisão, e as universidades públicas precisam de sistemas de informação que deem conta das mudanças e exigências do mundo moderno. (BERNARDES; ABREU, 2014) Além disso, as decisões tomadas no âmbito da administração pública provocam impactos sociais e políticos, e isso exige cautela por parte da gestão no uso das informações, dos parâmetros legais e técnicos para a devida definição de decisões corretas. Os programas ou ações

realizados na PROAE-UFBA, em geral, produzem insumos em termos de informações que são ricas fontes para pensar políticas e tomar decisões de grande impacto. Esses Programas, quando não suficientemente sistematizados ou quando não geridos por sistemas informatizados que deem conta de seu volume e organização, podem se perder e inviabilizar a produção de respostas efetivas à sociedade.

A gestão da informação, conforme Pinho, Abrahão e Ferreira (2003), permite que as ações sejam realizadas com mais confiabilidade e guiadas por *inputs* norteadores de como o trabalho deve ser realizado. É relevante ressaltar que sua importância é vinculada não somente aos aspectos gerenciais, mas também à relação que o serviço público estabelece com os cidadãos, já que eles têm pleno direito de acesso às informações. A administração pública, por apresentar um imperativo legal, institucional e administrativo, tem o dever e a necessidade de gerir informações acerca de seus processos, atividades e resultados, devolvendo-as à população de forma fidedigna, precisa e atualizada.

Outra dimensão importante é desenvolver a articulação da gestão com os diversos setores da universidade, fazendo valer o entendimento de que o tema da assistência estudantil deve fazer parte das discussões das unidades acadêmicas e das instâncias de deliberação. Tal articulação visa a ampliar as possibilidades dos programas de assistência ao estudante, sendo caracterizada em dois âmbitos: o do aperfeiçoamento da discussão sobre o tema em si, o qual permite uma melhor compreensão e definição de políticas mais adequadas à universidade; e, no outro âmbito, refere-se à operacionalização do programa ou das ações, em que a discussão e a participação da comunidade estejam ligadas à percepção e avaliação que ela faz dos resultados. Nesse sentido, promover o debate sobre o tema “assistência à moradia”, além de ser uma importante forma de discutir a gestão, é um meio efetivo de garantir a transparência das ações os resultados encontrados e as dificuldades enfrentadas.

A gestão deve estar aberta ao diálogo, já que ouvir e debater com os beneficiários do programa é fundamental para garantir a realização de uma ação institucional legítima e pautada nas suas reais necessidades. O papel do gestor deve ser ampliado e repensando continuamente. É preciso que a aproximação com os estudantes seja pauta constante e concreta para que a efetividade das ações não esteja desarticulada dos debates políticos, sociais, e dos anseios concretos da comunidade à qual a política se destina.

A garantia de acesso ao direito à assistência estudantil prevista pela legislação (PNAES) deve ser pano de fundo para as ações de planejamento, acompanhamento e avaliação dos programas. A gestão deve pensar não apenas no acesso em si, mas na forma como o processo ocorre, de modo que o estudante não seja prejudicado com os problemas e

entraves burocráticos da gestão pública, o que, não raras vezes, provoca desgastes desnecessários e prejuízos do ponto de vista da prestação do serviço público.

Por fim, os desafios para a gestão do programa bolsa moradia são também encontrados no âmbito mais amplo do serviço público, notadamente em universidades públicas, como a UFBA, em que as tensões político-ideológicas acerca do tema da ação afirmativa, inclusão social, a burocratização do serviço público, problemas de comunicação e a dificuldade de planejamento e de organização dos processos de trabalho limitam as possibilidades de ações do programa. A necessidade de superação desses elementos marca o papel central da gestão na universidade e no cumprimento do PNAES, já que são responsabilidades institucionais a superação das dificuldades e a busca de solução para os problemas detectados.

5 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS AOS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA

No Brasil, o termo assistência remete ao campo das políticas sociais, de maneira especial ao da assistência social, o que, de acordo com Sposati (2006), requer sua desmistificação. Para a autora, o termo assistência tem sido relacionado à pobreza e, frequentemente, é confundido com assistencialismo. Historicamente, o termo tem essa conotação negativa na cultura brasileira porque o serviço público se coloca como o *locus* que satisfaz as necessidades dos indivíduos. De um lado, há falhas no compromisso de alguns dirigentes quanto aos direitos; de outro, há uma tendência da população a desculpar o que é produzido pelo Estado, na medida em que as ações governamentais são vistas como ajudas circunstanciais, que resultam mais da bondade dos governantes do que do reconhecimento da dignidade do cidadão.

A assistência social, na sua conceituação, apresenta princípios universais, enquanto a assistência estudantil está voltada especificamente ao âmbito da educação superior pública. Para que a assistência estudantil adotasse um caráter de política pública, foram necessários anos de discussão e luta da ANDIFES e do FONAPRACE, órgãos que atuaram junto ao movimento estudantil para exigir do Governo Federal a ampliação de recursos para os programas, benefícios e ações voltadas para os estudantes de origem popular que ingressavam nas universidades públicas federais, oriundos de famílias com perfil de vulnerabilidade socioeconômica, cuja renda se encontra na faixa de até um e meio salário-mínimo *per capita*.

A trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil apresenta uma interface com a da política de assistência social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e pela promulgação da nova Constituição de 1988, que assegura os direitos sociais aos cidadãos brasileiros. A assistência estudantil, como política pública, destina-se a atender cada vez mais aos estudantes do ensino superior com baixa renda familiar; portanto, deverá estar cada vez mais comprometida com a parcela dos que estão excluídos socialmente, transferindo a responsabilidade do compromisso com esses grupos sociais para o Estado, por meio do desenvolvimento de programas e ações sociais que possam assegurar a permanência dessa população no curso de graduação.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental sensibilizar as autoridades, os legisladores e a comunidade universitária para a importância da assistência como parte de um projeto acadêmico que tenha como proposta formar cidadãos qualificados e competentes. (FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2012)

Constatou-se, ao longo do século XX, que a assistência estudantil esteve submetida a uma lógica na qual predominavam as ações clientelistas, fragmentadas e restritas, sem representar a devida importância no contexto da educação superior, como afirma Vasconcelos (2010, p. 603). Nessa perspectiva, a assistência estudantil, como mecanismo de direito social, tem por finalidade prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e para a superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico do estudante, no sentido de oferecer melhores condições no decorrer de sua graduação, minimizando o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (VASCONCELOS, 2010)

Desse modo, a assistência estudantil abarca um conjunto de medidas adotadas pelas IES e voltadas para garantir a permanência e a conclusão do curso superior por parte dessa população. Por conseguinte, as ações prioritárias devem estar relacionadas àquelas que venham a dar respostas às demandas de natureza social e econômica.

As ações de assistência estudantil, em sua maioria, se caracterizaram por iniciativas expressivas, que buscam atender às pressões advindas dos movimentos sociais, notadamente do movimento estudantil. Mas, em outros momentos, essas ações são mais tímidas, em decorrência da influência mais robusta dos grupos hegemônicos no controle sobre as ações do Estado.

Mesmo sabendo da importância das ações de assistência estudantil, havia uma lacuna a ser preenchida: fazia-se necessária uma ação mais efetiva, que traduzisse o que estava escrito nas leis, nos ideais políticos vigentes no país, que caracterizavam uma mudança de um paradigma elitista subjacente nas universidades brasileiras, para outro que refletia o cenário de mudanças que emergiam na sociedade, no sentido de incluir indivíduos vulneráveis social e economicamente. Nesse cenário, surgiu a política de ação afirmativa, como medida adotada para que estudantes de escolas públicas, negros, pardos e índios pudessem ter a oportunidade de ingressar no ensino superior público e gratuito. Dessa maneira, Almeida Filho (2010, p. 126) afirma que: “Valorizando também a questão da cor, como demandavam os movimentos negros, a universidade reafirmou a necessidade de interferir também nos resultados recorrentes de todos esses anos de exclusão racial”.

Para compreender o processo de implantação da política de ação afirmativa no País, é importante destacar que essa temática já vinha sendo adotada em outras partes do mundo. Segundo Gomes (2001a), essa ação é uma criação pioneira do Direito nos Estados Unidos, caracterizando uma mudança de postura do Estado no sentido de abandonar a suposta neutralidade que prevalecia na aplicação das políticas governamentais.

No Brasil, a política de ação afirmativa passou a ser discutida a partir de 1998 e foi concretizada no ano de 2005 com a implantação do sistema de cotas, previamente definidas, e pelo acesso de representantes das minorias a certos setores do mercado de trabalho e às instituições educacionais. Em síntese, as ações afirmativas podem ser definidas como:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticadas no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2001b, p. 135)

Compreende-se, desse modo, que a política de ação afirmativa se baseia no princípio de que não basta proibir a discriminação no presente, mas é preciso eliminar também os efeitos persistentes da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar, garantindo, assim, a concretização da igualdade de oportunidades. Entre os objetivos da política de ação afirmativa destacam-se:

- Alcançar maior diversidade e representatividade dos grupos ou categorias marginalizados dos espaços sociais mais valorizados.
- Eliminar as barreiras artificiais e invisíveis que dificultam o avanço das minorias, representadas por negros, mulheres, índios, mesmo quando não exista uma política oficial com a finalidade de mantê-los em posição subalterna.

A manutenção da ação afirmativa somente se justifica enquanto a desigualdade perdurar. Trata-se, portanto, de uma medida temporária, cuja duração depende da monitoração constante da desigualdade que se pretende combater.

Para Feres Junior e Zoninsein (2008),

[...] a ação afirmativa deve cumprir dois requisitos: o da legalidade e o da moralidade. O requisito da legalidade se refere a que a ação afirmativa tem que respeitar o sistema legal do país onde é implantada, em especial, a norma constitucional. O requisito da moralidade diz respeito à relação com os valores da sociedade onde a ação afirmativa acontece.

Considerando que a Constituição brasileira determina a proteção e a promoção cultural indígena e afro-brasileira, além de garantir direitos especiais para vários grupos discriminados, pode-se afirmar que, no caso do Brasil, a ação afirmativa é considerada constitucional. Mesmo não havendo um artigo específico na Constituição para a implantação

de uma política de ação afirmativa para pretos e pardos no ensino superior, essa iniciativa não contradiz o espírito da Carta Magna e não é, de maneira alguma, interdita por ela.

A primeira discussão sobre ação afirmativa data de 1968, quando o Ministério do Trabalho manifestou-se a favor da criação de uma lei que obrigasse empresas privadas a contratar uma porcentagem de empregados negros. Tal lei não chegou a ser elaborada. (SANTOS, 2009, p. 222) Foi somente nos anos de 1980, com a redemocratização do país, que o então deputado estadual Abdias Nascimento formulou o primeiro projeto de lei, propondo uma “ação compensatória” à população afro-brasileira, em diversas áreas da vida social, como reparação pelos séculos de discriminação sofrida.

O debate, restrito até então ao movimento negro e a alguns intelectuais, ampliou-se a partir de meados dos anos de 1990. Em 1995, pela primeira vez, o presidente da República reconhece que o Brasil é um país racista e organiza um encontro, no ano seguinte, com o objetivo de pensar ações que modifiquem essa situação. (MOEHLECKE, 2000)

No entanto, foi preciso esperar mais oito anos para que o assunto entrasse na agenda política nacional, como ocorreu por meio do programa de combate ao racismo apresentado pelo Governo Federal na Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. A partir dessa data, as políticas de ações afirmativas direcionadas à população negra espalharam-se pelo país.

Portanto, a concepção de ação afirmativa, além de ser coerente com a Constituição de 1988, guarda similaridades com outras constituições contemporâneas do mundo todo (SILVA, 2008): além dos Estados Unidos, a ação afirmativa e a igualdade substantiva estão presentes nas constituições do Canadá, da Alemanha, Finlândia, Bulgária, Polônia, África do Sul e Índia, dentre outros países.

Em termos normativos, a ação afirmativa se refere ao conceito de igualdade substantiva, segundo o qual a finalidade de qualquer sistema político-legal é promover a igualdade entre os seus membros e não somente submetê-los a critérios universais de igualdade formal. A igualdade universal formal é um meio para alcançar a igualdade substantiva.

O conceito de igualdade mudou ao longo do tempo, passando de uma concepção puramente liberal, na qual o papel do Estado era prover a garantia formal da igualdade de direitos, para outra de Bem-Estar Social, na qual o Estado, por meio de medidas de discriminação positiva, regula e interfere nas relações sociais e de mercado visando a produzir maior igualdade substantiva. (ABREU, 2008)

As desigualdades sociais no Brasil, quando se referem às questões raciais, adquirem maior dimensão, principalmente quando se analisa o acesso ao ensino superior, que revela a grande exclusão de jovens pretos e pardos em idade universitária. (HENRIQUES, 2001)

Segundo Feres Junior e Zoninsein (2008), se a universalidade fracassa em produzir igualdade, ou até mesmo contribui para a produção de desigualdades, então se justifica que medidas de discriminação positiva sejam adotadas.

No âmbito do ensino superior e da ação afirmativa, apesar das controvérsias geradas em relação ao quesito raça, as maiores discussões se referem à adoção do sistema de cotas, em relação ao percentual destinado aos estudantes oriundos de escola pública. Essa medida se apresenta como forma de reparar a injustiça social histórica, referente aos longos anos de exclusão de estudantes populares das universidades públicas federais.

O programa de ação afirmativa, que começou a vigorar em algumas universidades brasileiras, surgiu articulado com movimentos sociais que exigiam maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Tendo como premissa ideias democráticas, pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades como principais valores, essas ações propõem uma desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida ou que nunca existiu. (GUIMARÃES, 1997)

Nesse cenário, verifica-se que tanto a política de ação afirmativa como a de assistência estudantil representam um conjunto de ações dirigidas à emancipação e à promoção de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que ingressaram nas universidades públicas e apresentam dificuldades para permanecer no ensino superior. Segundo Faro (2008), pobreza e miséria, em nosso país, não são resultantes apenas da escassez de recursos, mas são fenômenos que, na verdade, refletem o perverso padrão de distribuição de renda, sobretudo porque, além de elevada, a desigualdade, no Brasil, tem demonstrado uma impressionante rigidez.

É com base nessa análise que o Estado brasileiro precisa intensificar as políticas de permanência, a fim de dar condições efetivas para que os estudantes de baixa renda tenham a oportunidade de concluir o ensino superior e, dessa forma, resgatar a dívida social acumulada ao longo dos séculos, concentrando as riquezas para uma parcela reduzida da população. Feito isso, a maioria dos estudantes que não tinha perspectivas de um futuro melhor passa a ter direito ao acesso e à permanência nas universidades públicas do país.

Dessa forma, ao serem adotadas medidas democráticas, em nível de políticas públicas, a parcela da população que se sentia excluída do ambiente acadêmico e sem condições mínimas começa a sonhar com um futuro melhor, e a educação assume um papel de destaque,

contribuindo para a inclusão social. Com a mudança dessa realidade, toda a sociedade é beneficiada, e o Brasil passa a ser um país menos injusto com os seus cidadãos.

5.1 O PROGRAMA DE BOLSA AUXÍLIO MORADIA NA UFBA: IMPLICAÇÕES COM A PERMANÊNCIA

A pesquisa com os estudantes contemplados com a Bolsa Moradia da UFBA, nos *campi* de Salvador, vem reacender a discussão de que a democratização do ensino superior não deve se limitar à ampliação da oferta de vagas, mas incluir políticas voltadas para a permanência dos estudantes oriundos das classes socialmente desfavorecidas. A democratização do ensino superior ampliou o acesso, possibilitando a estudantes que antes percebiam como distante o sonho de ingresso na universidade “[...] olhar para o horizonte, com os pés no chão”. (ANDRADE, 2003) Olhar para o horizonte com os pés no chão quer dizer aspirar a um sonho realizável, o que é viabilizado agora a partir do ingresso na Universidade. Entretanto, caso não haja condições reais para a continuidade, a conclusão do curso – o sonho – pode não se concretizar.

O ingresso na Universidade de estudantes oriundos de famílias em vulnerabilidade social e econômica é motivo de alegria, mas o percurso a ser trilhado gera preocupação, principalmente em função da ampliação dos gastos para sustentar o(s) filho(s) em Salvador, uma cidade grande e distante, com alto custo de vida. Além disso, para estudantes e familiares, a mudança do interior para a capital, ou seja, de um espaço com fortes laços de solidariedade social para outro, caracterizado pelo individualismo, competitividade e insegurança, representa motivo a mais para desgastes emocionais.

Dentre as diversas necessidades apresentadas pelo estudante para fixar residência em outra cidade, a moradia destaca-se como essencial porque, além de ser a mais onerosa, é primordial para que o indivíduo possa se instalar e viver dignamente. Portanto, se não houver condições efetivas para atender a essa necessidade e uma política efetiva que garanta condições para a permanência, poderá haver o abandono por parte do aluno. (SILVEIRA, 2012)

A preocupação com a moradia de estudantes que se deslocam em busca de conhecimento remonta a tempos antigos. Segundo Aranha (2006 apud GARRIDO, 2012), na Grécia antiga, ainda em tempos homéricos, as crianças de famílias nobres, depois de completar sete anos, eram enviadas a outros palácios para aprender. Em Esparta, no século IV a.C. a educação era adquirida de forma comunitária, longe da família.

Na Idade Média, destaca-se o papel dos mosteiros voltados para a educação religiosa e outros conhecimentos. Naquela época, a educação era destinada tanto para aqueles que tinham pretensão de seguir a vida monástica e habitavam aqueles espaços, como para a comunidade externa. Também são desse mesmo período as primeiras universidades ocidentais, algumas com a prática de acolher os estudantes em locais denominados *campus* universitário. (CHADDOCK, 2008; ARANHA, 2006 apud GARRIDO, 2012, p. 41)

Aqui no Brasil, ainda em tempos jesuítcos, muitos jovens partiam para a Europa para realizar seus estudos, pois a formação disponível para a educação superior era apenas religiosa. E mesmo a educação religiosa exigia a mudança de muitos estudantes para outras localidades dentro da própria Colônia, pois havia poucos colégios naquele período. (CUNHA, 2007) Os jovens que partiam para o exterior se dirigiam principalmente para Portugal. (ROMANELLI, 2009; SAVIANI, 2008; CUNHA, 2007; ARANHA, 2006 apud GARRIDO, 2012, p. 41)

Na atualidade, o fenômeno continua ocorrendo em diversas partes do mundo: as pessoas se deslocam para um determinado país, estado ou cidade em busca de educação para formação e aperfeiçoamento em diversos campos de saber. Na Europa, com a internacionalização das universidades a partir do Processo de Bolonha, surge mais uma importante circunstância que favorece o trânsito de estudantes entre os países-membros, em virtude da homogeneidade na estruturação curricular e em outros aspectos (ARAUJO; MORGADO, 2007). No Brasil, Garrido (2012) comenta que é crescente o número de pessoas que se descolam com objetivo de fazer um curso numa IES. Trata-se de um fenômeno que ocorre em todas as regiões em que existem moradias estudantis com propostas de acolher um grupo específico dessa população que busca permanência na Universidade.

É importante destacar que a busca por acolhimento nas universidades representa a aspiração a um direito reconhecido pela Constituição Federal, a qual inclui, como direitos fundamentais, a moradia, ao lado, entre outros, de educação, saúde, alimentação e trabalho. Como foi dito, é importante a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão do ensino superior por parte dos estudantes de origem popular, reduzindo os efeitos das desigualdades sociais perpetuadas por razões históricas e culturais. Conforme o próprio PNAES:

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado com uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de

lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições. (BRASIL. Decreto 7.234, 2010, p. 1)

Essa ideia explicita a necessidade de se desenvolverem ações articuladas, voltadas para a promoção de um ensino superior de qualidade, que assegure o atendimento às necessidades elementares dos estudantes de origem popular. As políticas que possibilitaram o acesso da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a exemplo das cotas sociais e raciais, fizeram com que a UFBA buscasse encontrar saídas para atender a esses segmentos da sociedade. Com isso, foram criados os programas e serviços de assistência aos discentes, em especial os programas de moradia estudantil.

Como a moradia representa uma prioridade básica para os estudantes de origem popular e está inscrita na Constituição Federal, é responsabilidade das universidades adotarem políticas que supram essa necessidade, evitando que os discentes abandonem o sonho de estudar numa universidade pública. Nessa perspectiva, Moraes e Dayrell (2008 apud COSTA; OLIVEIRA, 2012, p. 9) afirmam:

A moradia é um direito humano protegido pela Constituição Brasileira e pelos instrumentos internacionais. Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais, dentre os quais está o direito à moradia adequada, representam demandas das pessoas ao Estado e são reconhecidos pela legislação nacional.

Igualmente, a necessidade da moradia estudantil está prevista no artigo 3º do PNAES, que a inclui como uma das dez ações prioritárias voltadas para o atendimento ao estudante de origem popular.⁹ Pensando numa ação mais abrangente, no sentido de atender aos grupos minoritários que ingressaram na UFBA e reivindicavam espaços para morar, foi criado, em 2005, o Programa Bolsa Moradia, como uma solução para a permanência dos estudantes de primeira graduação que precisavam cursar a Universidade. Inicialmente denominado Bolsa Tipo 2, foi uma alternativa para suprir as deficiências do Programa de Moradia já existente, a Residência Universitária.

Desde 1956, a Residência Universitária da UFBA vem oferecendo vagas, em imóveis próprios, a estudantes oriundos do interior e, mais recentemente, em imóveis alugados, como espaços de moradia e convivência. Nesse sistema, os discentes compartilham quartos e demais espaços da casa, moram e trocam experiências entre si, além de usufruírem das três

⁹Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

refeições. Os estudantes beneficiados por esse programa, após o período necessário para a conclusão do ensino superior, têm direito de prorrogar a moradia por até três meses, segundo o Regimento Geral do Serviço de Residência Universitária ainda em vigor.

O Programa Bolsa Moradia, objeto deste estudo, foi uma resposta à demanda por vagas e por condições de moradia, difícil de ser atendida pelo sistema de Residência Universitária. Os demandantes aspiravam à individualidade, privacidade, concentração nos estudos e liberdade individual.¹⁰

Historicamente, a Bolsa Moradia teve origem em 2003, na Escola de Agronomia do município de Cruz das Almas, então unidade da UFBA e atualmente pertencente à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A implantação do benefício, à época, veio responder à ausência de vagas nas residências universitárias existentes naquele município. Como a experiência em Cruz das Almas proporcionou resultados satisfatórios, o então vice-reitor da UFBA, Prof. Francisco Mesquita, resolveu implantar o programa em Salvador, na tentativa de atender à deficiência de vagas da Residência Universitária.

Registra-se que, no período de sua implantação, houve muita resistência por parte de representantes das Residências Universitárias da UFBA e do movimento estudantil, que acreditavam que esse benefício seria uma estratégia política da Administração Central para acabar com as residências universitárias. À época, durante o período em que estavam abertas as inscrições dos editais, era comum os estudantes ligados ao Movimento das Residências fazerem plantão na antiga SEST, distribuindo panfletos, conscientizando os estudantes para que não optassem por esse benefício, porque era contrário aos interesses da classe estudantil e haveria atrasos na liberação do recurso. Tempos depois, a experiência registrou que muitos estudantes que outrora eram contrários a essa modalidade de moradia resolveram fazer a opção por entender as características e a sua efetividade. É importante registrar que, depois desse período, foi inaugurada em 2012, uma nova residência universitária, denominada Frederico Perez (em Ondina), com modelo diferente dos casarões antigos, atendendo aos padrões de arquitetura modernos, tendo sido discutido o projeto com os estudantes e a administração central.

O Programa de Bolsa Moradia tem por objetivo proporcionar ao estudante matriculado no curso de primeira graduação da UFBA e que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica (renda familiar de até um e meio salário-mínimo *per capita*) um auxílio pecuniário no valor de R\$ 400,00 para pagar as despesas com habitação. Oferece também R\$

¹⁰ Disponível em: <<http://www.residencia.ufba.br>>. Acesso em: 20.3.2014.

150,00 para o café da manhã (desjejum). Além disso, o estudante que participar desse programa tem direito ao almoço e jantar no Restaurante Universitário, durante todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados.

Para ter acesso ao benefício, o estudante precisa inscrever-se na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, durante o período de abertura semestral dos editais. A participação no processo seletivo implica comprovar a situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, se a família se encontra na faixa de renda de até um e meio salário-mínimo *per capita*. Para isso, terá de apresentar documento pessoal e do núcleo familiar, contendo informações sobre a vida social, cultural e financeira para que seja feita a análise documental pelo profissional de Serviço Social.

A divulgação dos editais é realizada no jornal *UFBA em Pauta*, no site do Sistema Permanecer (SISPER) e, em especial, pela PROAE, que distribui avisos e cartazes nas diversas unidades, e também nas residências e restaurantes universitários. A vigência do edital começa no décimo dia depois da matrícula e encerra-se no décimo dia depois do início das aulas, conforme o Regimento Geral do Serviço de Residência Universitária. Esse prazo é delimitado para garantir que os estudantes oriundos do interior se informem sobre a existência do programa.

Durante o período em que o edital está aberto, ocorre um grande fluxo de estudantes na PROAE para se inscrever, receber orientação e esclarecimento junto à Coordenação do Programa de Assistência ao Estudante (CPAE). A principal recomendação recebida pelo discente é reunir os documentos necessários para a participação no processo seletivo e análise socioeconômica por parte do Serviço Social. A reunião dos documentos tornou-se ainda mais crucial quando a PROAE decidiu suprimir a etapa da entrevista, restringindo a definição do perfil socioeconômico com base na análise documental. Deve-se observar que, embora o objetivo seja agilizar o processo, a supressão das entrevistas compromete uma análise mais detalhada das condições sociais dos candidatos. Para a análise mais cuidadosa, seriam necessárias não só as entrevistas, como as visitas domiciliares, o que é dificultado pela inexistência de diversos recursos materiais, como veículos e insuficiência de profissionais de serviço social para realizar essa atividade.

Diante da grande procura por benefícios e devido ao reduzido quadro de assistentes sociais na PROAE, atualmente a entrevista só é realizada em situações extraordinárias, a exemplo de casos quando dois candidatos ou mais apresentam o mesmo valor da renda *per capita* e (ou) outras vulnerabilidades, tais como desemprego e doença grave no grupo familiar. Eventualmente, em casos especiais, visando ao esclarecimento de informações

prestadas pelo candidato, também é realizada a visita domiciliar na Região Metropolitana de Salvador. Da mesma forma, para candidatos residentes no interior do estado, é solicitado apoio das (os) assistentes sociais das prefeituras e (ou) órgão federais.

Para participar do processo seletivo dos benefícios e Programas da PROAE, especialmente o Bolsa Moradia, é necessário que o estudante cumpra os seguintes requisitos:

- 1) Estar matriculado como aluno regular da UFBA.
- 2) Estar cursando sua primeira graduação e continuar atendendo às exigências cadastrais.
- 3) Enquadrar-se no perfil de vulnerabilidade social e econômica, já citado no trabalho¹¹.

Logo que se encerra o período das inscrições, a CPAE distribui, de forma equitativa, os processos de solicitação dos candidatos aos assistentes sociais que irão realizar a análise documental para definir o perfil socioeconômico do candidato e verificar se o valor da renda *per capita* calculado está coerente com as exigências do edital. Ao mesmo tempo, os assistentes sociais irão cruzar o valor encontrado com uma tabela com os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica (Anexo E), para obter uma visão mais detalhada de cada caso, identificando em que grau de vulnerabilidade o candidato se encontra.

Após análise individual dos casos atendidos por cada assistente social, são feitas discussões em grupo com toda a equipe para, em seguida, serem listados os estudantes em função da renda mais baixa até atingir o número de bolsas disponíveis. O resultado será divulgado por lista assinada pela Pró-Reitora e publicada na página do SISPER, no mural da PROAE, bem como em outros espaços da UFBA.

Na listagem com o resultado final, são divulgados a data, o local e o horário da reunião com os bolsistas selecionados. Esse evento conta com a presença da Pró-Reitora, da Coordenadora da CPAE, da equipe interdisciplinar constituída pelos assistentes sociais, pedagoga, psicólogo e administrador para as devidas orientações sobre o funcionamento do programa, as normas e os deveres dos bolsistas e para dar boas vindas aos bolsistas, além da troca de experiências. Nessa reunião, é esclarecido que o selecionado deverá cumprir as orientações, como abrir uma conta bancária, preencher o termo de compromisso, além de lembrar a renovação semestral, para não correr o risco de ter o benefício cancelado.

¹¹ Além desses critérios, os alunos oriundos do interior da Bahia são prioridade em relação aos da capital (2%) e de outros estados.

6 OUTRAS DESCOBERTAS E RESULTADOS DA PESQUISA: DIMENSÕES E CATEGORIAS

A apresentação dos resultados da pesquisa foi possível após a análise dos dados das questões abertas e fechadas contidas em questionário *on-line* enviado aos estudantes contemplados pela Bolsa Moradia da PROAE. O questionário objetivou traçar o perfil dos investigados, procurando abranger aspectos da vida acadêmica e pessoal, além da familiar. Além disso, pretendeu recolher informações sobre as percepções dos beneficiados acerca do auxílio recebido.

Os dados foram reunidos da seguinte maneira:

- **Perfil social e acadêmico:** reúne dados sobre idade, sexo, raça, cor ou etnia, estado civil, município de origem, local de residência antes de receber o auxílio e distância entre a moradia atual e a unidade de ensino. Também foi questionado se o estudante possuía ou não outra renda, além do Bolsa Moradia. Incluiu informações sobre o desempenho no curso e data de ingresso na UFBA.
- **Perfil familiar:** nesse item, buscou-se traçar um panorama sobre o contexto familiar dos estudantes, a fim de compreender aspectos relativos a estado civil e nível de escolaridade dos pais, situação de moradia e renda familiar.
- **As percepções sobre o Programa Bolsa Moradia:** nesse tópico, tratou-se de averiguar aspectos relacionados às percepções dos discentes sobre a PROAE, o funcionamento do Programa, a aplicação do recurso, o acolhimento na instituição, as dificuldades e facilidades referentes à bolsa.

Em relação ao perfil do estudante, na questão referente à idade, dos que responderam, constatou-se que 59,2% encontram-se na faixa etária de 21 a 30 anos, seguidos de 28,4 % com idade entre 17 a 20 anos, e 10% acima de 31 anos, conforme se apresenta na Tabela 1. Esses resultados podem refletir uma entrada relativamente tardia dos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica na Universidade, o que se presume estar relacionado às condições financeiras do grupo familiar a que pertencem e às possibilidades recentes decorrentes da democratização do acesso ao ensino superior. Os dados da FONAPRACE (2010) revelaram que 73% dos estudantes estão na faixa de 18 a 24 anos.

Tabela 1 – Distribuição por idade

Idade (em anos)	Nº	%
17 a 20	57	28,4
21 a 30	119	59,2
>= 31	20	10,0
N R	5	2,4
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

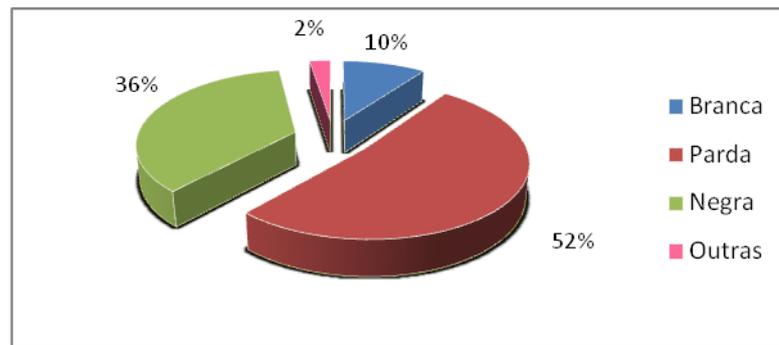
Em relação ao estado civil dos pesquisados, 96,5%, ou seja, a maioria absoluta dos estudantes contemplados pela Bolsa Moradia e que responderam ao questionário é constituída de solteiros. Os dados da pesquisa da FONAPRACE, realizada em 2010, indicam que 12% dos universitários baianos são casados ou vivem com companheiro(a). Ou seja, os dados encontrados na atual pesquisa revelam que os estudantes assistidos com a Bolsa Moradia da UFBA casam-se ou vivem conjugalmente com menor frequência do que os estudantes baianos em geral, contabilizados pelo FONAPRACE (2010).

Tabela 2 – Dados em relação ao estado civil

Estado civil	Nº	%
Casado/união Estável	5	2,5
Divorciado/separado	2	1,0
Solteiro	194	96,5
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

Ao serem analisadas as questões referentes ao item raça, cor ou etnia, verificou-se que 52% se autodeclararam pardos, enquanto 36% pretos e 10% brancos. O FONAPRACE (2010) apontou que o total de estudantes de raça, cor ou etnia preta e parda aumentou de 34,2% para 40,8% entre 2004 e 2010.

Gráfico 1 – Raça, cor ou etnia

Fonte: Dados coletados pela autora

Ao ser estabelecida a comparação entre esta pesquisa e os dados obtidos na pesquisa nacional do FONAPRACE (2010), constatou-se um aumento de 47,2% entre os estudantes que se declaram pardos e pretos. Compreende-se, assim, um crescimento expressivo dos estudantes classificados por raça, considerados minoria. A considerável presença de estudantes que se autodeclararam negros e pardos indica a necessidade de a PROAE intensificar e articular as ações de assistência estudantil e de ações afirmativas, conforme prevê a sua missão institucional presente na sua própria denominação. Esses grupos, tendo ficado por anos à margem da sociedade brasileira, exigem, além da assistência, investimentos voltados para a valorização e o reconhecimento da dívida histórica existente para com grupos racialmente minoritários.

Em relação ao item sexo, identificou-se, no público pesquisado, que 62,7% corresponderam ao sexo feminino e 37,3% ao sexo masculino. Percebe-se que esse percentual reafirmou o resultado das últimas pesquisas do IBGE, quanto ao aumento de mulheres que têm ingressado, nos últimos anos, em universidades públicas, contribuindo para reduzir a desigualdade histórica que restringia o papel das mulheres às atividades do lar. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE. PNAD, 2011) apontam que as mulheres passam mais tempo estudando do que os homens. Segundo estudo realizado pelo IBGE, as mulheres com mais de dez anos de idade estudam em média 7,5 anos, enquanto os homens 7,1 anos.

Tabela 3 – Distribuição por sexo

Sexo	Nº	%
Masculino	75	37,3
Feminino	126	62,7
<u>Total</u>	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

No que se refere ao ano de ingresso na UFBA, constatou-se que a maioria dos alunos beneficiados com a Bolsa Moradia ingressou no período de 2009 a 2013, conforme indica a Tabela 4. Essas informações revelam o impacto sobre a assistência estudantil dos recursos federais provenientes do REUNI (2007) e do PNAES (2010). Portanto, a ampliação de tais recursos representou avanços significativos para incluir estudantes não beneficiados por processos seletivos anteriores. Certamente, um banco de dados mantido pela PROAE teria facilitado o acompanhamento desses estudantes, tanto antes de ser beneficiados pelos novos recursos, quanto no próprio processo de sua inclusão, em face do aumento do número de bolsas.

Tabela 4 – Ano de ingresso na UFBA

Ano de ingresso na UFBA	Nº	%
2006	1	0,5
2007	1	0,5
2008	9	4,5
2009	14	7,0
2010	20	10,0
2011	37	18,4
2012	52	25,9
2013	67	33,3
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

Em relação aos estudantes que responderam a pesquisa, percebeu-se um número maior de estudantes do município de Feira de Santana, ou seja, um percentual de 6%, seguido de Salvador, 5%. Esses dados trazem novas descobertas no sentido de revelar que o programa,

originalmente pensado para atender a estudantes do interior, já conta com um número expressivo de pessoas moradoras de Salvador.

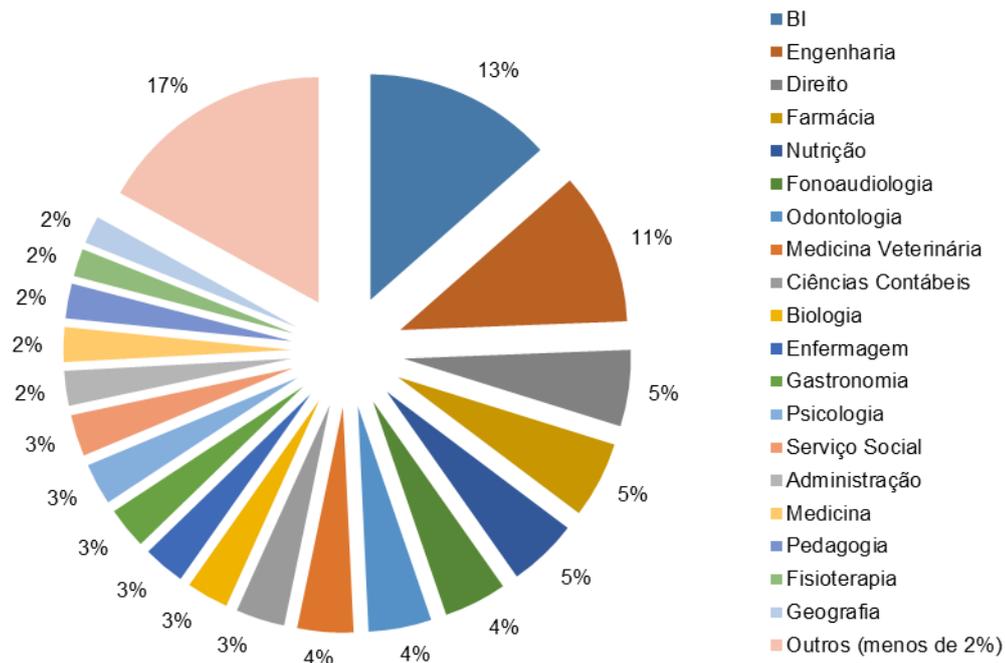
Tabela 5 - Municípios de origem dos estudantes

Municípios de origem dos estudantes		
	Nº	%
Feira de Santana	13	6%
Salvador	10	5%
Valença	8	4%
Vitória da Conquista	6	3%
Conceição do Coité	6	3%
Outros	158	79%
Total	201	100%

Fonte: Dados coletados pela autora

Essa informação pode estar relacionada ao fato de os estudantes que responderam o questionário serem moradores de Salvador; em função da situação de vulnerabilidade dos familiares. Pelo fato de Salvador ser uma cidade de fortes contrastes sociais e econômicos, eles solicitaram o benefício para permanecer no curso.

Ao serem analisados os dados dos estudantes por cursos, percebeu-se que o maior número de respondentes está nos cursos dos Bacharelados Interdisciplinares (13%), seguido dos matriculados nas Engenharias (11%), em Direito (5,0%), Farmácia (5,0%), Nutrição (5,0), Fonoaudiologia, Odontologia e Medicina Veterinária (4,0). Esses resultados revelam que os estudantes de Bolsa Moradia encontram-se inseridos em cursos de alto prestígio, a exemplo de Engenharia, Direito e Farmácia. Com isso não se quer atribuir valores menores aos outros cursos, mas o que chama a atenção é que os dados em relação ao desempenho acadêmico, conforme será visto a seguir, revelam que quase metade daqueles que responderam a pesquisa está com o coeficiente acima da média, ou seja, apresentam notas na faixa entre 6,0 e 8,0.

Gráfico 2 - Distribuição dos estudantes por curso

Fonte: Dados coletados pela autora

Com relação ao desempenho acadêmico, levando-se em conta que a Pró-Reitoria de Graduação adota como coeficiente notas que vão de 0 (zero) a 10 (dez), com média 5 (cinco), foram encontrados os seguintes resultados:

- a) 44,8% declararam coeficiente entre 6,0 e 8,0;
- b) 11,9% notas acima de 8,0;
- c) 9,0% notas abaixo de 6,0.

É importante ressaltar, que 34% dos entrevistados não responderam a essa questão, por ser apresentada como facultativa no questionário. Mas, de qualquer modo, os dados de pesquisas recentes reforçam o aspecto positivo das cotas implantadas em 2005 na UFBA. Esses resultados demonstraram que, em 32 dos 57 cursos, os estudantes cotistas obtiveram coeficiente de rendimento igual ou superior aos estudantes não selecionados pelo sistema de cotas. (QUEIROZ; SANTOS, 2007)

A tabela a seguir confirma esses dados.

Tabela 6 – Avaliação do desempenho acadêmico dos bolsistas

Coefficiente de Rendimento dos Bolsistas*	N	%
< 6	18	9,0
6 a 8	90	44,8
> 8	24	11,9
N R	69	34,3
<i>Total</i>	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

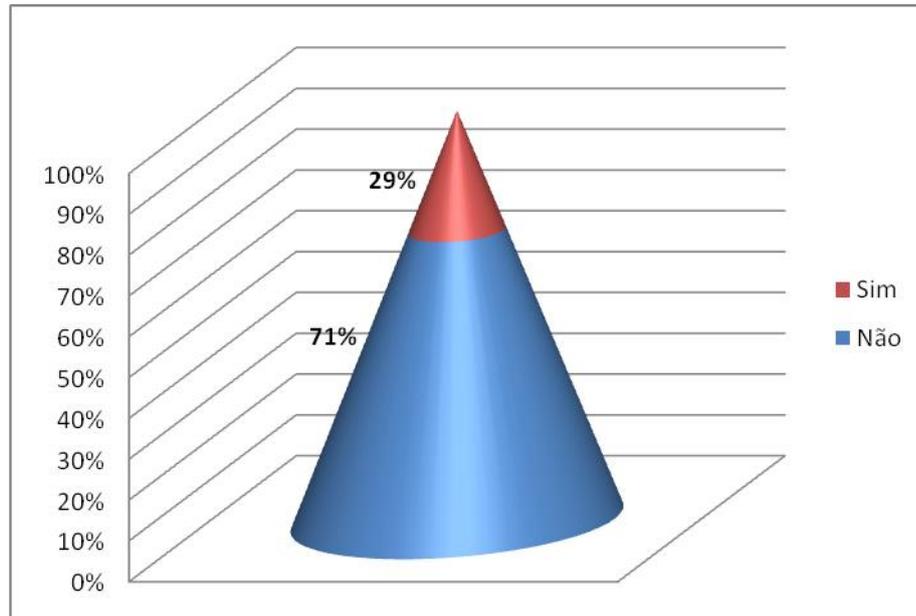
Com base nos achados da pesquisa, percebe-se que a maioria dos estudantes pesquisados apresenta um coeficiente de rendimento acima da média, podendo-se constatar que existe interesse e esforço individual no sentido de aproveitar a oportunidade de cursar o ensino superior e mudar sua trajetória de vida.

O programa de Bolsa Moradia foi concebido para atender prioritariamente a estudantes oriundos do interior da Bahia, que buscavam auxílio da universidade para pagar um lugar para morar. Esses dados reforçam as evidências de que os estudantes, para se manter na capital, enfrentam muitas dificuldades, principalmente em decorrência do custo de vida elevado. Isto faz com que muitos precisem ter outros rendimentos para assegurar sua sobrevivência. Dos 201 estudantes que responderam à pergunta sobre a existência de outra renda, 70,6% dos investigados informaram não tê-la. Entretanto, 29,4% informaram contar com outra renda, demonstrando, portanto, que, para uma parcela significativa dos estudantes contemplados com a Bolsa Moradia, são necessários outros recursos para suprir as necessidades básicas.

De acordo com Santos (2009, p.71):

Para uma permanência qualificada na Universidade [...] são necessárias condições materiais que permitam a subsistência. É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanchar, pagar o transporte e, etc. Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes, etc.

Sendo assim, a autora entende que a permanência na universidade está associada às condições materiais, conceituadas como permanência material e como permanência simbólica, atribuídas às condições de que o indivíduo precisa para se identificar com o grupo, ser reconhecido e pertencer a ele.

Gráfico 3 - Renda complementar além da Bolsa Moradia

Fonte: Dados coletados pela autora

Para conhecer o ambiente socioeconômico e cultural em que o estudante se encontra, a pesquisadora achou importante saber onde o estudante morava antes de conseguir o auxílio pecuniário. A resposta predominante foi “com colegas e conhecidos” (39,3%), seguida de “em casa de familiares” (29,9%), “república” (14,4%), “pensionato” (8,5%) e “outros” (6,5%).

Constatou-se que a resposta que indica casa de familiares pode estar relacionada substancialmente ao fato de que é expressivo o número dos calouros oriundos de cidades do interior do estado. Por falta de opção, eles vão morar provisoriamente em casa de familiares, em condições precárias. Possivelmente, a opção de buscar apoio junto aos familiares sinaliza uma alternativa emergencial para o estudante dos primeiros semestres.

Tabela 7 – Informações sobre o local de moradia

Onde morava antes de obter a BOLSA	N	%
Sozinho	7	3,5
Com colegas e conhecidos	79	39,3
Com o cônjuge	3	1,5
Em casa de familiares	60	29,9
República	29	14,4
Pensão ou pensionato	17	8,5
Trabalho	6	3,0
<i>Total</i>	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

Ao analisar a distância entre o local de moradia do estudante bolsista e a Universidade, constatou-se que 42,8% dos investigados responderam que moram em até 5 quilômetros de distância da UFBA. Esses percentuais ratificam o motivo de a maioria deles, ou seja, 73,6%, utilizarem o valor integral da bolsa para pagamento da moradia, haja vista que os imóveis localizados nas proximidades (Gráfico 4) dos *campi* são mais centrais e, portanto, com valores de locação mais altos, decorrentes do fato de Salvador ser uma cidade com característica predominantemente turística. É relevante destacar que os estudantes contemplados com a Bolsa Moradia não recebem o benefício de auxílio transporte. Por isso, fazem a opção por residir próximo aos *campi*, evitando os custos, desgastes físicos e emocionais gerados pelo trânsito de uma grande cidade como Salvador. Essa situação tem sido atenuada pela introdução do serviço do BUZUFBA, transporte universitário gratuito para circular entre as unidades da UFBA.

Tabela 8 – Distância entre o local de moradia e a UFBA

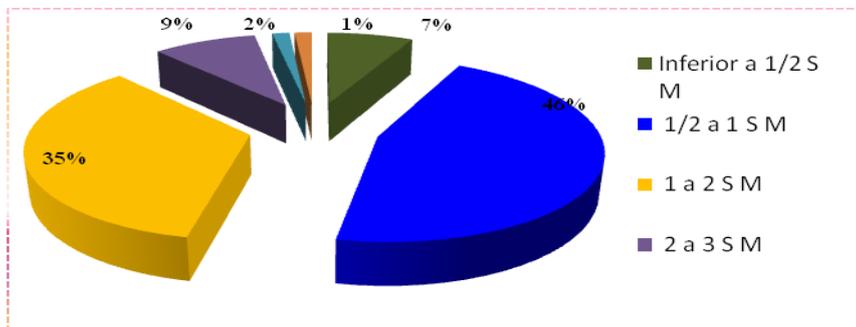
Distância (KM) da moradia para a UFBA	N	%
Inferior a 1km	19	9,5
De 1 a 5km	67	33,3
De 6 a 10km	37	18,4
De 11 a 20km	36	17,9
De 21 a 30km	13	6,5
Acima de 30km	28	13,9
N R	1	0,5
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

Para compreensão do núcleo familiar do estudante bolsista, julgou-se importante obter dados sobre a renda familiar, nível de escolaridade, situação de moradia e estado civil dos pais. No tocante à análise do núcleo familiar, optou-se por verificar a renda total da família, mesmo sabendo que o critério do estudante para fazer parte do programa é a renda familiar *per capita*.

Em relação à renda total da família dos entrevistados, 88% têm renda de até dois salários-mínimos. Esses dados apontam o grau de vulnerabilidade socioeconômica das famílias dos estudantes, evidenciando que a desigualdade do País é muito acentuada e que os programas de assistência estudantil e de ações afirmativas são essenciais para mudar o cenário de injustiça social ainda predominante.

Gráfico 4 - Renda familiar



Fonte: Dados coletados pela autora

No quesito sobre situação de moradia do grupo familiar do estudante, 70,1% responderam que residem em casa própria. Esse dado ratifica a pesquisa do PNAD que mostra que a maioria da população dos municípios do interior da Bahia tem imóvel próprio.

Com relação à escolaridade dos pais, os índices de analfabetismo são de 10,4% entre as mães e de 15% entre os pais. Entre os já alfabetizados, 39,8% das mães cursaram o ensino médio e 20,9% dos pais alcançaram esse nível de escolaridade. Portanto, os dados revelam um nível de escolaridades mais avançado das genitoras.

Tabela 9 – Escolaridade dos pais

Escolaridade	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Grau de escolaridade				
Alfabetizado	36	17,9	31	15,4
Fundamental	52	25,9	44	21,9
Médio	42	20,9	80	39,8
Não alfabetizado	32	15,9	21	10,4
Superior	11	5,5	9	4,5
NR	28	3,9	16	8,0
Total	201	100,0	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

Em relação ao estado civil dos pais, foi detectado que 56,7% são casados ou possuem união estável, 16,4% são divorciados, 14,4% se declararam solteiros e 8,0% são viúvos.

Tabela 10 – Estado civil dos pais

Estado civil dos pais	N	%
Solteiro	29	14,4
Casado, união estável	114	56,7
Divorciado, separado	33	16,4
Viúvo	16	8,0
Outros	3	1,5
N R	6	3,0
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

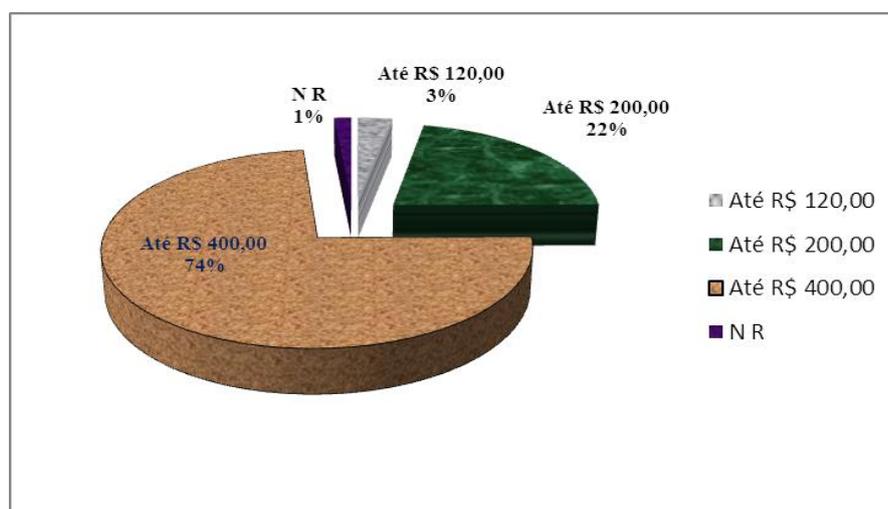
A seguir, serão apresentados os dados relativos à percepção da Bolsa Moradia e da vida acadêmica dos estudantes. Na tabela abaixo, apresentamos a forma como os estudantes conheceram a PROAE. Em relação a essa questão, 68,2% responderam que conheceram as atividades do órgão através de colegas da universidade e 21,9% informaram ter tido conhecimento antes mesmo de ingressar na UFBA. Um percentual menor (8,0%) informou ter sido através de pesquisas em sites.

Tabela 11 – Como os estudantes conheceram a PROAE

Como conheceram os programas da PROAE	N	%
Pesquisando em sites	16	8,0
Através de colegas da universidade	137	68,2
Antes de ingressar na universidade, através de conterrâneos	44	21,9
Outras	4	2,0
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

Para saber dos estudantes como avaliavam a Bolsa Moradia, 96% dos investigados responderam ser muito importante, o que demonstra a relevância do programa, atribuída pelos discentes, para a permanência na UFBA. Ao indagar sobre o valor da Bolsa para pagamento do local de domicílio, as respostas revelaram que a maioria dos estudantes (73%) utilizava o valor total da bolsa no pagamento do lugar para morar, aplicando o valor integral de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), enquanto 21% pagavam a metade da bolsa, ou seja, R\$ 200,00 (duzentos reais) e 3,0% até R\$ 120,00 (cento e vinte reais). Ao comparar essas respostas com a do local de moradia do estudante, percebeu-se que os respondentes que residem distante dos *campi* (mais de 30 km) representam 13,9%, portanto, pode-se inferir que os que pagavam menos moravam mais longe da Universidade.

Gráfico 5 – Percentual da bolsa para pagamento da moradia

Fonte: Dados coletados pela autora

Tabela 12 – Aplicação do recurso recebido

Em relação ao valor destinado ao pagamento da moradia	N	%
Até R\$ 120,00	6	3,0
Até R\$ 200,00	44	21,9
Até R\$ 400,00	148	73,6
N R	3	1,5
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

Em relação a esse tópico, 64,7% revelaram, na pesquisa, que o fato de ter ingressado pelo sistema de cotas não interferiu na vida acadêmica. Esse resultado pode revelar que, apesar das dificuldades enfrentadas, os estudantes cotistas encontram-se integrados à vida universitária.

Em relação ao desempenho acadêmico, 6,0% dos estudantes avaliaram-no como excelente; 62,7% como bom; 27,9%, como regular, e 3,0% como ruim ou péssimo. Nessa questão, ficou evidenciado que, no geral, os estudantes bolsistas são comprometidos com a vida acadêmica e se esforçam para obter bons resultados, aproveitando o máximo da oportunidade que a Universidade lhes oferece no sentido de formação no ensino superior.

Tabela13 – Autoavaliação do desempenho acadêmico

Como avalia seu desempenho	N.	%
Excelente	12	6,0
Bom	126	62,7
Regular	56	27,9
Ruim ou péssimo	6	3,0
N.R.	1	0,5
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

No que se refere aos aspectos negativos que mais interferem na vida acadêmica, a resposta que prevaleceu, com 33,3%, foi a dificuldade financeira, seguida da questão emocional, com 20,9%, saudade da família, com 16,4% e acesso ao material didático, com 11,9%. Adaptação à cidade responde por 9,9% e outros aspectos, por 3%. Ao somar o percentual das questões emocionais e saudade da família e dos amigos, encontra-se um percentual total de 37,3% o que revela dificuldades emocionais vivenciadas pelos discentes.

Infere-se que as dificuldades enfrentadas em relação à adaptação à cidade grande e os problemas de ordem financeira fazem com que os estudantes precisem se esforçar bastante, muitas vezes apresentando problemas de ordem psicológica. Mediante os relatos apresentados, evidenciaram-se problemas em relação a sintomas como depressão e ansiedade, decorrentes da solidão, da saudade dos familiares, das referências pessoais, bem como o receio e a insegurança gerada pelo índice de violência decorrente da vida na capital. Garrido (2012) revela que a saudade de casa torna esses estudantes mais vulneráveis a sentimentos como tristeza e ansiedade, representando sofrimento e maiores dificuldades de adaptação. Outro aspecto analisado pela pesquisadora referiu-se ao tópico ‘inadaptação ao curso’. Mesmo não sendo uma variável de grande relevância no estudo, constatou-se que apenas 2,49% dos estudantes pesquisados não se identificaram com o curso escolhido.

Tabela 14 – Dificuldades enfrentadas na vida acadêmica

Aspectos negativos (a)	N	%
Dificuldade financeira	67	33,33
Questões emocionais	42	20,90
Saudade da família e dos amigos	33	16,42
Acesso ao material didático	24	11,94
Inadaptação ao curso	5	2,49
Problemas de adaptação à cidade	20	9,95
Outros aspectos	6	2,99
N. R.	4	1,99
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

Com relação ao acolhimento na Universidade, 52,2% responderam que se sentem acolhidos, enquanto 38% se sentiam acolhidos parcialmente e 8,0% revelaram não ter esse sentimento.

Tabela 15 – Acolhimento na UFBA

Você, como estudante, se sente acolhido na universidade?	Nº	%
Sim	105	52,2
Não	16	8,0
Mais ou menos	78	38,8
N R	2	1,0
Total	201	100,0

Fonte: Dados coletados pela autora

A grande maioria dos investigados (96%) afirma a grande relevância do programa para a sua permanência na Universidade. Vale ressaltar que os estudantes de origem popular, chegando à capital, sentem-se bastante inseguros, receosos, ao se defrontarem com o choque cultural de uma cidade grande, em contraste com a vida simples na cidade de origem e com as relações menos complexas.

Mesmo sabendo que a bolsa contribui para a permanência desses sujeitos, cabe à Universidade criar parcerias que possam viabilizar suporte acadêmico e psicológico, a fim de inserir o indivíduo na vida acadêmica e social, desenvolvendo habilidades e competências para lidar com as suas regras. Ao mesmo tempo, deve fornecer subsídios para o exercício da autonomia de tais estudantes, a exemplo do que discorreu Coulon (2008), ao abordar sobre as diversas rupturas ocorridas na vida do estudante, na passagem do tempo do colégio até a universidade. Essas mudanças representam transformações na vida do discente e implicam o distanciamento da família e de amigos. Por isso, exige um esforço de adaptação ao mundo desconhecido (cidade, universidade) e assimilação de novos códigos e normas, buscando desenvolver uma vida mais autônoma. A seguir, apresentam-se alguns depoimentos que confirmam os resultados registrados:

(E 41) Completamente diferente; antes, vivia em uma cidade pacata e sem expectativa de vida, não porque eu então quisesse, mas porque a cidade não oferecia recursos para isso. Hoje, tenho me esforçado bastante para alcançar todos os meus objetivos aqui. Tive bastante dificuldade no início da faculdade, não conhecia como funcionava a faculdade e a instabilidade de moradia foram fatores que refletiram no meu desempenho acadêmico. Mas hoje eu já sei como funciona, então, venho me destacado no que faço.

Para compreender as impressões e percepções dos estudantes sobre o Programa de Bolsa Moradia, fez-se necessária a análise de quesitos abertos. Dessa forma, organizaram-se os depoimentos a fim de possibilitar uma visão clara do programa sob a ótica dos estudantes.

O questionário permitiu aos estudantes abordar as necessidades que deixariam de ser atendidas caso eles não tivessem acesso à Bolsa Moradia. A maioria dos estudantes respondeu que, sem o benefício, não poderia permanecer na cidade, visto que suas famílias não teriam como arcar com seu custeio da permanência em Salvador. Além de afirmar que deixariam de comprar alimentação (lanche), não poderiam ter custos com transporte, fotocópias e material didático. Os depoimentos a seguir exemplificam essa afirmação:

(E 51) Eu não teria como me manter na faculdade, pois não teria onde morar. A bolsa, além de auxiliar o pagamento do aluguel, também me auxilia em outras necessidades, como transporte, compra de material como livros, tirar xerox. Sem o auxílio, não só eu, mas vários outros estudantes de baixa renda teriam que desistir de seus sonhos.

(E 98) No meu caso, por exemplo, eu deixaria até de estudar, pois vim do interior, não tenho trabalho, minha mãe não teria condições de me manter aqui com a simples renda de uma lavradora. Com o auxílio moradia, posso dividir um apartamento com 3 colegas, passando um pouco apertado, mas conseguindo levar a faculdade adiante.

Nos depoimentos apresentados, foi consensual a opinião dos discentes sobre a importância do benefício para ter acesso a um lugar para morar durante a trajetória no curso superior, além de o recurso recebido atender a outras necessidades pessoais. Por conseguinte, tais depoimentos destacam a importância da bolsa, além de possibilitar o estabelecimento da correlação entre o benefício recebido, sobrevivência e manutenção na universidade. Nesse sentido, os discursos apresentados dialogam e reafirmam a importância do PNAES, o qual aponta a necessidade de viabilizar ações voltadas para possibilitar as condições de permanência estudantil na Universidade, a saber:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010, p. 1)

Também foi investigada a trajetória de vida do estudante, antes do seu ingresso na UFBA. Da análise das respostas, constatou-se que a maioria dos estudantes era originária de famílias de baixo poder aquisitivo, que residiam em localidades ou municípios do interior do Estado. Com poucas oportunidades de emprego, eles buscavam, através do ingresso na Universidade, uma mudança de vida, para ascender socialmente, a exemplo do que expôs um dos estudantes:

(E-13) Não tinha perspectiva nenhuma de poder ascender socialmente e poder ajudar meus pais. Hoje, vejo que cresci intelectualmente, tenho desenvolvido minhas habilidades e tenho buscado cada vez mais aprender coisas novas, que jamais conseguiria se estivesse permanecido no interior e sem ingressar em uma universidade.

A família representa um lugar de extrema relevância na vida dos estudantes segundo os depoimentos, principalmente os pais. Além de saudade, eles demonstram preocupação em retribuir aos familiares as conquistas obtidas na Universidade. Esta retribuição se refere ao esforço, dedicação, apoio, além dos gastos financeiros dos parentes que permaneceram no interior. Ficou evidente o quanto o ingresso na Universidade representa para a população de origem popular; trata-se de uma relevante possibilidade de melhoria de vida e ampliação de conhecimento. As falas dos discentes expressaram o sentimento de persistência, esforço e luta para alcance do objetivo final, ou seja, a conclusão do curso superior. Isso é verificado nos depoimentos a seguir:

(E 155) Entrar na universidade, pra mim, foi algo muito importante, abriu a minha mente pra várias coisas, me fez crescer bastante e perder o medo de buscar novas conquistas.

(E 4) A Universidade propicia ao indivíduo a formação de pensamento crítico, fundamental no mundo moderno. Rompe com barreiras antes impostas por ensinamentos prévios e permite oportunidades únicas na vida do estudante. A implicação disso é o retorno que o mesmo trará a sociedade. Os projetos de assistência estudantil são fundamentais por permitir e dar suporte para que estudantes carentes possam ter sua chance de romper com suas antigas correntes. A UFBA me permitiu a construção contínua desse pensamento crítico e pela busca incessante por conhecimento que possa mudar a vida, para melhor, dos indivíduos constituintes da sociedade.

(E 24) Avalio como uma trajetória de luta, persistência, força de vontade e ânimo. Sair de uma cidade com 20 mil habitantes, vir morar numa capital, estar dentro de um universo acadêmico com pessoas que carregam mentes brilhantes, ter apenas um ensino médio público como base, é uma maneira interessante de amadurecimento. Sinto-me em estado de grande capacitação e preparação para um mundo adverso.

(E 36) Bom, todas as vezes que busco o equilíbrio comigo mesma, eu me lembro do meu passado e das coisas que sofri pra chegar até aqui e percebo que não sou uma pessoa comum. Todas as lágrimas que chorei desde os 6 anos de idade, quando me separei dos meus pais pra estudar, do meu esforço pra aprender, mesmo com um ensino ruim, dos momentos de coragem, das decisões difíceis, das dificuldades financeiras, da luta pra entrar na universidade... Todas essas coisas me tornaram uma pessoa madura, paciente, flexível e esperta.

Quando a estudante acima se refere à formação do pensamento crítico, dialoga com as ideias do educador Edgar Morin, que aborda a reforma do pensamento como alternativa para interpretar as ideias e pensar a sociedade de forma complexa.

Isso indica que um modo de pensar, capaz de unir e solidarizar conhecimentos separados é capaz de se desdobrar em uma ética da união e da solidariedade entre humanos. Um pensamento capaz de não se fechar no local e no particular, mas de conceber os conjuntos, estaria apto a favorecer o senso da responsabilidade e o da cidadania. A reforma de pensamento teria, pois, conseqüências existenciais, éticas e cívicas. (MORIN, 2003, p.95)

É evidente o papel preponderante da universidade pública no processo de construção cidadã. Isso remete a uma reflexão sobre o compromisso social da Universidade, que não deve se eximir da responsabilidade frente às desigualdades e exclusões sociais pelas quais atravessam os estudantes das camadas populares. Por conseguinte, as falas demonstram o quanto as IFES precisam criar ações e políticas públicas que contribuam para a efetivação da equidade política e social e a reafirmação da identidade humana, como discorre Trindade (2007, p. 68):

O papel central da educação superior, no conjunto das políticas públicas, tem sido crescentemente reconhecido, não apenas em decorrência do valor instrumental da formação acadêmico-profissional e das atividades de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico e social, mas por sua contribuição à formação ética e cultural mais ampla da cidadania democrática.

Os depoimentos seguintes evidenciam a importância da Universidade como meio de ascensão social desses discentes, o que é exemplificado pela superação do modelo de vida vivenciado no interior, caracterizado pela precariedade social, baixo nível de instrução e até sofrimento pessoal.

(E 129) Sempre fui uma pessoa muito guerreira, esse era meu sonho de entrar na universidade. Quando terminei meu magistério, resolvi vir para Salvador em busca de um emprego; durante cinco anos, fui empregada doméstica, “passei o pão que o diabo amassou”. Foi muito difícil, mas consegui entrar na UFBA. Agora, minha vida está um pouco melhor. Nesse momento, estou correndo atrás de um trabalho.

(E 148) Uma boa trajetória. Vim de família humilde. Meus pais nem chegaram a concluir o ensino fundamental, mas sempre sonharam em ver seus quatro filhos formados em uma universidade. Estou sendo a primeira a realizar esse sonho. Graças ao auxílio, estou conseguindo me manter na universidade, apesar de todas as dificuldades; considero o valor insuficiente para suprir todas as necessidades e manter uma boa qualidade de vida de estudantes, mas não podemos negar que é uma grande ajuda para pessoas que, como eu, não possuem renda suficiente para se manter na capital e não têm uma universidade pública com o curso desejado próxima à sua cidade natal.

Nos depoimentos apresentados, os estudantes reconhecem a contribuição das bolsas para sua permanência na UFBA. Além disso, aceitam como benéficos o acolhimento na PROAE, o apoio dos professores, amigos, familiares, o que é aliado à força de vontade e à persistência para realização do sonho de melhoria de vida.

(E 7) A assistência estudantil, o apoio da minha família e a minha vontade de ser diferente dos meus pais na questão da educação. Ambos não tiveram a oportunidade de cursar nível superior.

(E 13) A bolsa moradia, sem sombra de dúvidas, foi fator primordial para minha permanência, além da alimentação que ela oferece aos alunos gratuitamente.

(E 46) Acho que a PROAE desenvolve uma atividade extremamente eficiente. A partir do momento que tive contato com a PROAE, percebi que teria assistência. Há uma preocupação desse setor com os estudantes. Foi bom saber que teria uma assistência da PROAE, pois, além da bolsa, também presta outras assistências como auxílio xerox, medicamentos e outros. Além disso, o programa Permanecer está sendo muito importante, pois colabora para me manter na Universidade, além de estar ampliando meu conhecimento.

(E 98) O acolhimento da PROAE, a ajuda de amigos, da universidade e a flexibilidade de alguns professores.

As avaliações favoráveis dos estudantes sobre a PROAE não significa desconsiderar as complexidades e dificuldades que a instituição vivencia. Nos próprios depoimentos, percebe-se a necessidade de uma avaliação efetiva dos seus programas, a ampliação da equipe técnico-administrativa, a reestruturação das normas e procedimentos, bem como a

implementação de ações que favoreçam uma maior inclusão social. Tais dificuldades comprometem a qualidade do acompanhamento ao discente. Além disso, a ausência de um banco de dados dificulta a otimização das atividades e limita o diálogo entre os setores internos e externos da UFBA.

(E 21) A força de vontade e a resistência, pois cursar odontologia era apenas um sonho que hoje tem se tornado realidade. Porém as maiores dificuldade giram em torno do gasto de instrumental, que tem sido uma grande fragilidade para mim e minha família.

(E 30) A perseverança, pois fazendo um curso difícil e por ter passado por uma cirurgia, tive por diversas vezes que abandonar tudo e voltar para minha casa na roça em meu interior; porém minha força de vontade e muita fé em Deus falaram mais alto.

(E 37) A satisfação de estudar na primeira Faculdade de Medicina do Brasil e em uma universidade pública que oferece oportunidade para todos os que acreditam que a educação é o futuro do país.

(E 144) Saber que estou em uma das melhores universidades do País, fazendo um excelente curso, o qual vai me levar a ter um amplo conhecimento da área da saúde, além de uma boa qualidade de vida, futuramente.

(E 70) Em primeiro lugar força de vontade, fé e muita persistência, pois passei e passo por muitas dificuldades; inicialmente um fator emocional, ficar longe da família, foi realmente uma dificuldade de adaptação e emocional. Fui tão afetada por isso que tive reprovação em uma disciplina no primeiro semestre. E um fator até hoje é financeiro: meu curso é muito caro, e me manter em SSA é um pouco difícil.

Nos relatos, averiguou-se a importância da família, de amigos e professores no processo de formação. Os depoimentos chegam a atribuir à família o êxito na graduação e o acesso ao diploma em nível superior. Eles relacionam a vitória da conclusão do ensino superior com o esforço e dedicação dos pais ao longo da vida. Isso fica claro nos depoimentos a seguir.

(E 57) Apoio dos meus pais e amigos próximos e o auxílio de assistência estudantil não somente com o valor financeiro para as despesas, mas com possibilidade de refeições gratuitas o que diminuiu muito as despesas mensais. Sem isso, poderia até ser que estivesse na universidade, mas seria muito mais difícil e eu teria que abrir mão de várias

oportunidades dentro da universidade.

(E 131) O sonho de minha mãe em ver um filho dela formado, este sem dúvida é o meu maior combustível para me manter na faculdade. O amor aos debates também é um aspecto relevante para minha permanência na faculdade. Como também o meu sonho de ser Juiz Federal, um dia.

(E 139) Preciso dar uma vida melhor à minha família. Preciso ter uma boa formação e ser um bom profissional e, além de tudo, preciso orgulhar meus pais, eles sacrificaram suas vidas pela minha.

Nos depoimentos acima, fica evidenciado que, além do apoio familiar e institucional da PROAE/UFBA, o fator que mais contribui para a permanência na universidade é a constatação de que somente através da educação será possível realizar o sonho de uma mudança capaz de tirar o indivíduo de uma condição de exclusão social, levando-o para uma vida digna.

(E 47) Minha trajetória de vida foi marcada por batalhas, as quais eu venci, pois sempre tentei absorver algo construtivo. Antes de entrar na faculdade, tinha uma visão de mundo muito restrita; a universidade descortinou um oceano de conhecimento do qual tive o prazer de desfrutar algumas gotas. Não tenho dúvidas que meus conhecimentos evoluíram de maneira exponencial depois do meu ingresso na universidade; entretanto, ainda tenho muito para aprender, até porque o grande Sócrates na sua célebre frase disse “só sei que nada sei”.

O depoimento acima evidencia o valor que a universidade representa para o estudante de origem popular, no sentido de formação e visão de mundo. Desse modo, é fundamental que sejam intensificadas políticas públicas que democratizem o acesso e a permanência no ensino superior. Essas políticas contribuirão para assegurar a trajetória acadêmica desses discentes de forma que a transformação individual tenha impacto no meio cultural e social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com os estudantes bolsistas-moradia da Universidade Federal da Bahia, dos *campi* de Salvador, respondeu ao objetivo proposto, no sentido de analisar as suas percepções sobre a importância do benefício para a permanência no curso universitário. As respostas e os depoimentos suscitaram o debate sobre as políticas de permanência no ensino superior, visando à efetiva inclusão desses atores sociais que ingressaram nos últimos anos na UFBA, através das cotas raciais e sociais.

Os resultados encontrados neste estudo, além de reafirmarem a importância da Bolsa Moradia para a permanência, evidenciam a necessidade de outros auxílios para atender às demandas dos discentes, a exemplo de transporte, alimentação (lanche) e material didático, uma vez que a maioria dos investigados informou que utiliza o valor total do auxílio pecuniário para pagamento do lugar para morar. No entanto, as evidências da demanda reprimida sugerem a necessidade de ampliação do quantitativo de bolsas a cada semestre, o que assegurará a condição de permanência de mais discentes.

Dentre os aspectos que emergiram na pesquisa, a dificuldade financeira ocupou lugar de destaque, embora outros fatores – como questões emocionais (20,9%) e a saudade da família e dos amigos (16,42%) – tenham somado 37,32%.

As questões emocionais apontadas repercutem nas dificuldades encontradas pelo estudante no percurso da vida acadêmica. Esses problemas, em sua maioria, podem estar relacionados com a dificuldade de adaptação a uma nova cidade, a hábitos e costumes diferentes do lugar em que nasceram e cresceram e à distância dos familiares e amigos. Ainda quanto a esse aspecto, observam-se, entre os estudantes, relatos de dificuldades enfrentadas na convivência no ambiente acadêmico, ao pontuarem a existência de individualismo e competitividade nas relações entre os colegas. Essa nova realidade difere daquela vivenciada na cidade natal, onde as referências são definidas por laços fortes de amizade e solidariedade entre as pessoas. Todos esses fatores influenciaram na necessidade de o estudante se sentir “reconhecido” nesse novo lugar, que é o meio acadêmico. Para esses estudantes, o ingresso na UFBA, por um lado, representa *status*; por outro, significa superar os medos e inseguranças para se sentirem inseridos no mundo universitário.

É importante ressaltar que a pesquisadora encontrou, por parte dos gestores da PROAE, o apoio necessário ao desenvolvimento deste estudo e teve pleno acesso aos dados institucionais. Alguns aspectos limitaram o processo de análise, a exemplo da inexistência de um banco de dados com informações sistematizadas e atualizadas dos discentes que

solicitaram o benefício, mas não foram atendidos no período de realização da pesquisa (2006 a 2013.1). Outro item que merece destaque é a inexistência de página *web* do órgão, divulgando e esclarecendo sua missão, programas e benefícios, normas e códigos, fator que impede o estudante candidato de conhecer virtualmente a PROAE.

Atualmente, por não dispor dessa página eletrônica, é utilizado o *site* do SISPER (Sistema Permanecer) da CAAED. Se as informações estivessem sistematizadas e atualizadas, elas possibilitariam o acesso a dados substanciais, tais como o número de estudantes que solicitaram o benefício a cada semestre, o número de vezes que repetiram o pedido e quantos ficaram excluídos do processo em cada edital. Essa ferramenta propiciaria aos gestores da PROAE um subsídio ao planejamento e a uma melhor análise, controle e acompanhamento da vida acadêmica do estudante. Esse mecanismo de registro contínuo do início ao final de sua trajetória na universidade possibilitaria a adoção de medidas para corrigir as lacunas encontradas e estabelecer políticas de acordo com as demandas. Atualmente, o Núcleo de Assistência Estudantil da PROAE é responsável pelo cadastro, controle e acompanhamento dessa atividade, além da renovação do benefício dos distintos bolsistas; entretanto, a implantação de um banco de dados tornaria o processo mais consistente, ágil, democrático e transparente.

Com base nos resultados da pesquisa, compreende-se a importância de que sejam empreendidos esforços para promover a ampliação do programa, a partir do aumento do número de bolsas e do espaço físico institucional, do crescimento da equipe de profissionais, sobretudo os das áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e da área técnico-administrativa, para suprir as lacunas dos variados programas existentes, bem como aprimorar o atendimento das novas demandas por parte dos estudantes de origem popular.

A partir dos resultados deste estudo, sugere-se que os estudantes de origem popular, cujas famílias apresentem renda de até um e meio salário-mínimo *per capita*, tenham direito, além da bolsa-moradia, a outra que poderia ser denominada “Bolsa Acadêmica e Social”. Para isso, o estudante seria atendido na PROAE, inscrito no programa para integrar um cadastro único e receber um cartão com a nomenclatura referida. A PROAE seria o órgão responsável pela emissão desse cartão, pelo controle e acompanhamento do discente. Esse trabalho seria realizado em conjunto com as demais Pró-Reitorias da UFBA, de forma que o estudante tivesse oportunidade de atuar na pesquisa, na extensão ou graduação, sem comprometer seu desempenho e as atividades acadêmicas. Julga-se que seria interessante adotar esse procedimento com uma contrapartida por parte do estudante beneficiado, mediante sua atuação em diferentes setores ou unidades da UFBA, em horário extraclasse, de tal forma que

essa medida contribuísse tanto para agilizar o funcionamento da Universidade, nas lacunas emergenciais da máquina administrativa, como para que ele se exercitasse em práticas profissionais.

Ao se pensar na proposta de ampliação das bolsas, é importante que sejam revistos os recursos disponibilizados pelo PNAES, a aplicação, o destino e as prioridades eleitas no âmbito de cada IFES. Se muitos estudantes ficam excluídos do processo seletivo a cada semestre, em função do número limitado de bolsas disponibilizadas para o contingente dos que procuram a PROAE, é preciso reavaliar os critérios e a sistemática para a concessão da Bolsa Moradia, a fim de que aqueles com perfil de vulnerabilidade socioeconômica tenham assegurado o seu direito de concluir o ensino superior.

Ao tentar encontrar resposta para uma das questões da pesquisa – se as bases legais dão conta de atender às necessidades do discente em relação à bolsa – conclui-se que, apesar de a legislação enfatizar a importância de bolsas, programas e benefícios que assegurem essa política, lamentavelmente existe um contingente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que fica fora do processo seletivo. Além disso, uma grande parte dos candidatos apresenta casos graves de doença na família, desemprego dos pais, dentre outros. Assim, é expressivo o número de estudantes que não consegue ser contemplado com o benefício, ocorrendo uma “distribuição do benefício”, no lugar de uma “política social” que atenda a critérios de tratamento igualitário.

A UFBA, como integrante das IFES, precisa dar cumprimento à sua missão social e promover a inclusão dos estudantes, garantindo as condições que possibilitem o acesso e a permanência, transformando esses indivíduos em cidadãos plenos. Tal medida possibilitará a esse segmento usufruir dos seus direitos sociais e transformar suas vidas por meio da educação e contribuir para reduzir as desigualdades sociais, assim como para a construção de um mundo mais justo e humano.

Por fim, conclui-se que programas dessa natureza precisam se transformar em política de Estado, com dotação orçamentária específica e recursos assegurados. Dessa forma, propicia-se uma gestão em que sejam desenvolvidos programas de assistência estudantil e de ações afirmativas, articulados com as demais Pró-Reitorias da Universidade, visando à permanência dos estudantes de baixa renda. Essa proposta oportunizaria melhores condições de acesso e conclusão do ensino superior de forma digna a esse grupo de estudantes, rompendo com um modelo de sociedade excludente, ainda em vigor nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sérgio. Igualdade: a afirmação de um princípio jurídico inclusivo. In: ZONINSEIN, Jonas; FERES JUNIOR, João (Orgs.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Rio de Janeiro: Iuperj; Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.
- ALMEIDA FILHO, Naomar. **Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964)**. Salvador, 2007. Conferência pronunciada em 14 de maio de 2007, como parte do Ciclo de Conferências promovido pela Fundação Pedro Calmon.
- ALMEIDA FILHO, Naomar et al. **Memorial da universidade nova: UFBA 2002-2010**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- ALVES, Flavia de Freitas; SOARES, Priscila Gonçalves. **Autonomia universitária: o debate durante o governo FHC**. 2008.
- ALVIM, Gustavo. **Autonomia universitária e profissionalidade**. 2. ed. Piracicaba, SP: Ed. da UNIMEP, 1995.
- ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília, 2011.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Prosa Seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da psicologia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, Denise Pereira de; MORGADO, Maria Aparecida. Educação e juventude: um panorama da assistência estudantil e de seus usuários na UFMT (Cuiabá). In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 15, 31 de outubro a 3 de novembro de 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em : <http://www.abrapso.org.br-siteprincipal-anexos-AnaisXIVENA-conteudo-htm-poster-1417_poster_resumo.htm>. Acesso em: 20 maio 2014
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BERNARDES, José Francisco; ABREU, Aline Franca de. **A contribuição dos sistemas de informações na gestão universitária**. IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35705>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva 1996.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o programa de apoio o plano de reestruturação e expansão das universidades federais**. Brasília. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 16 dez. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010: dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 5, p. 261.794, 1 jul. 2010. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 29 dez. 2012.

BRASIL. **LDB**: lei de diretrizes e bases da educação nacional - lei 9.394/1996. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_6ed.pdf?sequence=7>. Acesso em: 20 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da educação, reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI)**: diretrizes gerais. Brasília, ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 12 maios 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERVIGICELE, Gicele Maria; SOUZA, Regiane de. Gestão democrática e formação de gestores no ensino superior: quais as necessidades para o exercício na coordenação de colegiado de curso? In: COLOQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICAS, 13. **Anais...** [Florianópolis]:2013.

COULON, ALAIN. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Trad. Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia a Era Vargas. 3.ed. Rio de Janeiro: UNESP, 2007.

COSTA, Gerson Carlos de Oliveira; OLIVEIRA, Pedro de. **Moradias estudantis**: uma política pública na consolidação do direito à cidade. Salvador: UFBA, 2012.

FARO, Ailton. **Os desafios da assistência estudantil como política de inclusão**. 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com_content&view=article&id=54:os-desafios-da-assistencia-estudantil-como-politica-de-inclusao&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50>. Acesso em: 11 mar. 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (Orgs.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e sociedade**. 3. ed. São Paulo, SP: EDARTE, 1979.

GARRIDO, Edleusa Nery. **Moradia estudantil e formação do(a) estudante universitário(a)**. 2012. 268f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos da pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: Senado, a.38 n. 151, p.129-152, jul/set 2001a. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/705/r151-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 20 de jan. 2014

_____. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001b.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, Jessé. (org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil- Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: Ipea, 2001.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios (PNAD)**. 2011. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Volume_Brasil/pnad_brasil_2011.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

MATTOSO, Katia Mytilineou de Queiros. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, c1992.

MOEHLECKE, Sabrina. **Proposta de Ações Afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Revista de Educação & Sociedade**, Vol. 21. Numero. 73 Campinas. Dec. 2000.

PAZ, M. G. T. da; Martins, M. C. F.; NEIVA, E. R. Poder nas organizações. In: ZANELLI José Carlos et al.(Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAZETO, Elizio Antônio. Participação: exigências para qualidade do gestor e processo permanente de atualização. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n, 72, 2000.

PECAUT, Daniel. **Entre le peuple et la Nation: les intellectuels et la politique au Brésil**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1989. p. 13.

PIMENTEL, Álamo. **O encontro e a troca: ensaios de antropologia do aprender e genealogias do conviver**. Salvador: EDUFBA, 2013.

PINHO, Diana Lúcia Moura; ABRAHÃO, Julia Issy; FERREIRA, Mário César. As estratégias operatórias e a gestão de informação no trabalho de enfermagem, no contexto hospitalar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Florianópolis, v.11, n. 2, p. 76-168, abr. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114718>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. Sistema de cotas e desempenho de estudantes nos cursos da UFBA. In: BRANDÃO, André Augusto. **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 115-135.

REVISTA COMEMORATIVA 25 ANOS: histórias, memórias e múltiplos olhares. Rio de Janeiro: FONAPRACE, 2012.

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior expansão e democratização. **Caderno do GEA**, Rio de Janeiro, n. 3, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/gea/documentos/Cadernos_GEA/Caderno_GEA_N3.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Fapesb/Hucitec, 2000.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. 2008/2. In: IXL COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL. 25 a 27 nov. 2009. Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Salvador. 2009. 214f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20Dyane%20Santos.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2014.

SILVA, Luís Fernando Martins da. “Considerações sobre a juridicidade das políticas de ação afirmativa para negros”. In: ZONINSEIN, Jonas; FERES JUNIOR, João (Orgs.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

SILVEIRA, Mirian Moreira. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Federal de Pelotas.

SOARES, Maria Susana. **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

SOUSA JUNIOR, Luiz. **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior.** Paraíba: UFP, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0310.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2014.

SPOSATI, Aldailza. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 5. ed São Paulo: Editora Cortez, 2006.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração.** 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.

TREVISOL, Joviles Vitório et al. O ensino superior no Brasil: políticas e dinâmicas da expansão (1991-2004). **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 215-242, jul./dez.2009.

TRINDADE, Hélgio. **Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior.** México: RISEU Rede de Investigadores sobre Educación Superior, 2007. Disponível em: <http://www.riseu.unam.mx/documentos/acervo_documental/txtid0033.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. CONSUNI. **Resolução N° 04/99.** Salvador, 1999.

_____. **Regimento Interno da Reitoria.** Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Regimento_Reitoria_web.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

_____. **Relatório de gestão: 2013.** Salvador: UFBA, 2013.

_____. **Resolução n. 5/2006.** Salvador, 2006.

_____. PROAE. **Edital n. 01/2013.** Salvador, 2013.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/11361/6598>>. Acesso em: 1º jun. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ON LINE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
Programa de Pós - graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade

Prezado(a) estudante.

A minha trajetória profissional como assistente social da PROAE despertou-me o interesse em realizar um estudo sobre os estudantes bolsistas moradia, intitulado: *Um estudo sobre a contribuição da Bolsa moradia na permanência dos estudantes de origem popular na Universidade Federal da Bahia*. Desse modo, solicito sua contribuição para que eu possa investigar o tema que é de grande relevância para a universidade e a sociedade. Com esse trabalho pretende-se valorizar a importância do benefício e garantir as condições de permanência e conclusão de curso dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse trabalho tem por orientadores: Prof. Dr. Cláudio Orlando C. do Nascimento e Profa. Dra. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus. Desde já, agradeço a sua preciosa contribuição.

Eliene Barreto de Araújo Barros
 Pesquisadora

QUESTIONÁRIO

1 PERFIL DO ESTUDANTE

1.1 Idade:

1.2 Estado civil:

() Casado () Solteiro () Outros _____

Possui filhos? () Sim () Não Em caso de SIM quantos: _____

1.3 Raça / Cor / Etnia:

Amarela () Preta () Indígena () Branca () Parda () outra ()

1.4 Sexo: () M () F

1.5 Município de origem: _____ **Estado:** _____

1.6 Curso: _____ **Ano de ingresso na UFBA:** _____

1.7 Escore / desempenho acadêmico: _____

1.8 Como você avalia o seu desempenho acadêmico?

() Excelente

- Bom
 Regular
 Insatisfatório

1.9 Com quem você mora atualmente?

- Mora sozinho(a) com pai, a mãe ou ambos Com o cônjuge
 Em casa de familiares Em casa de amigos Pensão
 Hotel Pensionato

1.10 Com quem você morava?

- Com os pais Com outros familiares
 Com amigos Quarto
 Outros (Especifique: _____)

1.11 Qual a distância entre a sua moradia atual e a universidade?

- Inferior a 1 km
De 1 a 05 km
De 6 a 10 km
11 a 20 km
21 a 30 km
Acima de 30 km

2 INFORMAÇÕES SOBRE O NÚCLEO FAMILIAR:

2.1 Renda familiar total:

- Até meio salário-mínimo(até R\$362,00)
 De meio a um salários-mínimo (De R\$362,00 a R\$724,00)
 De um salário a um salário-mínimo e meio (De R\$ 724,00 a R\$1.086,00)
 De dois a três salários-mínimos (R\$1.448,00 a R\$ 2.172,00)
 Superior a três salários-mínimos (acima de R\$2.172,00)

2.2 Condição de moradia do seu grupo familiar (situação do imóvel)?

- Próprio Cedido Financiada Alugada Outros

2.3 Nível de escolaridade dos pais:

- | | Superior | Médio | Fundamental | Alfabetizado (a) | Não alfabetizado |
|-----|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Pai | <input type="checkbox"/> |

Mãe () () () () ()

2.4 Estado civil dos pais:

() Solteiro (a) () Casado (a) () Divorciado (a)
 () Viúvo (a) () Outro_____

3 PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE BOLSA MORADIA

3.1 Como você conheceu o programa da Pró- Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil - PROAE ?

() Pesquisando em sites
 () Através de outros colegas da universidade
 () Antes de ingressar na universidade
 () Outras _____

3.2 Do valor recebido da Bolsa quanto é destinado ao pagamento do lugar que você mora?

() até R\$ 300,00
 () até R\$ 150,00
 () até R\$ 120,00

3.3 Você sentiu algum preconceito por ser cotista?

() Sim
 () Não

3.4 O que você acha que mais interfere na sua vida acadêmica?

() Dificuldade financeira
 () Questões emocionais
 () Saudade da família e dos amigos

3.5 Você como estudante se sente acolhido na universidade?

() Sim
 () Não
 () Mais ou menos

Justifique sua resposta.

3.6 Como você avalia sua trajetória de vida anterior ao ingresso na universidade e na situação atual?

3.7 Qual a sua opinião sobre a Bolsa Moradia?

- () Muito importante
() Importante
() Pouco importante
() outro -----

Em qualquer um dos itens marcados, por favor, justifique a sua opção.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Estudantes de origem popular na Universidade: a Bolsa moradia em questão.

Pesquisadora Responsável: Eliene Barreto de Araújo Barros

Instituição a que pertence a Pesquisadora: Universidade Federal da Bahia Campus - Salvador

Orientadores: Prof. Dr. Cláudio Orlando Costa do Nascimento (orientador) e Profa. Dra. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus (co-orientadora)

Telefone para contato: (71) 8890-8717 (Tim)

Nome do voluntário: _____

D.N.: _____ R.G. _____

Como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), gostaria de contar com a sua valiosa participação na minha pesquisa de mestrado que tratará de tema relacionado aos estudantes beneficiados com a Bolsa Moradia dessa Universidade.

A pesquisa que tem como título *Um estudo sobre a contribuição da Bolsa moradia na permanência dos estudantes de origem popular na Universidade Federal da Bahia*, pretende analisar a percepção dos estudantes contemplados com o Auxílio Moradia da UFBA, no campus de Salvador e como o benefício recebido responde aos aspectos referentes à permanência e formação do discente na universidade. Esse estudo poderá trazer contribuições que irão subsidiar a Universidade na análise e gestão do programa.

Levando em conta a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS, declaramos nosso compromisso em acatar os aspectos éticos determinados por esta resolução, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos, mantendo o anonimato dos sujeitos e disponibilizando os resultados do presente estudo através da instituição, no caso a UFBA, Campus Salvador.

O Sr(a) não terá nenhum custo, risco de qualquer natureza ou quaisquer compensações financeiras. A sua participação é voluntária e contribuirá para o ampliar o conhecimento científico. Conto com sua atenção e sinceridade nas respostas e agradeço o tempo dedicado para colaborar com a pesquisa. Caso o senhor(a) concorde, assine por favor esse documento em duas vias, ficando assim com uma cópia.

Salvador, _____ de _____ 2014

Eliene Barreto de Araújo Barros

(Pesquisadora)

Eu, _____, como voluntário (a), afirmo que fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre os objetivos e finalidades desta pesquisa; que as informações obtidas dela serão utilizadas, exclusivamente, para fins científicos e que

não haverá, de forma alguma, a divulgação do meu nome e de que terei a opção de, a qualquer momento, retirar o meu consentimento.

Salvador, ___ de _____ de 2014.

Sujeito da pesquisa (assinatura)

Pesquisadora (assinatura)

APÊNDICE C – E-MAIL PARA OS ESTUDANTES BOLSISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade.

Caro(a) estudante,

Na condição de mestranda do PPG-EISU IHAC, da Universidade Federal da Bahia, estarei realizando pesquisa com os estudantes contemplados com o benefício da Bolsa Moradia da Pró-Reitoria de Ações afirmativas e Assistência Estudantil, com a finalidade de analisar as condições de permanência dos bolsistas durante o ensino superior na Universidade. A pesquisa intitulada *Um estudo sobre a contribuição da Bolsa moradia na permanência dos estudantes de origem popular na Universidade Federal da Bahia*, poderá contribuir para análise, formação e permanência em sua trajetória na UFBA. Vale ressaltar que sua participação é fundamental para o êxito da pesquisa. Agradeço antecipadamente sua valiosa contribuição.

Este é um convite para preencher o formulário **Auxílio Moradia**. Para preenchê-lo, visite:
<https://docs.google.com/forms/d/13CEcgE5W0J5tGrHAG-_npabI8D7Fm4cOT0nU-RL6lDE/viewform>.

Por Gentileza responder até o dia 08 de março.

Att.

Eliene Barreto de Araújo Barros
Pesquisadora

APÊNDICE D – OFÍCIO À PRÓ-REITORIA**Ilma. Profa. Dra. Dulce Tamara Lamego**

M. D. Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia

Prezada Professora,

Conforme é do conhecimento de Vossa Senhoria, estou afastada das minhas funções profissionais como assistente social dessa Pró-Reitoria, para realizar a pesquisa do curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (PPG-EISU-IHAC), sob a orientação dos Professores-Doutores: Cláudio Orlando Costa do Nascimento e Rita de Cássia Pereira Dias de Jesus, ambos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O projeto de pesquisa intitulado 'Estudantes de origem popular na Universidade Federal da Bahia: a bolsa moradia em questão trata-se de um estudo qualitativo, no qual pretende-se realizar uma análise das percepções dos estudantes beneficiados pelo programa de Bolsa Moradia, no campi de Salvador, e compreender de que forma esse auxílio está contribuindo para a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFBA.

Para a exequibilidade da pesquisa, venho através desse documento solicitar sua autorização para aplicação do questionário on-line, bem como, permissão caso seja necessário acesso aos espaços da Instituição e contato com profissionais ligados ao programa, para informações adicionais relacionadas com os sujeitos objetos da pesquisa contemplados com o benefício no período de 2006 a 2013.

No entanto, coloco-me à disposição de V. Sa. para qualquer esclarecimento que se faça necessário e desde já agradeço pela confiança, apoio e incentivo dispensado para que eu possa concluir esse estudo inédito que poderá trazer contribuição significativa para a Universidade.

Saudações,

Eliene Barreto de Araújo Barros

ANEXOS

ANEXO A – EDITAL PROAE 2013.1



1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

EDITAL Nº 01/2013
INSCRIÇÃO PARA BENEFÍCIOS E PROGRAMAS DA PROAE – 2013.1

A Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições, torna público o processo seletivo para os programas de moradia (Serviço de Residência Universitária, Serviço de Hospedagem e Auxílio Moradia), Serviço de Alimentação, Auxílio Transporte e Cadastro Geral em Salvador.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições se darão a partir das seguintes etapas, a saber:

1.1 Preenchimento do formulário socioeconômico, disponível no site www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE, no período de **17/04/2013 a 17/05/2013**.

1.2 Entrega presencial do formulário socioeconômico juntamente com os documentos solicitados no item 9 deste edital, em envelope **lacrado**, constando o nome, matrícula do candidato e auxílio ou serviço solicitado. A entrega ocorrerá na PROAE, nos seguintes horários: 8:00h às 12:00 e das 13:00h às 17:00h durante os dias úteis. A data limite para entrega do envelope lacrado é dia 17 de maio de 2013.

1.2.1 Serão aceitos também envelopes enviados pelos Correios somente via **SEDEX**, com carimbo datado até o dia 17 de maio de 2013. O mesmo deverá ser destinado à CPAE/PROAE, situada à Rua João das Botas, nº 27, CEP:40.110-160 – Canela. Juntamente com os dados do remetente devem constar informações de matrícula do candidato e auxílio ou serviço solicitado.

1.2.2 Deve constar dentro do envelope lacrado, a relação dos documentos enviados e entregues à PROAE, conforme lista disponível no site www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE.

1.3 Serão indeferidas as inscrições provisórias, condicionais, com documentação incompleta ou irregular ou que não atendam rigorosamente ao estabelecido neste edital.

1.4 Não serão aceitos documentos entregues fora do prazo, exceto quando solicitado pela comissão avaliadora.

1.5 Os estudantes que ingressaram na UFBA no semestre 2013.1 pela reserva de vagas por Renda Familiar Bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita, através do **edital de reabertura das inscrições vestibular 2013**, e matriculados na UFBA em 2013.1 já se encontram automaticamente cadastrados na PROAE. Portanto, poderão inscrever-se e apresentar os documentos citados no item 9.2.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

2. DOS REQUISITOS

1. Estar regularmente matriculado em curso de graduação da UFBA;
2. Não ter concluído outro curso de graduação, exceto os bacharelados interdisciplinares da UFBA;
3. Pertencer a família em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
4. Renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Por renda mensal per capita entende-se o valor total dos rendimentos, chamados de renda bruta familiar, dividido pelo número dos integrantes que usufruam dessa renda.
 - 4.1 Os rendimentos que entram no cálculo da renda bruta mensal são aqueles provenientes, por exemplo, de: salários; proventos; pensões; benefícios de previdência pública ou privada; seguro desemprego; comissões; gratificações fixas, pró-labore; outros rendimentos de trabalho não assalariado; rendimentos do mercado informal ou autônomo; renda mensal vitalícia (RMV), Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC);
 - 4.2 Não entrarão nos cálculos de renda: Programa Bolsa Família e demais programas sociais, auxílios para alimentação e transporte; diárias e reembolsos de despesas; adiantamentos e antecipações; estornos e compensações referentes a períodos anteriores; indenizações decorrentes de contratos de seguros; indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial.

3. DESCRIÇÃO DOS AUXÍLIOS E PÚBLICO-ALVO

SERVIÇO DE RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

DESCRIÇÃO: São espaços mantidos pela Universidade, onde são assegurados, além da moradia, espaços comuns para estudos e convivência, até a conclusão da primeira graduação, que deverá ocorrer no tempo médio do curso. Os estudantes residentes têm garantidas três refeições diárias. Na Residência Estudante Frederico Perez Rodrigues Lima, o café da manhã esta sendo disponibilizado através de auxílio alimentação.

*PÚBLICO-ALVO: Estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, cujos pais ou responsáveis não estejam residindo em Salvador. Excepcionalmente no semestre 2013.1 não haverá VAGAS para o estudante com núcleo familiar domiciliado nesta capital, tendo em vista que o percentual de 2% já foi atingido.

SERVIÇO DE HOSPEDAGEM

DESCRIÇÃO: São espaços mantidos pela Universidade, através de contrato com prestadora de serviço, onde são assegurados, além da moradia, espaços comuns para estudos e convivência, até a conclusão da primeira graduação, que deverá o correr no tempo médio do curso. Os contemplados com o serviço de hospedagem têm garantidas três refeições diárias.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

*PÚBLICO-ALVO: Estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, cujos pais ou responsáveis não estejam residindo em Salvador. Excepcionalmente, no semestre 2013.1 não haverá VAGAS para o estudante com núcleo familiar domiciliado nesta capital, tendo em vista que o percentual de 2% já foi atingido.

AUXÍLIO MORADIA

DESCRIÇÃO: Consiste no repasse de auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), com a finalidade de auxiliar nas despesas com moradia até a conclusão da primeira graduação, que deverá ocorrer no tempo médio do curso. Os estudantes contemplados com Auxílio Moradia terão garantidas duas refeições diárias (almoço e jantar).

*PÚBLICO-ALVO: Estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, cujos pais ou responsáveis não estejam residindo em Salvador. Excepcionalmente, no semestre 2013.1 não haverá VAGAS para o estudante com núcleo familiar domiciliado nesta capital, tendo em vista que o percentual de 2% já foi atingido.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO

DESCRIÇÃO: Garantia de uma refeição diária (almoço ou jantar) no Restaurante Universitário.

PÚBLICO-ALVO: Estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

AUXÍLIO TRANSPORTE

DESCRIÇÃO: Auxílio financeiro no valor de R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais), que visa subsidiar parte das despesas de deslocamento do estudante para atividades acadêmicas regulares.

PÚBLICO-ALVO: Estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social e econômica, que comprovem maior comprometimento da renda familiar com despesa referente a transporte coletivo para chegar à universidade e que não estejam sendo beneficiados por outro auxílio ou programa de bolsas da UFBA, com exceção daqueles que são contemplados exclusivamente com a Bolsa Alimentação e/ou Serviço de Creche e Auxílio Creche. Terão prioridade a esse auxílio os estudantes que residem em bairros distantes da Universidade e com núcleo familiar residente na Região Metropolitana de Salvador.

CADASTRO GERAL

DESCRIÇÃO: Cadastramento de estudantes que almejam participar dos programas de permanência e outros auxílios oferecidos por esta Pró-Reitoria.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

PÚBLICO-ALVO: Estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

4. DA QUANTIDADE DE VAGAS

PROGRAMAS	VAGAS	
	Masculino	Feminino
Serviço de Residência Universitária e Hospedagem	26	21
Auxílio Moradia	39	
Serviço de Alimentação (almoço/jantar)	65	
Auxílio Transporte	39	
Cadastro Geral	ilimitado	

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção será realizada pela Coordenação dos Programas de Assistência ao Estudante – CPAE, por meio de estudo socioeconômico, que ocorrerá em quatro etapas.

- 1) **Entrega da documentação** exigida, no item 9 deste Edital. Os estudantes que não entregarem a documentação completa no período definido neste Edital terão suas inscrições automaticamente indeferidas.
- 2) **Análise documental**, realizada pelo Serviço Social, a fim de identificar quais estudantes participarão da terceira etapa do processo seletivo, considerando a situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentada.
- 3) **Entrevista** com Assistente Social, terá caráter obrigatório e ocorrerá conforme agendamento a ser divulgado juntamente com o resultado da segunda etapa. Os estudantes que não comparecerem à entrevista nas datas e horários agendados serão automaticamente desclassificados. Cabe ressaltar que outros documentos poderão ser solicitados ao estudante no momento da entrevista.
- 4) **Visita domiciliar** (por amostragem).

Observações:

A seleção para o Auxílio Transporte e Serviço de Alimentação consistirá apenas das etapas iniciais, não havendo convocação para entrevistas.

O pleito de inclusão no cadastro geral da PROAE será avaliado com base na análise documental e, se necessário, subsidiado por entrevista.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE**

6. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

O resultado da segunda etapa, as datas e os horários das entrevistas com os estudantes que participarão da terceira etapa do processo seletivo serão divulgados a partir do dia 05/06/2013 na sede da PROAE e no endereço eletrônico www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE.

O resultado da terceira etapa será divulgado a partir do dia 20/06/2013 na sede da PROAE e no endereço eletrônico www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE. Na mesma data será divulgada a data da reunião a ser realizada com todos os estudantes contemplados, para os devidos encaminhamentos.

7. DA POSSE DA VAGA

No caso de estudantes contemplados para os Serviços de Residência ou Hospedagem, a posse da vaga deverá ocorrer até 30 (trinta) dias a contar da data de divulgação do resultado.

Para a ocupação da vaga será necessária a entrega do “Termo de Compromisso Social” à CPAE, devidamente preenchido e assinado por pessoa responsável pelo estudante, com firma reconhecida.

Os estudantes contemplados com auxílios financeiros (Transporte e Moradia) deverão entregar os formulários preenchidos até trinta dias a contar da data de divulgação do resultado, sob pena de perda do benefício. Os estudantes que não possuem conta corrente em banco devem providenciar a abertura das mesmas para o recebimento dos benefícios.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Constatada posteriormente qualquer irregularidade na documentação e nas informações prestadas pelo estudante no decorrer do processo de seleção, será anulado, a qualquer tempo, o direito ao auxílio ou serviço com o qual foi contemplado.

O estudante que apresentar documentação falsa terá o seu caso encaminhado à Procuradoria Jurídica da Universidade, para que sejam tomadas as medidas de praxe relativas à ação penal cabível.

Será considerado para efeitos de definição do tempo de permanência do estudante no Programa de Moradia (Residência e/ou Auxílio) o período já usufruído no respectivo Programa.

O estudante que se declarar financeiramente independente deverá também apresentar documentação referente à família.



6

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

O estudante que se inscrever para os programas constantes deste edital não poderá se hospedar nas Residências Universitárias durante o período de inscrição e seleção. Se isto ocorrer, o estudante terá sua inscrição ou o seu auxílio automaticamente cancelado.

O estudante só participará do processo seletivo munido de toda documentação solicitada (original e cópia da documentação ou cópia autenticada) no ato da inscrição. No decorrer do processo novos documentos poderão ser solicitados.

A liberação de qualquer documento apresentado no processo seletivo somente será efetivada mediante autorização, por escrito, do candidato.

Ao final de cada semestre, o estudante contemplado com os programas da PROAE (Serviço de Residência Universitária, Serviço de Hospedagem, Auxílio Moradia, Serviço de Alimentação e Auxílio Transporte) terá direito a renovação, desde que atenda aos seguintes requisitos:

Não ter efetuado trancamento total da matrícula, exceto quando autorizado pelo SMURB;

Não ter completado o tempo médio previsto pela UFBA para realização do curso;

Não ter sido reprovado em 50% ou mais das disciplinas nas quais se matriculou no semestre anterior.

Em consonância com as Políticas de Ações Afirmativas da UFBA, pelo menos uma das vagas existentes nos programas de moradia da PROAE será destinada a estudantes quilombolas e pelo menos uma das vagas de auxílio moradia será destinada a estudantes indígenas reconhecidos pela FUNAI.

A qualquer tempo poderão ser efetuadas, pela CPAE, novas entrevistas, visitas domiciliares e/ou solicitação de documentação para acompanhamento da situação do estudante beneficiados pelos auxílios.

9. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

9.1 Para os estudantes que ainda não tem cadastro na PROAE:

- A. Formulário de inscrição devidamente preenchido (disponível em www.sisper.ufba.br)
- B. Comprovante de matrícula na UFBA;
- C. Histórico escolar da UFBA;
- D. Histórico escolar do ensino médio;
- E. Carteira de identidade e CPF do estudante;
- F. Uma foto 3x4 do estudante;
- G. CPF e Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento (para aqueles que **não** possuem Carteira de Identidade) de todos os membros da família;
- H. Carteira de Trabalho e Previdência Social dos membros da família. Será imprescindível, aos maiores de 18 anos, a Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS atualizada.



7

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Candidatos e familiares que estiverem desempregados, que nunca trabalharam e os que exercem alguma atividade informal, também deverão apresentar a CTPS, constando:

- Página da foto, frente e verso;
- Página onde está registrado o último Contrato de Trabalho (se houver) e a página em branco subsequente.

Caso o candidato e os familiares não tenham registro de trabalho na sua CTPS, apresentar página em branco;

- Páginas onde estejam contidas as alterações de salário e as anotações gerais.

I. Comprovante de matrícula dos membros da família que estejam estudando;

OBS: Para os familiares que estudam em instituições particulares, apresentar cópia do carnê ou recibo de pagamento. Para casos de estudantes bolsistas, apresentar declaração da instituição de ensino.

J. Comprovante de residência em nome do estudante ou de seus pais ou dos responsáveis (no caso de comprovante em nome de responsáveis, que não seja um dos pais, este deverá ser acompanhado de documento e/ou declaração que esclareça a situação);

K. Comprovante de todas as despesas (contas de água, energia elétrica, telefone, aluguel/ financiamento e condomínio) da família e assumidas pela família;

OBS 1: Estudante que reside em imóvel diverso do de seus pais ou responsáveis deverá apresentar, além dos documentos listados neste item, comprovantes de moradia e despesas (contas de água, energia elétrica, telefone, aluguel/ financiamento, condomínio e plano de saúde), preferencialmente, no nome do discente;

OBS 2: Para estudante que reside em imóvel cedido mediante pagamento ou não, deverá ser apresentada uma declaração do cedente explicando a situação, acompanhada de comprovante de residência;

L. Comprovantes de tratamento de saúde (medicamentos, plano de saúde, receituários médicos e outros), em caráter opcional;

M. Contrato de aluguel ou financiamento do imóvel;

N. Carnê de IPTU do ano vigente (nos casos em que o imóvel for isento do pagamento do referido tributo ou estiver em situação irregular, a comprovação se dará mediante apresentação de declaração assinada pelo proprietário do imóvel);

O. Última notificação do ITR (antigo INCRA), se possuir imóvel rural;

P. Certidão de óbito em caso de pais ou responsáveis falecidos;

Q. Averbação do divórcio para pais separados judicialmente (no caso da inexistência deste documento deverá ser apresentada declaração das partes comprovando separação)

R. Comprovação ou declaração de pensão ou auxílio financeiro destinado à subsistência do estudante, no caso de pais separados ou divorciados modelo disponível no www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE)

S. Último formulário completo do Imposto de Renda dos membros da família e notificação de restituição. Os isentos deverão apresentar declaração, comprovando a situação (modelo disponível no www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE).

T. Comprovante de participação em programas sociais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Auxílio Safrá e outros);



8

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

U. Comprovante de renda atualizado de todos os membros da família que fazem parte da composição familiar e exerçam ou não atividade remunerada, conforme disposição a seguir:

U.1. PARA TRABALHADORES ASSALARIADOS

1. Contracheques dos últimos três meses;
2. CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica;
3. Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
4. Extratos bancários dos últimos três meses.

U.2. PARA ATIVIDADE RURAL

1. Extratos bancários dos últimos três meses, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
2. Declaração de rendimentos; (modelo disponível no www.sisper.ufba.br);
3. Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;
4. Última notificação do ITR (antigo INCRA), se possuir imóvel rural;

U.3. PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS

1. Extrato mais recente do pagamento de benefício que pode ser retirado via internet através do link: <http://www010.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html>
2. Extratos bancários dos últimos três meses.

U.4. PARA AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS

1. Pró-labore, declaração do empregador ou declaração de autônomo (modelo disponível no www.sisper.ufba.br , link Editais PROAE);
2. Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;
3. Os trabalhadores ambulantes ou comerciantes deverão apresentar, também, alvará de autorização da Prefeitura;
4. Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;
5. Extratos bancários dos últimos três meses.

U.5. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

1. Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

2. Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

U.6 PARA TRABALHADORES DESEMPREGADOS

1. Apresentação da declaração de desempregado devidamente preenchida. (modelo disponível no www.sisper.ufba.br , link Editais PROAE)

9.2. Para os estudantes que já são cadastrados na PROAE:

- A. Formulário de inscrição devidamente preenchido (disponível em www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE);
- B. Comprovante de matrícula na UFBA;
- C. Histórico escolar da UFBA;
- D. Carteira de Trabalho e Previdência Social dos membros da família. Será imprescindível, aos maiores de 18 anos, a Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS atualizada. Candidatos e familiares que estiverem desempregados, que nunca trabalharam e os que exercem alguma atividade informal, também deverão apresentar a CTPS, constando:
- Página da foto, frente e verso;
 - Página onde está registrado o último Contrato de Trabalho (se houver) e a página em branco subsequente.
- Caso o candidato e os familiares não tenham registro de trabalho na sua CTPS, apresentar página em branco;
- Páginas onde estejam contidas as alterações de salário e as anotações gerais.
- E. Comprovante de todas as despesas (contas de água, energia elétrica, telefone, aluguel/ financiamento e condomínio) da família e assumidas pela família;
- OBS 1: Estudante que reside em imóvel diverso do de seus pais ou responsáveis deverá apresentar, além dos documentos listados neste item, comprovantes de moradia e despesas (contas de água, energia elétrica, telefone, aluguel/ financiamento, condomínio e plano de saúde), preferencialmente, no nome do discente;
- OBS 2: Para estudante que reside em imóvel cedido mediante pagamento ou não, deverá ser apresentada uma declaração do cedente explicando a situação, acompanhada de comprovante de residência;
- F. Comprovantes de tratamento de saúde (medicamentos, plano de saúde, receituários médicos e outros), em caráter opcional.
- G. Certidão de óbito em caso de pais ou responsáveis falecidos.
- H. Último formulário completo do Imposto de Renda dos membros da família e notificação de restituição. Os isentos deverão apresentar declaração, comprovando a situação (modelo disponível no www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE).
- I. Comprovante de participação em programas sociais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e outros);



10

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

J. Comprovante de renda atualizado de todos os membros da família que fazem parte da composição familiar e exerçam ou não atividade remunerada, conforme disposição a seguir:

J.1. PARA TRABALHADORES ASSALARIADOS

1. Contracheques dos últimos três meses;
2. CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica;
3. Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
4. Extratos bancários dos últimos três meses.

J.2. PARA ATIVIDADE RURAL

1. Extratos bancários dos últimos três meses, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
2. Declaração de rendimentos; (modelo disponível no www.sisper.ufba.br);
3. Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;
4. Última notificação do ITR (antigo INCRA), se possuir imóvel rural;

J.3. PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS

1. Extrato mais recente do pagamento de benefício que pode ser retirado via internet através do link: <http://www010.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html>
2. Extratos bancários dos últimos três meses.

J.4. PARA AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS

1. Pró-labore, declaração do empregador ou declaração de autônomo (disponível em www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE);
2. Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;
3. Os trabalhadores ambulantes ou comerciantes deverão apresentar, também, alvará de autorização da Prefeitura;
4. Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;
5. Extratos bancários dos últimos três meses.

J.5. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

1. Extratos bancários dos últimos três meses.
2. Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

J.6 PARA TRABALHADORES DESEMPREGADOS



11

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

1. Apresentação da declaração de desempregado devidamente preenchida (disponível em www.sisper.ufba.br, link Editais PROAE).

10. Cronograma.

ATIVIDADE	PERÍODO	LOCAL
Inscrição	17/04/2013 a 17/05/2013	PROAE
Entrega dos documentos	17/04/2013 a 17/05/2013	PROAE
Análise documental	17/04/2013 a 29/05/2013	PROAE
Entrevistas	06/06/2013 a 14/06/2013	PROAE
Visita domiciliar		----
Divulgação dos resultados	20/06/2013	PROAE e www.sisper.ufba.br , link Editais PROAE
Recursos	21/06/2013 e 25/06/2013	PROAE
Resultado dos recursos	Até 28/06/2013	PROAE e www.sisper.ufba.br , link Editais PROAE
Resultado Final após Recursos	Até 28/06/2013	PROAE e www.sisper.ufba.br , link Editais PROAE

11. Das disposições finais

11.1 Nas situações em que o candidato não dispor e ou estiver impossibilitado de apresentar quaisquer documentos deverá elaborar uma declaração devidamente datada e assinada com a justificativa. Esses casos serão avaliados pela Coordenação dos Programas de Assistência ao Estudante – CPAE.

11.2 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela CPAE/PROAE.

11.3 As informações prestadas no formulário, bem como a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do estudante. A não veracidade e/ou omissão de informações acarretará a suspensão do estudante do Programa, independente da época em que forem constatadas.

Salvador, 17 de abril de 2013.

DULCE TAMARA DA ROCHA LAMEGO DA SILVA
 Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

 Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, Rua João das Botas, nº 27, CEP:40.110-160 – Canela
 Telefone: 3283-7800. e-mail: cpae-proae@ufba.br

ANEXO B – SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO				REGISTRO	
I – IDENTIFICAÇÃO					
NOME					SEXO
					<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M
RG		CPF	DATA DE NASCIMENTO		NATURALIDADE
ESTADO CIVIL			NUMERO DE FILHOS		OUTROS DEPENDENTES
<input type="checkbox"/> SOLTEIRO(A) <input type="checkbox"/> CASADO(A) <input type="checkbox"/> SEPARADO(A) / DIVORCIADO(A) <input type="checkbox"/> VIÚVO(A) <input type="checkbox"/> UNIÃO ESTÁVEL					
RAÇA / COR / ETNIA: () BRANCA () PRETA () PARD A () AMARELA () INDÍGENA					
CURSO		SEMESTRE	MATRÍCULA SGC	TEL	CELULAR
VOCE FEZ OPÇÃO PELA RESERVA DE VAGAS DO SISTEMA DE COTAS DA UFBA? () SIM QUAL? _____ () NÃO					
ENDEREÇO EM SALVADOR					BAIRRO
CEP			E-MAIL		
NOME DO PAI _____ <input type="checkbox"/> VIVO <input type="checkbox"/> FALECIDO					
PROFISSÃO _____		LOCAL DE TRABALHO _____		ESCOLARIDADE _____	
<input type="checkbox"/> ASSALARIADO <input type="checkbox"/> PROPRIETÁRIO DE PEQUENA EMPRESA <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> PENSIONISTA <input type="checkbox"/> DONO DE PROPRIEDADE RURAL _____ HECTARES <input type="checkbox"/> SERVIDOR PÚBLICO <input type="checkbox"/> EMPREGADO DE PROPRIEDADE RURAL DE OUTRO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> SEM REGISTRO EM CARTEIRA/ MERCADO INFORMAL, ESPECIFIQUE ATIVIDADE _____ <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO, ESPECIFIQUE ATIVIDADE _____ <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____					
RENDA MENSAL _____					
ENDEREÇO COMPLETO DO PAI					
<input type="checkbox"/> ZONA URBANA <input type="checkbox"/> ZONA RURAL					
RUA _____			CEP _____		
TELEFONE					
ESTADO CIVIL DO PAI		TIPO DE RESIDÊNCIA		SITUAÇÃO DO IMÓVEL	
<input type="checkbox"/> CASADO <input type="checkbox"/> DIVORCIADO <input type="checkbox"/> VIÚVO <input type="checkbox"/> SOLTEIRO <input type="checkbox"/> OUTROS _____		<input type="checkbox"/> CASA <input type="checkbox"/> SÍTIO/ CHÁCARA <input type="checkbox"/> APARTAMENTO		<input type="checkbox"/> PRÓPRIO <input type="checkbox"/> FINANCIADO R\$ _____ <input type="checkbox"/> CEDIDO <input type="checkbox"/> ALUGADO R\$ _____	
NOME DA MÃE _____ <input type="checkbox"/> VIVA <input type="checkbox"/> FALECIDA					
PROFISSÃO _____		LOCAL DE TRABALHO _____		ESCOLARIDADE _____	
<input type="checkbox"/> ASSALARIADA <input type="checkbox"/> PROPRIETÁRIA DE PEQUENA EMPRESA <input type="checkbox"/> APOSENTADA <input type="checkbox"/> PENSIONISTA <input type="checkbox"/> DONA DE PROPRIEDADE RURAL _____ HECTARES <input type="checkbox"/> SERVIDORA PÚBLICA <input type="checkbox"/> EMPREGADA DE PROPRIEDADE RURAL DE OUTRO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADA <input type="checkbox"/> SEM REGISTRO EM CARTEIRA/ MERCADO INFORMAL, ESPECIFIQUE ATIVIDADE _____ <input type="checkbox"/> AUTÔNOMA, ESPECIFIQUE ATIVIDADE _____ <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____					
RENDA MENSAL _____					

ENDEREÇO COMPLETO DA MÃE		
<input type="checkbox"/> ZONA URBANA <input type="checkbox"/> ZONA RURAL		
RUA _____		CEP _____
TELEFONE _____		
ESTADO CIVIL DA MÃE	TIPO DE RESIDÊNCIA	SITUAÇÃO DO IMÓVEL
<input type="checkbox"/> SOLTEIRO <input type="checkbox"/> CASADO <input type="checkbox"/> VIUVO	<input type="checkbox"/> CASA <input type="checkbox"/> SÍTIO/ CHÁCARA	<input type="checkbox"/> PRÓPRIO <input type="checkbox"/> FINANCIADO R\$ _____ <input type="checkbox"/> CEDIDO
<input type="checkbox"/> DIVORCIADO <input type="checkbox"/> OUTROS _____	<input type="checkbox"/> APARTAMENTO	<input type="checkbox"/> ALUGADO R\$ _____
NOME DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO (A) DO CANDIDATO (A) _____		
<input type="checkbox"/> VIVO <input type="checkbox"/> FALECIDO		
PROFISSÃO _____		LOCAL DE TRABALHO _____
<input type="checkbox"/> ASSALARIADO(A) <input type="checkbox"/> EMPREGADOR(A) <input type="checkbox"/> APOSENTADO(A) <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO(A) <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO(A)		
<input type="checkbox"/> PENSIONISTA		
RENDA MENSAL _____		
II – DADOS SÓCIOECONÔMICOS E FINANCEIROS DO (A) CANDIDATO (A)		
ENSINO MÉDIO		CURSO PRE-VESTIBULAR
<input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/> PÚBLICO <input type="checkbox"/> PÚBLICO-PARTICULAR		<input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/> BOLSA <input type="checkbox"/> NENHUM
FREQUENTA OUTRO CURSO SUPERIOR?		CONCLUIU ALGUM CURSO SUPERIOR?
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM QUAL? _____		<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM QUAL? _____
ONDE? _____		ONDE? _____
CASO SEJA EM UNIVERSIDADE PRIVADA, É ESTUDANTE BOLSISTA?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, ESPECIFIQUE _____		
O CURSO NO QUAL VOCÊ SE MATRICULOU NA UFBA É TAMBÉM OFERECIDO EM UNIVERSIDADE PÚBLICA DE SEU MUNICÍPIO?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, QUAL? _____		
ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DO (A) CANDIDATO (A):		
<input type="checkbox"/> TRABALHO COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO		RENDA MENSAL _____ FONTE PAGADORA _____
<input type="checkbox"/> TRABALHO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO		RENDA MENSAL _____ FONTE PAGADORA _____
<input type="checkbox"/> BOLSA <input type="checkbox"/> ESTÁGIO <input type="checkbox"/> MESADA <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____		
MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELO (A) CANDIDATO (A) PARA CHEGAR À UNIVERSIDADE		
<input type="checkbox"/> A PÉ/ DE CARONA/ DE BICICLETA <input type="checkbox"/> ÔNIBUS <input type="checkbox"/> TRANSPORTE PRÓPRIO (CARRO, MOTO, ETC)		
<input type="checkbox"/> TRANSPORTE LOCADO (PREFEITURA E/ OU ESCOLAR) <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____		
EM MÉDIA, QUANTAS REFEIÇÕES DIÁRIAS VOCÊ FAZ?		VOCÊ POSSUI ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA?
_____		<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM QUAL? _____
QUAL SUA SITUAÇÃO ATUAL DE MORADIA?		
<input type="checkbox"/> COM O PAI, COM A MÃE OU AMBOS <input type="checkbox"/> COM CÔNJUGE <input type="checkbox"/> CASA DE FAMILIARES <input type="checkbox"/> PENSÃO/ PENSIONATO		
<input type="checkbox"/> MORADIA MANTIDA PELA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> CASA DE AMIGOS <input type="checkbox"/> MORADIA PERTENCENTE E/OU MANTIDA PELO MUNICÍPIO DE ORIGEM		
<input type="checkbox"/> OUTRAS MORADIAS COLETIVAS (RELIGIOSAS, ALBERGUES PÚBLICOS, ABRIGOS)		
<input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____		
SEU MUNICÍPIO OFERECE ALGUM TIPO DE MORADIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM SALVADOR?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, QUAL? _____		

DA FAMÍLIA

QUEM É O(A) PRINCIPAL MANTENEDOR(A) DE SUA FAMÍLIA (A PESSOA QUE MAIS CONTRIBUI COM A RENDA PARA A SUBSISTÊNCIA FAMILIAR)?

VOCÊ MESMO(A) CÔNJUGE PAI MÃE IRMÃO/ IRMÃ PADRASTO MADRASTA AVÔ/ AVÓ

OUTRA PESSOA, ESPECIFIQUE _____

QUANTAS PESSOAS, INCLUINDO VOCÊ, VIVEM DA RENDA MENSAL DE SUA FAMÍLIA? _____

EXISTE ALGUÉM DA FAMÍLIA COM PROBLEMAS DE SAÚDE QUE TENHA NECESSIDADE DE CUIDADOS PERMANENTES?

SIM NÃO

CASO SUA FAMÍLIA SEJA ATENDIDA POR UM OU MAIS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, ASSINALE ABAIXO:

BOLSA FAMÍLIA

BPC – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

OUTROS, ESPECIFIQUE _____

INFORME OS BENS DE PROPRIEDADE DA FAMÍLIA (IMÓVEIS, VEÍCULOS – ESPECIFIQUE ANO E MODELO, PROPRIEDADES RURAIS – ESPECIFIQUE EXTENSÃO EM HECTARES, ETC.)

CONDIÇÕES DE MORADIA DA FAMÍLIA

SUA FAMÍLIA MORA NUM IMÓVEL:

PRÓPRIO CEDIDO FINANCIADO R\$ _____ ALUGADO R\$ _____

INFORME SOBRE A MORADIA DE SUA FAMÍLIA:

1) QUAL A DISTÂNCIA ENTRE A MORADIA DE SUA FAMÍLIA E SUA UNIVERSIDADE?

ATÉ 10 KM 11 A 50 KM 51 A 100 KM 101 A 150 KM 201 A 250 KM 251 A 300 KM 301 A 500 KM

ACIMA DE 500 KM

2) TEM ENERGIA ELÉTRICA?

SIM
 NÃO

3) COMO OCORRE O ABASTECIMENTO DE ÁGUA?

POÇO OU NASCENTE EMPRESA DE TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA OUTROS, ESPECIFIQUE _____

4) TEM SANITÁRIO?

SIM NÃO

5) TEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO (O ESGOTO DO DOMICÍLIO É LIGADO À REDE COLETORA E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE UMA EMPRESA DE ESGOTAMENTO)?

SIM NÃO

EM CASO NEGATIVO, INFORME PARA ONDE É DIRECIONADO O ESGOTO:

FOSSA RIO/ LAGO/ MAR VALA OUTROS, ESPECIFIQUE _____

6) TEM COLETA DE LIXO?

SIM NÃO

EM CASO NEGATIVO, INFORME COMO É DESCARTADO O LIXO:

QUEIMADO ENTERRADO JOGADO EM TERRENO BALDIO OUTROS, ESPECIFIQUE _____

7) HÁ DORMITÓRIOS UTILIZADOS POR MAIS DE DOIS MORADORES?

SIM NÃO

REGISTRE NO QUADRO A SEGUIR, O NOME E DEMAIS INFORMAÇÕES SOLICITADAS DE TODAS AS PESSOAS DE SUA FAMÍLIA.

DESPESAS DO CANDIDATO E DA FAMÍLIA		
DESPESA	VALOR MENSAL	
	CANDIDATO	FAMÍLIA
ÁGUA		
ENERGIA ELÉTRICA		
TEFONE FIXO		
TELEFONE CELULAR		
INTERNET		
ALUGUEL/ FINANCIAMENTO		
IPTU		
CONDOMÍNIO		
MÉDICOS/ CONVÊNIOS/ DENTISTAS		
REMÉDIOS DE USO CONTÍNUO		
TRANSPORTE		
OUTROS (ESPECIFIQUE)		
TOTAL		

III - SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIOS

ASSINALE APENAS UMA ALTERNATIVA REFERENTE AO EDITAL EM VIGOR:

SERVIÇO DE RESIDÊNCIA/HOSPEDAGEM
 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO
 AUXÍLIO MORADIA
 CADASTRO GERAL
 AUXÍLIO TRANSPORTE

CASO SUA OPÇÃO SEJA O AUXÍLIO TRANSPORTE, PREENCHA O QUADRO ABAIXO:

LOCAL DE MORADIA/ UFBA		
DE:	PARA:	VALOR: R\$
DE:	PARA:	VALOR: R\$
DE:	PARA:	VALOR: R\$
UFBA/ LOCAL DE MORADIA		
DE:	PARA:	VALOR: R\$
DE:	PARA:	VALOR: R\$
DE:	PARA:	VALOR: R\$

OPTE A SEGUIR POR OUTRO AUXÍLIO DA PROAE (APENAS UM), PARA INCLUSÃO DE SEUS DADOS EM LISTA DE ESPERA.

JA FOI CONTEMPLADO COM OUTRO AUXÍLIO? ESPECIFIQUE

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME COMPLETO	IDADE	PARENTESCO	ESTADO CIVIL	TRABALHA?	TEM CARTEIRA DE TRABALHO E PREV. SOCIAL ASSINADA?	RENDA MENSAL	É PESSOA COM DEFICIÊNCIA?	ESCOLARIDADE		
								É estudante?	Nível	Qual semestre/ ano?
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()SIM ()NÃO QUAL?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO ()ENSINO SUPERIOR ()OUTROS _____	
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()SIM ()NÃO QUAL?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO ()ENSINO SUPERIOR ()OUTROS _____	
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()SIM ()NÃO QUAL?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO ()ENSINO SUPERIOR ()OUTROS _____	
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()SIM ()NÃO QUAL?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO ()ENSINO SUPERIO ()OUTROS _____	
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()SIM ()NÃO QUAL?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO ()ENSINO SUPERIOR ()OUTROS _____	
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()SIM ()NÃO QUAL?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO ()ENSINO SUPERIOR ()OUTROS _____	
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()SIM ()NÃO QUAL?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO ()ENSINO SUPERIOR ()OUTROS _____	

RENDA PER CAPTA FAMILIAR:

(PARA USO DO SERVIÇO SOCIAL PROAB)

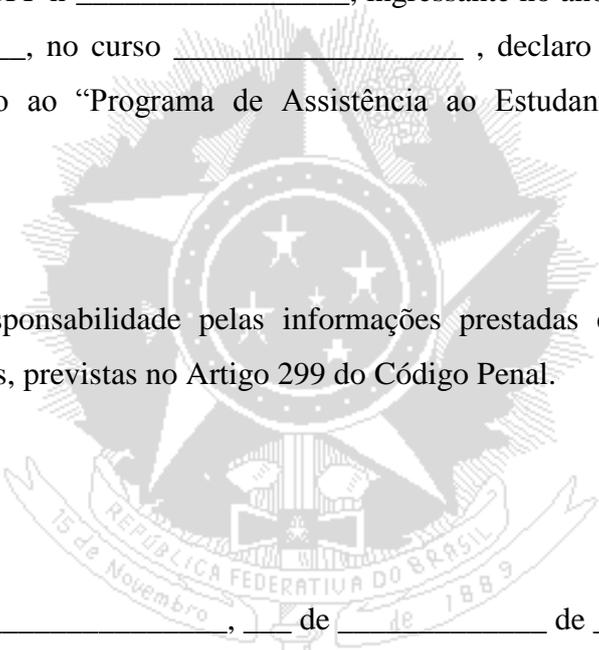
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA GRADUAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE
 Rua João das Botas, nº. 27–Canela. Tel.: 3283 7800 Fax: 3283 7802
 E-mail: proae@ufba.br

DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA GRADUAÇÃO

Eu, _____, portador de RG nº _____, CPF nº _____, ingressante no ano de _____, com Matrícula nº _____, no curso _____, declaro para fins de solicitação de Bolsa-Auxílio junto ao “Programa de Assistência ao Estudante” que não possuo outra graduação.

Assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e declaro estar ciente das penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299 do Código Penal.


 _____ de _____ de _____.

 Assinatura do declarante

ANEXO D - TERMO DE COMPROMISSO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

TERMO DE COMPROMISSO DE AUXÍLIO MORADIA/ALIMENTAÇÃO MANTIDO PELA PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PROAE.

Ao(s) 29 de abril de 2014, na cidade de Salvador, a **Universidade Federal da Bahia**, representada neste ato pela **Pró-Reitoria de Ações Afirmitivas e Assistência Estudantil - PROAE**, e o(a) acadêmico (a)

..... nascido(a) em...../...../....., portador (a) da Carteira de Identidade nº.....e CPF nº....., residente àBairro.....
Cidade.....

Telefone:.....aluno(a) do curso de, matrícula nº.....com conta bancária na Agência.nº.....,Conta nº.....Banco....., ajustam entre si o presente **TERMO DE COMPROMISSO** pelo período de/...../..... a/...../....., regido pelas seguintes normas e condições:

-O ESTUDANTE responderá pelas perdas e danos decorrentes da inobservância das normas internas ou das constantes do presente Termo de Compromisso.

-A PROAE,compromete-se a pagar a cada ESTUDANTE selecionado, o auxílio moradia no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) nos meses de vigência do Termo de Compromisso.

- Não ocorrerá a renovação do Auxílio Moradia/Alimentação nas hipóteses em que o estudante selecionado:

- 1- Não houver atingido o desempenho acadêmico exigido;**
- 2 - Não houver continuidade da situação de vulnerabilidade social;**
- 3- O trancamento da matrícula implica a suspensão do Auxílio Moradia/Alimentação.**
- 4- Não RENOVAR semestralmente o Auxílio Moradia, apresentando o comprovante de matrícula atual.**

- A impossibilidade da renovação implicará o desligamento do Auxílio Moradia/Alimentação, dentro de 15 (quinze) dias corridos.

- O tempo máximo de permanência do estudante do Auxílio Moradia/Alimentação é definido pelo **tempo médio do curso** em que o bolsista encontra-se matriculado.

- O tempo máximo de permanência do estudante do Auxílio Moradia/alimentação após a conclusão do curso é de 30 (trinta) dias, contados a partir do último dia das provas finais de acordo com o calendário acadêmico.

Em caso de informações não verdadeiras assumirei todas as penalidades cabíveis.

E por assim estarem justos e de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

ANEXO E - INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIOECÔNOMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

COORDENADORIA DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO
ESTUDANTE**Análise da Situação de Vulnerabilidade Social****Identificação do Estudante**

Discente _____

Curso _____ Matrícula _____

Semestre _____ Escore _____ Idade _____

Pleito _____ 2ª. Opção _____

Origem: Rural () Urbana ()

Sexo: Masculino () Feminino ()

Cor/raça: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena

Ingressou na UFBA pelo regime de cotas? () Sim () Não

Condições de Moradia da Família

Imóvel:

() Próprio () Cedido () Alugado () Financiado

Infraestrutura Adequada: Abastecimento de Água/Energia Elétrica/Esgotamento
Sanitário/Coleta de Lixo. () Sim () Não

Dormitórios utilizados por mais de dois moradores: () Sim () Não

Dados socioeconômicos da família:

Número de membros do grupo familiar _____

Número de pessoas com menos de 15 anos _____

Número de pessoas com mais de 60 anos _____

Pessoa responsável financeiramente pela família:

() Estudante () Cônjuge () Pai () Mãe () Irmão(a) () Padrasto () Madrasta

() Avó () Avô () _____.

Membro	Tipo de inserção no mercado de trabalho		Fonte de rendimentos	Renda
	formal			
	informal			
	formal			
	informal			
	formal			
	informal			
	formal			
	informal			

Receita da família	Despesas totais da família